O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927)  150 ANOS Quinta-feira 6 de FEVEREIRO de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 47956 | estadao.com.br

DEFESA CIVIL DE SALVADOR



Teto de 'Igreja do Ouro', de 1708, cai e mata turista na Bahia

Restauração da Igreja de São Francisco de Assis, no Pelourinho, um dos mais importantes prédios de origem portuguesa do mundo, estava prevista para 2024, mas não foi executada. Vistoria estava agendada para hoje, após constatação de dilatação no forro. __A14

E&N Aviação __B14

Embraer vende US$ 7 bi a aérea dos EUA, maior contrato de sua história

Flexjet encomendou à fabricante brasileira 182 jatos executivos Phenom e Praetor, além de um pacote de serviços e suporte. Ações na Bolsa subiram 15,51%.

MPF investiga __A13

Órgão que faz alerta de desastres naturais tem déficit de verba e equipe

Cemaden opera com o mesmo nível de recursos desde 2019 e ganhou mais atribuições. Governo federal diz que repassará recursos do PAC.

Ambiente __C6 e C7

Ritmo da mudança climática intriga e assusta cientistas

Oriente Médio __A11

Após crítica de aliados, EUA afastam plano de enviar tropas a Gaza

__ Casa Branca confirma ideia de remover 2 milhões de palestinos, mas alega que saída seria temporária

Aliados externos e internos reagiram ontem à proposta do presidente Donald Trump de assumir o controle de Gaza e remover toda a população palestina, se necessário com uso de tropas, sob alegação de limpar e reconstruir o território. O alto escalão do governo tentou amenizar o plano, descartando a possibilidade de uma retirada definitiva e afastando o uso de soldados. Ainda assim, a Casa Branca manteve a ideia de remoção compulsória de palestinos, algo reprovado por países europeus e árabes alinhados aos EUA. Políticos republicanos criticaram a intenção de Trump, revelada na véspera diante do premiê israelense Binyamin Netanyahu, por exigir dinheiro público e colocar em risco soldados americanos.

Análise __A11

Patrick Kingsley / NYT

Ameaças como tática de negociação, de novo?

Crítica ao confinamento __A12

Milei segue Trump e retira Argentina da OMS

Política no esporte __A19

Republicano veta atletas trans em torneios femininos

Semipresidencialismo __A7

Proposta que muda sistema de governo ganha impulso com Motta na Câmara

PEC que cria o cargo de primeiro-ministro e amplia poder do Congresso tem adesões para ser protocolada.

E&N Inflação __B1 e B2

Alta de 30% no óleo de soja leva Lula a questionar biocombustível

Presidente também quer saber se aumento da produção de etanol está influenciando os preços do milho.

Notas e Informações __A3

Depois do pacotinho, a agendinha

Ao apresentar agenda econômica para o próximo biênio, governo Lula expõe um deserto de ideias e ambição de sobreviver até 2026.

Campeonato Paulista __A18



ALEX SILVA / ESTADÃO

Neymar apareceu e deu bons passes

Neymar estreia e anima torcida. Santos empata

No dia em que fez 33 anos, craque jogou todo o 2º tempo, sofreu faltas e não fez gol. No final, 1 a 1 com o Botafogo.

Após denúncia do 'Estadão' __A10

Ministério inabilita empresa alvo da CGU em licitação milionária

Celular vetado em aulas __A16

Para cumprir lei, escolas de SP criam 'celulódromo'

E&N Indústria __B4

Produção subiu 3,1% em 2024, apesar de recuo no fim do ano

William Waack __A8

Trump incentiva a desordem internacional

Celso Ming __B2

Os tarifaços de Donald Trump

Alvaro Gribel __B3

A desconfiança sobre as contas públicas

Edição de hoje
3 CADERNOS – 40 páginas

Caderno A Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Esportes, Para fechar...
E&N Destacar Economia & Negócios

C2 Cultura & Comportamento, A fundo

Tempo em SP
24° Mín. 29° Máx.

ISSN - 1516-293-1

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO E IANDER PORCELLA
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Tarcísio prevê R$ 4,7 bilhões para Rodovia Raposo Tavares virar corredor do agronegócio

O governo Tarcísio de Freitas prevê R$ 4,7 bilhões em investimentos na concessão de um trecho da Rodovia Raposo Tavares (SP-270) para consolidar a rota como um novo corredor logístico de escoamento da produção agroindustrial do País. O edital para transferir à iniciativa privada o Lote Paranapanema, entre Itapetininga (SP) e Ourinhos (SP), deve ser publicado no primeiro semestre. O projeto faz parte do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo. A concessão prevê quase 150 km de duplicação da rodovia, mais de 10 km de pistas marginais e mais de 50 km de acostamentos novos ou recuperados, além de 29 novas passarelas para pedestres e mais de 80 pontos de ônibus. Treze municípios devem ser diretamente impactados.

BENEFÍCIO. O governo paulista afirma que a obra reduzirá custos logísticos para os produtores e fomentará novos investimentos. A rodovia SP-270 é uma das principais vias que atravessam São Paulo de leste a oeste, na divisa com Mato Grosso do Sul.

EXPECTATIVA. "A concessão do Lote Paranapanema permitirá que a Raposo Tavares se consolide como uma alternativa segura e eficiente à Rodovia Castelo Branco, especialmente para o transporte de grãos e outros produtos agrícolas", diz a Secretaria de Parcerias em Investimentos.

RECUO. Diante da repercussão negativa, da cobrança de respostas do STF e pressionado pelo calendário da COP-30 – evento que atrai atenção internacional ao Pará –, o governador Helder Barbalho aceitou revogar a lei estadual que enfraqueceria o ensino indígena. Com isso, manifestantes deixarão de ocupar prédio da Secretaria Estadual de Educação.

TENHO... A presidente do Palmeiras, **Leila Pereira**, negou à Justiça que tenha ofendido o conselheiro vitalício do clube Celso José Bellini, alvo de uma apuração interna por suposto assédio sexual. Bellini pediu à Justiça que Pereira explique uma entrevista em que buscou, segundo ele, "ofender a sua dignidade".

...DITO. Leila disse à Justiça que considera "desnecessário tecer qualquer esclarecimento a respeito do assunto", e que "jamais proferiu qualquer ofensa gratuita" ao conselheiro. "Esse processo morre aí", disse à *Coluna* o advogado Euro Bento Maciel. A defesa de Bellini não respondeu.

REAÇÃO. A Frente Parlamentar da Agropecuária – que reúne 340 congressistas – articula com líderes partidários e com o presidente da Câmara, Hugo Motta, para votar com urgência, em plenário, um projeto derrubando o decreto do governo Lula que dá poder de polícia à Funai em invasões.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Leila Pereira, presidente do Palmeiras

VALIDADE. Após vencer uma série de contestações internas e ser reeleito presidente do PV, José Luiz Penna assumirá também o comando da federação formada por seu partido com PT e PCdoB, criada em 2022. A aliança entre as três siglas vale até 2026.

ALIADOS. Vinte entidades do turismo assinaram um manifesto de apoio ao ministro Celso Sabino (União Brasil), diante da sinalização do governo de que poderia tirá-lo do cargo para dar lugar a um integrante do PSD. No texto, que a *Coluna* obteve, o setor destaca a aprovação da Lei Geral do Turismo na atual gestão.

PRONTO, FALEI!



Murilo Medeiros
Cientista político (UNB)

"A guerra dos bonés escancara a pobreza do debate público no País. Funciona como uma máquina de retroalimentação de ideias, marcada por bolhas."

CLICK

FOTO THIAGO LONTRA/ALERJ



Rodrigo Bacellar
Presidente da Alerj

Reeleito por unanimidade esta semana na presidência da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Ao lado do deputado Chico Machado (Solidariedade).

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Fique por dentro dos principais Fatos Relevantes das companhias de seu interesse.

AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS
INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL
BUSCADOR INTELIGENTE
PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS
CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS



ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 · ESTADÃO RI · 107,3 · broadcast

QUINTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2025
O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)
LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO PEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Depois do pacotinho, a agendinha



Ao apresentar agenda econômica para o próximo biênio, governo Lula repete os erros do esvaziado pacote fiscal, expõe um deserto de ideias e explicita a ambição de sobreviver até 2026

A equipe econômica do governo Lula da Silva elencou sua lista de prioridades para os próximos dois anos. A exemplo do pacote fiscal, que gerou tanta expectativa quanto frustração, a ponto de ser chamado de "pacotinho", a agenda econômica também já pode ser tratada no diminutivo.

São, ao todo, 25 propostas, o que já demonstra uma perigosa combinação entre incoerência e otimismo. Afinal, quem tem 25 prioridades não tem nenhuma, sobretudo quando 15 delas dependem da aprovação de um Congresso com o qual o governo precisa negociar cada projeto individualmente.

A lista é encabeçada pelo fortalecimento do arcabouço fiscal de forma a garantir, ao mesmo tempo, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB), desemprego e inflação baixos e estabilidade da dívida. Em primeiro lugar, é bastante simbólico que o fortalecimento do arcabouço não passe, nem superficialmente, por medidas de corte de gastos.

Em segundo lugar, o desempenho econômico do ano passado explicita a dificuldade do objetivo do governo. O crescimento surpreendeu e a taxa de desemprego chegou a níveis historicamente baixos, mas a inflação estourou a meta e a dívida bruta subiu 2,2 pontos porcentuais, para 76,1% do PIB. O endividamento, por sinal, só não aumentou ainda mais porque o Banco Central queimou reservas para conter a desvalorização cambial em dezembro.

Com um crescimento econômico menor, como o projetado para 2025, o desemprego tende a subir e a inflação, a desacelerar. A trajetória da dívida bruta, no entanto, permanece uma incógnita, pois depende de muitos fatores, entre os quais despesas que possuem regras próprias e que crescem à revelia do arcabouço fiscal e dos juros, que aumentam justamente quando não há credibilidade fiscal.

Já ficou claro que o limite aos supersalários e a reforma da previdência dos militares, que estão na lista da Fazenda, não serão suficientes para sinalizar um compromisso firme com o reequilíbrio das contas públicas. Por outro lado, já se sabe que, a depender de Lula da Silva, não haverá novas medidas fiscais.

A agenda também insiste em ações que custaram caro à credibilidade do ministro Fernando Haddad. Mais uma vez, a reforma tributária sobre a renda foi apresentada associada à promessa de campanha de isentar impostos de quem ganha até R$ 5 mil mensais e à tributação sobre milionários.

Para um governo que depende da arrecadação para cumprir a meta, não parece prudente abrir mão de uma receita líquida e certa como contrapartida a uma tentativa de fazer os mais ricos pagarem mais na proporção de seus rendimentos. Não que isso não deva ser proposto, mas seria útil levar em conta a experiência de muitos países que já tentaram o mesmo sem muito sucesso antes de se comprometer com a medida.

O Congresso, ademais, não parece disposto a avalizar pautas impopulares. E nem se pode culpar os parlamentares por essa postura. Cabe, afinal, ao Executivo apresentar uma agenda que represente um projeto de país capaz de mobilizar a sociedade. Se assim fosse, angariar o apoio de deputados e senadores seria um processo quase natural.

O que há, no entanto, é um verdadeiro deserto de ideias, e a única ambição parece ser a de sobreviver até 2026. O Orçamento é expressão disso. Até que a peça orçamentária seja aprovada, o governo só poderá executar 1/18 dos gastos discricionários por mês, à exceção de despesas obrigatórias como salários e aposentadorias. O detalhe é que a apreciação da proposta, que deveria ter ocorrido no ano passado, ocorrerá somente após o carnaval.

Antes disso, o governo pretende concluir a reforma ministerial para acomodar o Centrão na Esplanada dos Ministérios e encontrar uma forma minimamente honrosa de entrar em acordo com o Legislativo e o Supremo Tribunal Federal sobre as emendas parlamentares.

Se já é pouco para quem almeja tentar a reeleição presidencial, é muito pouco para um governo que se elegeu sob a égide de salvar a democracia e reconstruir as políticas públicas destruídas pelo bolsonarismo. Depois do pacotinho, o marqueteiro Sidônio Palmeira terá muito trabalho para defender essa agendinha.●

Proposta imprudente

Após sugerir remoção de toda a população do Jardim Pantanal, prefeito Ricardo Nunes recua ao ser advertido pelo governador de SP. Não se administra uma metrópole na base do improviso

Durou cerca de 24 horas a proposta de solução do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, para um problema de décadas. A decisão de remover a população do Jardim Pantanal, na zona leste da capital paulista, a pretexto de resguardá-la dos alagamentos recorrentes no bairro, foi adiada após seu padrinho político, o governador Tarcísio de Freitas, pedir mais "cautela" na formulação de projetos para a região.

O Jardim Pantanal, erguido na várzea do Rio Tietê nos anos 1980, está debaixo d'água há quase uma semana. E não é de hoje que basta cair uma chuva mais forte sobre a cidade para que o lugar inunde. No episódio mais grave, registrado em 2009, o Jardim Pantanal ficou mais de um mês alagado. Agora, com ruas transformadas em canais e casas tomadas pela água novamente, o prefeito resolveu falar em remoção, uma ideia tão simplista quanto equivocada.

Segundo Nunes, a Prefeitura realizou um estudo prévio para a construção de um dique de contenção do Rio Tietê na área afetada. A obra, contudo, não poderia ser realizada, na visão do prefeito, em razão do seu custo, da ordem de R$ 1 bilhão. Ademais, para Nunes, seria ocioso "lutar contra a natureza".

No mesmo dia em que anunciou a ideia, Nunes se reuniu com Tarcísio para discutir o drama do Jardim Pantanal. Na ocasião, foram apresentadas três propostas de intervenção no bairro elaboradas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (Siurb). A melhor solução para o problema crônico dos cerca de 45 mil paulistanos que vivem no Jardim Pantanal, de acordo com o prefeito, seria removê-los de suas casas e deixar para trás suas histórias e seus vínculos afetivos, comunitários e econômicos, dando-lhes em troca uma "ajuda financeira" de R$ 20 mil a R$ 50 mil. Essa ação, porém, custaria quase R$ 2 bilhões ao erário – o dobro, portanto, do custo de construção do dique que o prefeito havia rejeitado um dia antes.

Outras duas propostas preveem obras de macrodrenagem a fim de manter os moradores onde estão – e a um custo menor para a Prefeitura de São Paulo. Por isso, no dia seguinte, em conversa com jornalistas, coube ao governador do Estado recomendar prudência, com toda a razão, na análise desses projetos. "Se a gente adotar, na pressão, uma solução que seja simplista, provavelmente a gente vai dar uma resposta errada", disse o governador.

Diante de tanta incerteza, o prefeito Nunes afirmou que está "avaliando possibilidades" e que não havia "nada definido" sobre o que fazer no Jardim Pantanal. Por ora, o trabalho será focado em ações de assistência emergencial. A definição de um projeto definitivo para a região foi prometida para abril.

O que a Prefeitura poderia fazer de imediato é concluir as obras de drenagem no Jardim Pantanal que estão atrasadas há mais de um ano. Enquanto sofre, a população local espera pela instalação de um pôlder, espécie de muro para conter a água, lançá-la num reservatório e depois escoá-la por um córrego. Estivesse de pé, decerto essa estrutura teria ao menos atenuado os efeitos da última enchente.

Os alagamentos na região e em outras áreas da metrópole tendem a aumentar diante dos eventos climáticos cada vez mais extremos e recorrentes. Isso exigirá políticas públicas habitacionais e ambientais bem estruturadas, e não o improviso com que Nunes anunciou o fim de um bairro para dizer, um dia depois, que ainda analisará opções.

Os alagamentos no Jardim Pantanal não são mera reação da natureza, mas reflexo de decisões erradas sobre a ocupação do solo tomadas ao longo de muitos anos. Com ou sem os moradores, qualquer ação na região custará caro e não pode ser decidida no calor do momento ou apenas quando o bairro está debaixo d'água.

Seja qual for o projeto escolhido – construir diques, parques ou remover a população –, espera-se das autoridades uma solução eficaz e definitiva para o Jardim Pantanal e, sobretudo, para seus milhares de moradores.●

Eufrázio

ESPAÇO ABERTO

130 anos da Associação Comercial de São Paulo

Roberto Macedo e Wilson Victorio Rodrigues

No dia 7 de dezembro de 2024 a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) completou 130 anos. Criada em 1894 por Antônio Proost Rodovalho, da poderosa Companhia Melhoramentos, a entidade firmou-se como uma das instituições mais importantes do Brasil, ao articular os interesses dos empreendedores na defesa da livre iniciativa e dos valores democráticos. E o fez com louvor!

A associação produziu feitos sem os quais o empresariado brasileiro não lograria êxito em sua trajetória:

- A instalação, no final do século 19, de alfândega seca na capital paulista e da primeira agência do Banco do Brasil em São Paulo;
- Criou o *Diário do Comércio*, em 1924, com notícias sobre gestão, inovação, marketing, leis, tributos e pesquisas sobre o consumidor, com análises do Instituto de Economia Gastão Vidigal, também da ACSP;
- Em 1932, seu presidente Carlos de Souza Nazareth liderou o movimento paulista contra o regime de Getúlio Vargas exigindo uma nova Constituição, no que ficou conhecido como Revolução Constitucionalista. Na época, as forças de São Paulo lutaram contra o Exército Federal, o que levou à campanha, liderada pela ACSP, chamada *Ouro para o Bem de São Paulo*, por meio da qual a sociedade civil doava dinheiro e joias para ajudar as tropas paulistas. Embora Vargas vencesse, a ação paulista foi decisiva para ele promulgar a Constituição de 1934, atendendo às reivindicações de São Paulo e da Associação Comercial de São Paulo;
- Em 1955, a ACSP, que centralizava informações sobre o comércio, fez acordo com lojistas e inaugurou o primeiro serviço de proteção ao crédito (o SCPC), cujo trabalho era o de prestar informações de crédito (adimplência e inadimplência de pessoas físicas ou jurídicas). Em 2010, o SCPC torna-se a gigante Boa Vista Serviços;
- Na década de 1980, a ACSP articulou politicamente um ambiente normativo favorável aos pequenos empreendedores. Por meio da talentosa liderança de Guilherme Afif Domingos, a ACSP colaborou fortemente para a criação do Estatuto da Pequena Empresa. Afif, que se tornou deputado constituinte, foi autor da emenda constitucional que garante tratamento diferenciado às pequenas empresas. Assim, a defesa do pequeno empreendedor ganhou relevo constitucional por meio do art. 170 da Constituição federal de 1988: "A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País";

Nestes anos, a ACSP produziu feitos sem os quais o empresariado brasileiro não lograria êxito em sua trajetória

- Ainda na década de 1980, a ACSP criou o Fórum de Jovens Empreendedores, celeiro de empresários e políticos de destaque;
- Como resultado do art. 170 da Constituição de 1988, nos anos 2000 a entidade participou da criação do Simples Nacional, permitindo às pequenas e microempresas trabalhar com menos burocracia e menor carga tributária. Hoje, o Simples Nacional, que reúne cerca de 22 milhões de aderentes – principais responsáveis pela geração de emprego e renda no Brasil –, corre forte perigo de ser arruinado pela polêmica reforma tributária;
- Num país marcado por profundas desigualdades sociais e mão de obra com severos problemas de produtividade, durante a gestão do competente empresário e político Alfredo Cotait Neto a ACSP fundou, em 2020, a Faculdade do Comércio de São Paulo (FAC-SP), credenciada pelo Ministério da Educação com nota máxima e cujo propósito é a excelência educacional na formação de profissionais atualizados com as habilidades técnicas e comportamentais exigidas pelo mercado de hoje, definido pela revolução digital. Também na gestão de Cotait, a ACSP articulou a aprovação da importante Lei da Liberdade Econômica e viu sua empresa Boa Vista S.A. (antes SCPC) abrir capital numa operação que garantiu robusta sustentação econômica à entidade. Além disso, expandiu, sob o comando de Ana Cláudia Cotait, o Conselho da Mulher Empreendedora e da Cultura, reforçando o empreendedorismo feminino. A ACSP é presidida hoje por Roberto Ordine, defensor da revitalização do Centro de São Paulo e estudioso da reforma tributária.

O mundo vive uma terrível crise (a pior, talvez): a crise de referências. Em meio a isso, a ACSP, nestes anos, pode se orgulhar de colecionar grandes referências em sua gestão: Antonio Proost Rodovalho, Carlos Nazareth, Afif Domingos, Romeu Trussardi, Alencar Burti, Lincoln da Cunha Pereira, Alfredo Cotait, Gilberto Kassab, Rogério Amato, Ives Gandra Martins, Marcel Solimeo, Nilton Molina, Luiz Roberto Gonçalves, Andrea Matarazzo, Arab Zakka, Flávio Rocha, Edy Kogut e Roberto Ordine, entre outros que compõem uma verdadeira plêiade de gigantes na defesa da livre iniciativa brasileira. Por mais 130 anos de uma história respeitável! ●

DIRETORES DA FACULDADE DO COMÉRCIO, SÃO, RESPECTIVAMENTE, ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR E VICE-PRESIDENTE DA ACSP

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Inflação

'Muito a sério'

Lula da Silva acaba de afirmar: "Levamos a inflação muito a sério e acho que ela está razoavelmente controlada". Vamos às correções. Se Lula da Silva realmente levasse a inflação a sério – nem precisava ser muito a sério –, ela não estaria fora da meta e não estaria preocupando o Banco Central (BC). Ao utilizar a palavra "razoavelmente", Lula deixa claro que nem ele acredita que a inflação esteja sob controle. Ao menos nesse ponto ele foi sincero. Mas, calma, o marqueteiro mandou Lula falar, portanto vem mais abobrinha por aí.

Luiz Gonzaga Tressoldi Saraiva
Salvador

'God save the people!'

A implicância de Lula com Roberto Campos Neto de nada adiantou. A inflação segue subindo e o BC sob Gabriel Galípolo vai descumprir a meta de inflação, passando para o regime de "meta contínua", o que significa que a inflação anualizada vai ficar acima do teto de 4,5% por 6 meses, de janeiro a junho. Assim, neste ano o descumprimento da meta deixa de ser medido pelo ano-calendário. Para Haddad, o BC terá tempo de avaliar com mais racionalidade a duração do aperto na política monetária, o que trará a inflação para a meta com mais racionalidade do que ocorria antes. Isso exige do presidente Lula o corte de gastos. Dizem que *em time que está ganhando não se mexe*, mas foi mexido e agora é esperar para ver, pois, não bastasse o aumento do preço dos alimentos, ainda há Donald Trump com suas medidas protecionistas. *God save the people*!

Izabel Avallone
São Paulo

Governo Trump

Por que não os EUA?

Não bastassem os tarifaços e a intenção de anexar o Canadá, a Groenlândia e o Canal do Panamá, Trump agora propõe a ocupação militar da Faixa de Gaza e o deslocamento definitivo de sua população para outros lugares. Nem mesmo no final da 2.ª Guerra, quando a União Soviética e os EUA dividiram e submeteram o mundo, alguém teve tamanha ideia estapafúrdia, simplista, autocrática e racista, para dizer o mínimo. Trump afirmou que os palestinos de Gaza vivem "como se estivessem no inferno", mas que "adorariam sair de Gaza" e ficariam "encantados" longe de seu lar, de forma permanente. Citou o Egito e a Jordânia como potenciais destinos. Por que não inclui os EUA também?

Luciano Harary
São Paulo

A 'solução final' para Gaza

Para Donald Trump não existem pátrias, cidades e bairros onde as pessoas construíram sua vida de acordo com suas tradições e culturas. Na sua visão, o que existe são os interesses políticos e econômicos dos EUA – e azar de quem não se conforma com isso. Assim foram suas ideias de "comprar" a Groenlândia, de anexar o Canadá como o Estado n.º 51 dos EUA e a tentativa de cobrar sobretaxas nas importações vindas de Canadá, China e México. Sua "solução final" para a crise em Gaza é bem cruel: os EUA vão "assumir" e "possuir" Gaza após uma limpeza dos palestinos do enclave, ao abrigo de um plano extraordinário que, segundo ele, poderia transformar Gaza na "Riviera do Oriente Médio". Ou seja, a resposta de Trump para as mortes e os feridos palestinos é um projeto de desenvolvimento imobiliário! Até quando tal loucura e tal truculência vão continuar?

Omar A. El Seoud
São Paulo

Instintos primitivos

Não há guerra santa, salvo se o adjetivo se referir aos anjos do inferno. Por óbvio, não apenas Canadá, México e China reagirão à altura, mas o mundo globalizado. Foi-se a era da harmonia planetária – ao menos enquanto Donald Trump durar. Mas não se trata da onipotência de um único homem, cuja inadmissibilidade povoa as mais primárias cognições das tempestades cerebrais de todos os homens. Poderosos americanos, cuja maior parte se diverte nas orgias do Partido Republicano, são responsáveis pelos aumentos tarifários vergonhosos a serem impostos nas importações dos EUA. É possível que mais uma vez os ciclos da História tragam à baila o clima de declínio e queda do império romano; a fragilidade, ainda que a custo de muitas vidas e sangue, do nazifascismo; e as perversidades da guerra fria que tanto infelicitaram, física e psicologicamente, a maioria dos povos. Num momento em que a inteligência poderia servir a uma existência ocidental e oriental construtora da felicidade, os lobos engravatados e ferozes da floresta de Wall Street e matilhas de endinheirados deixam vazar seus mais primitivos instintos. A ponto de não termos previsões, só o recurso à fé, para quem a cultiva.

Amadeu R. Garrido de Paula
São Paulo

Eufrázio

INFORME PUBLICITÁRIO

Enel São Paulo reduz tempo médio de atendimento aos clientes

Chuvas intensas atingiram São Paulo e a região metropolitana no início deste ano. As mudanças climáticas afetam o dia a dia das cidades e os serviços essenciais, como a distribuição de energia. Nesses momentos, a Enel Distribuição São Paulo tem se aproximado cada vez mais da população para restabelecer o fornecimento de energia com maior rapidez em caso de interrupções.

A companhia aprimorou seu plano operacional, que inclui a mobilização antecipada de mais equipes em campo, a ampliação do quadro de eletricistas próprios, o aumento da disponibilidade de geradores, entre outras melhorias.

Essas medidas já contribuem para o avanço na qualidade do serviço prestado e no tempo médio de atendimento, que representa a duração entre a abertura e a conclusão de uma solicitação de emergência.

Reforçamos ainda mais nosso compromisso com a população de São Paulo. Estaremos cada vez mais próximos de toda a sociedade para enfrentar os desafios das mudanças climáticas.

Menor tempo médio de atendimento de janeiro nos últimos 7 anos

50% de melhora no tempo médio de atendimento*

+ de 1.000 eletricistas contratados nos últimos 12 meses

*dados preliminares de janeiro de 2025 comparados com janeiro de 2024.

enel



ESPAÇO ABERTO

Cesarismo

Eugênio Bucci

> ***Donald Trump quer ser não apenas o rei da América, mas o seu César. Reduzirá a América a um nome de golfo. Isolado.***

Em sua coluna dominical em *O Globo*, a jornalista Dorrit Harazim vem ajudando a gente a escrutinar o inconcebível. Os artigos que ela escreveu sobre a pulverização de Gaza compõem uma antologia definitiva. Logo mais, alguém se lembrará de publicá-la em livro. Agora, Dorrit tem decifrado a vulgar esfinge de Donald Trump. No domingo passado, num texto intitulado *Com método*, ela demonstrou que, por trás do caos performático do presidente dos Estados Unidos, com mentiras intercontinentais e factoides histriônicos, há uma lógica ferina e fria. Nas palavras da colunista do *Globo*, o "objetivo maior e final de Trump" é "assumir controle pleno, sistemático e duradouro da máquina federal". E mais: "o conjunto de ordens executivas e medidas adotadas nesse sentido nada tem de caótico – são eficazes, precisas e reveladoras de um planejamento de anos para o desmonte da burocracia qualificada".

Aí está. Dorrit não usou a palavra, mas o nome disso é cesarismo. Ao que você pergunta: "Mas o que é o cesarismo?". Peço permissão para responder a sua gentil pergunta com o auxílio de uma reminiscência ligeira.

No início de 1988, eu e o sociólogo Eder Sader entrevistamos o professor Antonio Candido para a *Teoria e Debate*. Eu era o editor da revista, que tínhamos lançado no finzinho de 1987. Eder integrava o nosso conselho de redação. Ele morreria poucos meses depois, em maio de 1988, aos 46 anos. Hemofílico, tinha contraído o vírus da aids numa transfusão de sangue, provavelmente em 1985, e não conseguiu vencer a doença (naquele tempo, ninguém conseguia). Guardo dele a imagem luminosa de um homem bem-humorado, leve, inteligente e, acima de tudo, generoso com os mais jovens. Cabelos embranquecidos, sobrancelhas negras, sorriso desprendido.

Nossa conversa com Antonio Candido também foi iluminadora: transcorreu com leveza, inteligência e generosidade. Quando lhe perguntamos sobre a revista *Clima*, que ele e Paulo Emílio Salles Gomes editaram na década de 1940, ele nos contou uma história e tanto. Foi nessa resposta que ele falou sobre o cesarismo. Eu nunca mais esqueci. Eis o que ele disse:

"No começo (*a revista*) era deliberadamente apolítica, tendo inclusive colaboradores integralistas. A virada foi em 1942, quando o Brasil entrou na guerra. Nós assinamos um manifesto redigido por Paulo Emílio assinalando a nossa posição antifascista e dizendo que agora tinha acabado a isenção e começava a luta, atacando inclusive os integralistas. Alguns dos nossos colaboradores deste naipe brigaram conosco. O nosso manifesto causou certo barulho e foi comentado, entre outros, por Astrojildo Pereira, que assinalou o seu caráter puramente negativo. Então resolvemos tentar uma definição positiva, que foi obra de Paulo Emílio, sob a forma de um 'Comentário' publicado no número 12, já em 1942. Este documento ainda tem interesse, e para mim foi o fixador de ideias, o definidor da posição política. Foi certamente ele que me levou a não ficar nem stalinista nem trotskista, mas aceitar a posição preconizada por Paulo, de um socialismo democrático desinteressado das Internacionais, procurando soluções adequadas ao País, empenhado na luta contra o fascismo, porque esta era a manifestação contemporânea do cesarismo oposto à tradição humanista, que provinha do cristianismo por meio das revoluções dos séculos XVIII, XIX e XX. (...) Este documento foi decisivo para mim e outros. A partir dele entrei para valer na militância."

Antonio Candido virou militante para combater o fascismo. Bom motivo. Foi ele quem primeiro me ensinou sobre cesarismo: um tipo de arbítrio que é o oposto da "tradição humanista, que provinha do cristianismo". Há quem diga que o cesarismo constitua um autoritarismo estatal, mas essa conceituação é falha, pois perde de vista a chaga escura que Paulo Emílio denunciou. O César romano (de onde descendem as palavras "Kaiser" e "Czar") exercia seu mando em permanente prontidão guerreira, como um chefe de gangue. O cesarismo, portanto, não se tece por meio do Estado, mas por cima do Estado e contra a institucionalidade de um Estado não selvagem. O cesarismo é o "desmonte da burocracia qualificada" (cito Dorrit outra vez), aquela mesma burocracia na qual Max Weber identificou um ponto positivo do Estado moderno. O cesarismo funda a genealogia do fascismo e do trumpismo.

Agora, Donald Trump anunciou que vai intervir em Gaza. Em outra frente, já começou a mandar imigrantes deportados para as masmorras de Guantánamo, onde já se documentaram sessões de tortura. Guantánamo será a versão trumpista dos campos de concentração.

O que ele quer com tudo isso? Desorientar os aliados? Sim, mas não só. Quer atemorizar a comunidade internacional? Também. E para quê? Ora, para dizer que nada mais será limite para os abusos que inventar. Ele quer ser não apenas o rei da América, mas o seu César. Reduzirá a América a um nome de golfo. Isolado. Incrível como ainda existe gente que olha com naturalidade (*fake*) para investidas tão acintosas.

Viva Eder Sader. Viva Antonio Candido. ●

JORNALISTA, É PROFESSOR DA ECA-USP

TEMA DO DIA

PIETRA COMETTI



Educação

'Quero ser o professor que eu nunca tive", diz brasileiro finalista do 'Nobel da Educação'

Helder Guastti, de 37 anos, tem um trabalho focado em leitura e afeto em João Neiva, interior do Espírito Santo. Ele está na lista dos 50 finalistas do Global Teacher Prize. Em nove edições, 12 brasileiros já foram selecionados. ●

16.064 interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Projeto excepcional! A leitura abre portas pra viagens incríveis quando crianças e pra mudança de vida quando adultos."
FERNANDO TREVISANI

● "Exemplo demais! Fui professora de círculo de leitura e é uma experiência maravilhosa."
JULIANA S. M. GOMES

● "Pessoas assim fazem do Brasil um país melhor."
ROBERTA PERDOMO

● "Biblioteca deve ser o coração da escola."
KAROLINE FERNANDES


NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão
https://bit.ly/LOBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

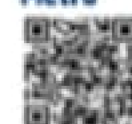


São Paulo



Por que o Rio Tietê não corre para o mar? ●
https://lnq.com/KNY4g

Metrô



Ampliação da Linha 4 - Amarela começa até março. ●
https://encr.pw/370nT

Aplicativo do Estadão



Receba alertas em tempo real das últimas notícias. ●
https://bit.ly/3D0iGb6

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP: 02598-900 - São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax**: (11) 3856-2940 ● **E-Mail**: forum@estadao.com ● **Central do assinante**: Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor**: (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP**: R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF**: R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS**: R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO E AL**: R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO**: R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$ 13,00 (domingo). ● **Vendas de assinaturas**: 0800-014-9000 ● **Whatsapp**: (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas**: (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade**: (11) 3856-2531 ● cas@estadao.com

Sistema de governo

PEC do Semipresidencialismo ganha impulso com Hugo Motta na Câmara

Proposta recebeu nos últimos dias mais de 40 assinaturas, atingindo número mínimo para ser protocolada; modelo estabelece figura do primeiro-ministro e dá mais poder ao Congresso

LEVY TELES
IANDER PORCELLA
BRASÍLIA

O deputado Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR) reuniu o número mínimo necessário de 171 assinaturas para que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Semipresidencialismo seja protocolada na Câmara. O número de subscrições aumentou substancialmente após o novo presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), defender o modelo parlamentarista em entrevista anteontem. Hauly disse que vai protocolar a PEC quando chegar ao apoio de 300 deputados, para "mostrar força". A proposta tinha 178 adesões até a tarde de ontem.

O semipresidencialismo é um modelo de governo em que o presidente da República divide o poder com um primeiro-ministro, eleito pelo Congresso Nacional – uma espécie de "meio-termo" entre o atual presidencialismo do Brasil e o parlamentarismo.

A proposta de Hauly daria ao premiê a capacidade de definir o plano de governo e o controle orçamentário, além de empoderar a Câmara, que poderia votar sozinha moções de confiança e censura. Pela PEC, o presidente da República é o chefe de Estado e comandante supremo das Forças Armadas, mas há também o primeiro-ministro, que é o chefe de governo.

ORÇAMENTO. Como mostrou a *Coluna do Estadão*, a discussão ganha força em momento de conflito entre os três Poderes sobre a execução do Orçamento da União. Nos últimos anos, principalmente durante a presidência de Arthur Lira (PP-AL) na Câmara, os parlamentares ganharam ainda mais poder sobre a destinação de emendas, o que enfraqueceu o Executivo. Mas esse modelo de distribuição de recursos tem sido questionado pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Poderes
Discussão ganha força em momento de conflito entre os três Poderes sobre a execução do Orçamento

Lira também defendeu, em seu mandato, a adoção do semipresidencialismo e chegou a criar um grupo de trabalho para discutir o tema. A mudança de sistema de governo já foi fomentada pelo o ex-presidente Michel Temer (MDB) e tem a simpatia de autoridades da cúpula do Judiciário. O presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, afirmou no ano passado que o semipresidencialismo poderia ser "uma forma de estabilização para a democracia". Mais recentemente, no fim de janeiro, o ministro Gilmar Mendes também defendeu o modelo.

Hauly intensificou uma campanha aberta entre os parlamentares no dia da definição do novo comandante da Câmara, quando a PEC reunia 134 assinaturas. Foram colhidas mais 13 assinaturas até a tarde de terça-feira. Em menos de 24 horas depois, mais 31 parlamentares apoiaram a proposta, chegando às 178 assinaturas.

Motta defendeu a adoção do modelo parlamentarista no Brasil com uma implementação a ser feita a longo prazo. "A discussão sobre o parlamentarismo deve existir no Congresso, mas não para 2026. A discussão se faz necessária por um período, até para que a população entenda. Já temos esse modelo em vários países, na Europa. O Brasil não tem condições de discutir isso, a longo prazo", afirmou.

FUNÇÕES. Segundo o texto apresentado, o primeiro-ministro seria nomeado pelo presidente da República após consultar membros do Congresso maiores de 35 anos. Ele poderia formular um programa de governo, exercer a direção superior da administração federal, indicar os ministros de Estado, expedir decretos, ter a gerência sobre o Orçamento, prover e extinguir cargos públicos federais, entre outras funções.

O premiê precisaria comparecer mensalmente e de forma obrigatória ao Congresso para apresentar relatório sobre a execução do programa de governo ou expor assuntos de relevância para o País, sob pena de crime de responsabilidade. Ele pode ser demitido caso o seu programa de governo seja rejeitado, caso o voto de confiança não seja aprovado pela Câmara ou caso essa mesma Casa aprove moção de censura, definida por maioria absoluta. A moção de censura pode ser feita após seis meses da posse do primeiro-ministro, por iniciativa de um quinto dos parlamentares.

Para entender

- **Divisão de poder**
  No semipresidencialismo, o presidente da República divide o poder com um primeiro-ministro eleito pelo Congresso Nacional
- **Primeiro-ministro**
  Pela proposta, que dá mais poder à Câmara, o premiê define o plano de governo e tem controle do Orçamento
- **Presidente**
  O presidente mantém a função de nomear ministros do STF, presidente do BC e procurador-geral da República

Nesse novo modelo, o presidente da República ganharia o poder de dissolver a Câmara dos Deputados em caso de grave crise política e institucional e de convocar extraordinariamente o Congresso. Ele mantém a capacidade de nomear ministros do Supremo e dos demais tribunais superiores, os chefes de missão diplomática, o presidente e os diretores do Banco Central, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União. Ainda tem o poder de sancionar ou vetar projetos do Congresso.

Assuntos relativos às Forças Armadas e a questões de guerra e paz também ficam com o presidente, além de condecorações, indulto ou graça. O presidente pode delegar funções ao primeiro-ministro. Hauly chama a proposição de "PEC da independência do Parlamento brasileiro, depois de 136 anos de presidencialismo imperial". "Nas melhores democracias, Parlamento e Executivo atuam em conjunto para garantir eficiência, eficácia e estabilidade política", disse.

TRÂMITE. Para a aprovação, a PEC precisaria avançar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e, depois, passar por uma comissão especial. Após a aprovação nesse colegiado, a matéria vai ao plenário, onde precisa de uma aprovação de 3/5, isto é, 308 dos 513 deputados, em dois turnos. No Senado, a PEC vai novamente para análise na CCJ e, posteriormente, ao plenário, onde precisaria do voto favorável de 49 dos 81 senadores. A tramitação de uma PEC, no geral, leva bastante tempo até a aprovação nas duas Casas. ●

Colégio de líderes indica fim de 'rolo compressor'

ANÁLISE

SILVIO CASCIONE

O colégio de líderes da Câmara dos Deputados, em sua primeira reunião após a eleição de Hugo Motta para a presidência da Casa, definiu que a pauta de votações voltará a ser divulgada com alguns dias de antecedência, dando oportunidade para que todos os partidos analisem os projetos e proponham alterações. Também ficou estabelecido um calendário-padrão para as sessões, com presença física dos deputados em pelo menos dois dias da semana.

Desde a década passada, e em especial após a pandemia, houve uma tendência fortíssima de centralização do processo legislativo em torno da presidência das Casas, em detrimento das lideranças partidárias e das comissões.

Por um lado, isso permitiu um "rolo compressor" extremamente eficiente para aprovar temas complexos como a reforma tributária sem atrasos. Entretanto, sufocou demais o debate democrático. Projetos de lei foram negociados e modificados em reuniões fechadas, com pareceres de última hora; sem capacidade de obstrução, a oposição teve apenas o discurso como ferramenta de ação política.

Um Congresso centralizado se comportou como um grande bloco de parlamentares com apenas um interesse em comum: a vontade de se reeleger e avançar suas carreiras políticas, com a ajuda de milhões de reais em emendas e outras verbas.

Seria muito ingênuo pensar que as negociações políticas deixarão de depender do toma lá dá cá de emendas e cargos. O cenário para 2025, inclusive, é bastante incerto, dado o risco de novas disputas judiciais e operações policiais que venham a paralisar o fluxo de verbas para os deputados. Podemos ter um ano de bastante instabilidade na relação entre governo e Congresso, apesar dos discursos conciliatórios dos últimos dias.

Ainda assim, qualquer mudança que indique um retorno à normalidade, com mais transparência e possibilidade de dissenso na construção da agenda parlamentar, é extremamente bem-vinda e merece ser acompanhada.

Isso é ainda mais relevante em um momento de intensa movimentação política com vistas à campanha de 2026, no qual os partidos negociam os termos de sua participação na reforma ministerial de Lula e analisam fusões, alianças e candidatos. É saudável que os líderes políticos exponham de forma um pouco mais transparente as suas preferências, podendo usar os espaços de negociação do Congresso, como as reuniões de líderes e as comissões, como forma de sinalização política e construção de um mínimo de identidade entre o eleitorado. É isso que se espera de um Parlamento. ●

MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA PELA UNB E DIRETOR DA CONSULTORIA EURASIA GROUP

Eufrázio



William Waack

Preces atendidas

É bem provável que o próprio Donald Trump não compreenda o que significa a "lei da selva", o "novo" sistema de relações internacionais. Esse tipo de situação nada tem de novo, mas é a primeira vez que a desordem mundial é incentivada por uma superpotência num ambiente de arsenais nucleares em clara expansão.

O fato de que os fortões estão passando a se comportar como bem entendem apanha o Brasil num momento particularmente delicado. Também isso nada tem de novo: o País é uma potência regional média com escassa capacidade de projeção de poder, e perdendo influência no seu próprio entorno.

Sua principal vulnerabilidade é o fato de que as elites políticas brasileiras nunca se preocuparam em estabelecer um projeto de país que levasse a sério questões de segurança e defesa nacionais. Preocupações estratégicas de longo prazo se restringem ao âmbito acadêmico civil e militar. Chegaram ao segmento industrial privado em raras situações (a Embraer é o destaque).

Essa ausência de um interesse social mais amplo sobre essas questões vem do fato de o Brasil estar muito afastado de qualquer conflito internacional relevante, seja ele geopolítico, comercial, étnico ou religioso. Não somos ameaçados existencialmente por vizinhos belicosos, nem estamos envolvidos diretamente em qualquer conflagração – o que nos tornou anestesiados em relação ao que acontece lá fora.

A desordem internacional explicitada por Trump é perigosa para o Brasil

Mas a lei da selva está aí, exigindo do Brasil delicadíssimo equilíbrio típico de países pequenos e vulneráveis – embora o colosso verde-amarelo disponha de tanto potencial. Somos dependentes em grande medida de mercados na Ásia e de insumos e tecnologias sensitivas de países ocidentais em geral e dos EUA em particular. E não sabemos o que vai acontecer do confronto entre China e EUA.

Ocorre que geopolítica e política comercial não se diferenciam mais. Em outras palavras, a economia está subordinada ao primado geopolítico e, como acentuam os clássicos do realismo, isso é função sempre de considerações de segurança nacional no relacionamento entre as potências. Vender commodities para um e continuar amigo de outro será com Trump um duríssimo teste de sensibilidade e habilidade diplomáticas.

O Brasil tem sido uma das vozes críticas querendo a mudança da "velha" ordem internacional – a tal da ordem liberal, das regras e instituições multilaterais, dentro da qual a China cresceu e passou a contestá-la (agora com a ajuda entusiasmada de Washington). Diante do que está acontecendo, soam proféticas as palavras do veterano embaixador Marcos Azambuja: "Cuidado com as preces atendidas". ●

JORNALISTA E APRESENTADOR DO PROGRAMA WW, DA CNN

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Executivo

Lula afirma que Silveira 'está mantido ministro' e reforça aceno a Pacheco

Presidente elogia atual ministro de Minas e Energia e diz que não há razão para mexer na pasta em reforma na Esplanada

GABRIEL HIRABAHASI
CAIO SPECHOTO
HENRIQUE SAMPAIO
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse ontem, em entrevista a rádios mineiras, que o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) "será mantido ministro". Lula elogiou Silveira e disse que ele é um auxiliar "excepcional".

"Silveira é um ministro excepcional. Poucas vezes o Ministério de Minas e Energia teve um ministro com a competência, a vontade de brigar, como o Silveira. Ele será mantido ministro. Não há porque mexer em uma coisa que está fazendo uma revolução no setor energético e de minas do País. Ainda vou discutir muito com o PSD e os partidos, porque não tenho pressa a fazer reforma", declarou em entrevista na manhã de ontem às rádios Itatiaia, Mundo Melhor e BandNewsFM BH.

Após a declaração, Silveira usou sua conta na rede social X (antigo Twitter) para agradecer ao presidente. "Que honra, presidente Lula. Muito obrigado pela confiança", disse. A publicação é acompanhada por um vídeo de Lula elogiando o ministro e garantindo a sua manutenção no cargo.

PACHECO. Lula disse ainda que vai depender do ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) decidir se quer ser ministro do governo federal e se quer ser candidato ao governo de Minas Gerais.

"Se eu falar para você que eles vão ficar, você vai dizer que Lula não faz mudança no governo. Mas posso te dizer que meu sonho com o Pacheco é mostrar a ele que ele é a figura pública mais importante de Minas Gerais e que, se ele quiser ser o candidato a governador, ele poderá ser o futuro governador. É só ele querer para a gente trabalhar para ele ser eleito. Ele vai ter que decidir", afirmou.

Lula disse que quer se reunir com Pacheco e com integrantes do PSD depois das férias que o senador pretende tirar.

> *"Meu sonho com o Pacheco é mostrar a ele que ele é a figura pública mais importante de Minas e que, se ele quiser ser o candidato (...), ele poderá ser o futuro governador"*
> **Luiz Inácio Lula da Silva**
> **Presidente da República**

Afirmou que não há pressa para esse encontro, mas que o PSD terá de "demonstrar o que tem".

Na reforma ministerial prevista para março, Lula já decidiu levar para o governo a presidente do PT, Gleisi Hoffmann. Gleisi foi escolhida por Lula para ser a ministra da Secretaria-Geral da Presidência, hoje responsável pela interlocução do Palácio do Planalto com os movimentos sociais.

ARRANJO. A ida da deputada para o primeiro escalão, no lugar de Márcio Macêdo, está demandando do PT um arranjo que envolve as legendas da base aliada, como mostrou o **Estadão**. O partido, que completa 45 anos no próximo dia 10, terá eleições diretas para a renovação de suas direções nacional, estadual e municipal no início de julho.

Dois nomes já começaram a ser sondados para o mandato-tampão: José Guimarães (CE), atual líder do governo na Câmara, e o senador Humberto Costa (PE).

Lula quer que o ex-prefeito de Araraquara e ex-ministro Edinho Silva seja o novo presidente do PT e aproxime o partido, na segunda metade do governo, do espectro político de centro. ●

Reforma ministerial é marcada por sinais dúbios

BASTIDORES

As mudanças no primeiro escalão que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende promover têm sido cercadas de sinais dúbios a aliados. Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, alguns desses gestos têm o objetivo de "testar" as possibilidades de troca como "balões de ensaio" (informações "vazadas" propositalmente para analisar possíveis impactos).

Interlocutores do Palácio do Planalto acreditam que o presidente deve definir, primeiro, as mudanças em pastas do PT e em vagas que podem ser consideradas como "cota pessoal" de Lula. A escolha da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, para a Secretaria- Geral da Presidência, por exemplo, se encaixaria nesse caso.

Há outras alterações aventadas, como mudanças no Ministério das Mulheres e, possivelmente, no do Desenvolvimento Social ou no da Saúde. Os ministros Cida Gonçalves (Mulheres), Wellington Dias (Desenvolvimento Social) e Nísia Trindade (Saúde) podem ser substituídos.

Para o lugar de Cida Gonçalves é cotado o nome de Luciana Santos (PCdoB), que deve ser retirada do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Para o lugar de Nísia, o nome do chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, é especulado. Seria uma forma de alçar Padilha a um cargo mais importante e, ao mesmo tempo, abrir espaço para alguém do Centrão na articulação política.

Um dos episódios que ilustram esses sinais dúbios de Lula ocorreu em reunião na semana passada. Questionado sobre a troca na Secretaria-Geral da Presidência, o petista disse que não havia se decidido sobre a substituição, mesmo indicando a outros auxiliares que a ida de Gleisi para o Ministério já estava certa. Outros sinais são as informações que circulam aventando a escolha de políticos para algum cargo, como uma possível ida do ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) para a pasta da Agricultura, ocupada pelo PSD.

Nova cúpula
Presidente deve aguardar Motta e Alcolumbre antes de definir espaço do Centrão na Esplanada

Segundo interlocutores do Planalto, antes de definir como o Centrão será reacomodado na Esplanada, Lula deve aguardar indicativos dos novos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Alcolumbre já sugeriu trocas no Ministério de Minas e Energia e nos Correios – quer indicar pessoas de sua confiança. Motta, por sua vez, ainda não colocou as cartas na mesa, mas o governo espera que isso ocorra nas próximas semanas. O novo presidente da Câmara deverá se dedicar a encontrar bons espaços para aliados de outras legendas. ● G.H.

Eufrázio

Ditadura militar

Meio século depois, Justiça fixa pensão à viúva de Herzog

HENRIQUE SAMPAIO

A Justiça Federal determinou que a União pague uma pensão vitalícia de R$ 34.577,89 à publicitária Clarice Herzog, viúva do jornalista Vladimir Herzog, assassinado pela ditadura militar em 1975. A decisão foi proferida pelo juiz Anderson Santos da Silva, da 2.ª Vara Federal Cível do Distrito Federal.

A medida tem caráter liminar e foi concedida com tutela provisória de urgência. O juiz considerou que há "fartas evidências" da perseguição sofrida por Herzog e destacou o estado de saúde de Clarice, que tem 83 anos e sofre de Alzheimer em fase avançada. A União pode recorrer da decisão.

O valor da pensão foi calculado com base no cargo ocupado por Herzog à época de sua morte, de diretor do Departamento de Jornalismo da TV Cultura. Segundo a decisão judicial, a quantia ainda pode ser reavaliada no decorrer do processo.

"Esta importante decisão, que ainda não é definitiva, acontece no marco de 50 anos desse crime e de incansável luta de Clarice por justiça para Vlado", afirmaram, em nota, a família Herzog e o Instituto Vladimir Herzog.

'MARCO'. O instituto destacou que a liminar representa um "importante marco" no processo que busca a anistia política post-mortem de Herzog. Segundo os advogados Beatriz Cruz e Paulo Abrão, ainda haverá uma análise de mérito pelo Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF-1).

Em abril do ano passado, a Comissão de Anistia reconheceu que Clarice também foi perseguida pelo Estado brasileiro em razão de sua luta por Justiça após a morte do marido. O colegiado determinou que ela tem direito a uma reparação econômica, a ser paga pelo Ministério do Planejamento.

DENISE ANDRADE

Clarice Herzog em registro de 2019; União pode recorrer

Vladimir Herzog foi convocado pelo Exército para prestar depoimento sobre suas ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). No dia 25 de outubro de 1975, ele compareceu ao DOI-Codi e nunca mais foi visto com vida.

RETIFICAÇÃO. A versão oficial divulgada pelos militares afirmava que o jornalista teria se suicidado dentro da cela, mas laudos e investigações posteriores comprovaram que ele morreu após ser submetido a sessões de tortura.

Em 2013, a Justiça de São Paulo determinou a retificação da causa da morte no atestado de óbito de Herzog. A nova versão substituiu "asfixia mecânica por enforcamento" por "lesões e maus-tratos sofridos durante interrogatório em dependência do 2.º Exército (DOI-Codi)".

O juiz da 2.ª Vara Federal Cível fundamentou a decisão na Constituição de 1988 e na lei de 2002 que regulamenta a anistia política no Brasil. ●

LEILÃO IMPERDÍVEL
OPORTUNIDADES EM SANTOS/SP
ONLINE
DIA 14/02 A PARTIR DAS 9H
COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO ATÉ 60X
LOTE 001
TERRENO NA VILA MACUCO • SANTOS/SP
ÁREA DE TERRENO: 1.056M²
LANCE INICIAL: R$3.220.000
LOTE 002
IMÓVEL COMERCIAL NO CENTRO SANTOS/SP • DESOCUPADO
LANCE INICIAL: R$6.150.000
ÁREA DE TERRENO: 266M²
ÁREA CONSTRUÍDA: 1.895M²
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Jose Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195

Paraná

Réu por assassinato de petista em 2022 irá a júri

Está marcado para a próxima semana, no Tribunal do Júri de Curitiba, o julgamento do agente penitenciário federal Jorge Guaranho, réu pelo assassinato do guarda municipal e tesoureiro do PT Marcelo Arruda (*foto*), em 2022, em Foz do Iguaçu. Acusado de homicídio duplamente qualificado, Guaranho está em prisão domiciliar. ●

REPRODUÇÃO

Supremo

Moraes autoriza transferência de 'kid preto'

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a transferência do tenente-coronel Hélio Ferreira Lima do Comando Militar do Planalto, em Brasília, para o 7.º Batalhão de Polícia do Exército, em Manaus. Lima é um dos "kids pretos" e foi preso em novembro de 2024 na Operação Contragolpe, da Polícia Federal. ●

Eufrázio

Licitação

Ministério recua e desclassifica empresa alvo da CGU e da PF

Pasta da Gestão acolhe pedidos de firmas concorrentes e reconsidera a decisão que havia habilitado a R7 Facilities

VINÍCIUS VALFRÉ
BRASÍLIA

O Ministério da Gestão e da Inovação recuou e desclassificou de uma licitação de R$ 383,1 milhões a empresa R7 Facilities, investigada por suspeita de fraudes licitatórias e uso de "laranjas". A decisão é baseada em um possível uso irregular de benefício tributário por parte da firma.

Como mostrou o **Estadão** nesta semana, a pasta da ministra Esther Dweck tinha habilitado a R7 Facilities no processo de contratação de 1.216 funcionários terceirizados para 12 ministérios. Essa licitação é uma das maiores lançadas pelo governo federal, para terceirização, nos últimos anos.

Procurada, a R7 afirmou que "recorrerá da decisão do pregoeiro, na forma prevista no edital e na lei". Anteriormente, havia refutado a existência de "laranjas" e destacado que mantém operação regular e uma história de prestação de serviços de qualidade.

Com sede em Brasília, a R7 virou alvo de investigações da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União (CGU) depois de o **Estadão** publicar reportagens que mostraram que a empresa tem indícios de estar registrada em nome de "laranja", de atuar de forma coordenada com outras firmas para simular concorrência em licitações e de inflar balanços para obter benefícios fiscais.

REVISÃO. Na licitação do Ministério da Gestão, aberta no fim do ano passado, a R7 ofereceu o menor preço do certame, R$ 321 milhões. Depois de aceitar a proposta, a pasta recuou da própria decisão após análise de recursos apresentados por três concorrentes.

"A função do recurso administrativo é possibilitar que a administração pública reveja seus próprios atos, corrigindo possíveis equívocos, reformando decisões, evitando que a questão seja levada ao Judiciário para o controle de legalidade do ato administrativo", informou o ministério. O documento foi assinado anteontem pelo pregoeiro Tiago Alves de Sousa e por Ricardo da Silveira Porto, coordenador de Contratação de Serviços Terceirizados e de Engenharia do Ministério da Gestão.

WILTON JUNIOR/ESTADÃO



Fachada da R7 Facilities, em Brasília; empresa diz que vai recorrer

A R7 Facilities foi desclassificada porque eles entenderam que a empresa ofereceu um preço menor pelos serviços alegando um benefício tributário a que não tem direito. A firma diz poder aplicar a chamada desoneração da folha de pagamento ao definir os custos, o que não foi acatado.

"A R7 não logrou êxito em comprovar, efetivamente, seu direito ao uso da 'desoneração da folha de pagamento' e tampouco a demais alíquotas que impactam na sua formulação de preços com base no regime cumulativo, razão pela qual se posiciona esta administração, com reformulação de suas análises, pela desclassificação/inabilitação", afirma a decisão do ministério. A suspeita de uso irregular da desoneração da folha foi apontada em março de 2024 pelo **Estadão**.

> ***"A R7 não logrou êxito em comprovar, efetivamente, seu direito ao uso da 'desoneração da folha de pagamento', razão pela qual se posiciona esta administração pela desclassificação/inabilitação"***
> **Ministério da Gestão**

Questionada anteriormente sobre a habilitação da empresa investigada, a pasta da Gestão informou que estava em análise de recursos e não havia nenhuma condenação que pudesse resultar na desclassificação da firma. A postura causou constrangimento em setores do governo. Isso porque outros ministérios nos quais a R7 tentou entrar com licitações recentemente detectaram irregularidades nas propostas e barraram a empresa.

Uma delas foi a CGU. Em uma licitação de R$ 5,2 milhões para terceirização, ainda em curso, a pasta inabilitou a R7 por irregularidades na indicação da desoneração da folha. Esse entendimento só foi considerado pelo Ministério da Gestão na fase de análise de recursos apresentados por empresas concorrentes.

PROCESSO. No mês passado a CGU abriu um Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) contra a R7. As denúncias foram feitas pelo **Estadão** em fevereiro e março de 2024. Na época, o governo disse que a CGU tinha aberto investigação preliminar, que agora evoluiu para processo que pode resultar na proibição de contratar com o poder público.

A R7 está em nome de Gildenilson Braz Torres, um técnico em contabilidade que vivia em uma casa na periferia do Distrito Federal. Ele recorreu ao auxílio emergencial na pandemia e tinha R$ 523,64 na conta bancária, segundo ação de execução fiscal de 2022. ●

Fundação Brasileira de Teatro

Entidade suspende negociação com ex-procurador de Dirceu

BRASÍLIA

A Fundação Brasileira de Teatro (FBT) suspendeu a negociação com o Atualbank, que está em nome do empresário e dirigente do PT em Brasília Fernando Nascimento da Silva Neto. A empresa, que não tem autorização do Banco Central para funcionar como banco, foi constituída com "laranjas" e usa lastro bilionário falso, como mostrou o **Estadão**. Além disso, tentou assumir a gestão da fundação, dona de patrimônio milionário, oferecendo como garantia uma área irregular na Amazônia.

"Suspendemos toda a negociação. Não teremos nenhum acordo ou novas tratativas com o banco ou com Fernando. Estamos procurando outros parceiros. Para salvar a fundação, só com a recuperação judicial ou algum banco, alguém com muito dinheiro", afirmou o presidente da FBT, Gilberto Rios.

Procurado, Fernando Neto não respondeu. Anteriormente, ele havia declarado que só estudava formas de solucionar a dívida "de valor altíssimo" da entidade, mas que "nada foi ofertado". Contudo, a reportagem teve acesso à minuta do contrato negociado por ele.

Para assumir a entidade, Fernando Neto ofereceu como garantia uma fazenda de 96 mil hectares localizada entre Novo Aripuanã e Apuí (AM). A área dentro da floresta amazônica é maior do que o perímetro de Florianópolis. A propriedade está em nome de um homem de Mato Grosso que negou ter qualquer relação com o Atualbank e disse desconhecer o fato de a fazenda ter aparecido como garantia de um negócio.

> **No Amazonas**
> **Para assumir entidade, empresário petista ofereceu como garantia fazenda em área grilada**

"Nunca fiz nada com esse banco, nada. Não tenho conhecimento disso (*da propriedade como garantia em operação para assumir a FBT*), de jeito nenhum. Você me deixou assustado", afirmou Valmir Martins de Paula à reportagem.

Havia ainda outro problema com a fazenda. A partir do cruzamento de imagens de satélites e de dados ambientais georreferenciados, constatou-se que o imóvel estava registrado dentro da Floresta Estadual Aripuanã e da Reserva Extrativista Guariba. O órgão ambiental do Amazonas determinou a suspensão do cadastro da propriedade tão logo tomou conhecimento da sobreposição com unidades de conservação.

"Diante da identificação de sobreposição da Fazenda Água Branca com áreas destinadas à proteção, conservação ambiental e uso de comunidades tradicionais, foi realizada a suspensão do Cadastro Ambiental Rural declarado. Essa medida decorre da constatação de indícios de informações falsas ou enganosas em imóveis rurais registrados no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural", destacou o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM).

Filiado ao PT desde 2004, Fernando Neto foi uma espécie de "faz-tudo" do ex-ministro José Dirceu, de 2018 a 2023. Por meio de assessoria, Dirceu afirmou que rompeu com o ex-procurador depois de "tomar conhecimento de indícios de que Neto estaria falando em seu nome".

HISTÓRIA. A FBT foi criada nos anos 1950 pela atriz Dulcina de Moraes, no Rio. No início dos anos 1970, ela levou a fundação para Brasília e montou na capital federal uma faculdade de Artes Cênicas e também o que já foi uma das principais salas de teatro do País.

Apesar da importância histórica, a fundação tem realidade fiscal de completa penúria, resultado de má gestão e fraudes que levaram o projeto à beira da falência. As dívidas da FBT passam de R$ 40 milhões.

Em nota, o Ministério da Cultura afirmou que reconhece a importância da Fundação Brasileira de Teatro e a história de Dulcina de Moraes. A pasta disse que chegou a receber representantes da entidade, em meados de 2023, mas não pôde ajudar. ● V.V.

Eufrázio



Oriente Médio

Aliados de Trump tentam atenuar proposta para Gaza

Assessores e membros do governo americano garantem que reconstrução do enclave será feita sem dinheiro e tropas dos EUA

WASHINGTON

Após a repercussão negativa entre países aliados e observadores internacionais, membros do alto escalão do governo de Donald Trump tentaram ontem amenizar a proposta do presidente de "assumir o controle" de Gaza e remover 2,2 milhões de palestinos do enclave, afirmando que ele não havia se comprometido a enviar as tropas para limpar o território e garantindo que qualquer realocação da população seria temporária.

Falando a repórteres na Guatemala, o secretário de Estado Marco Rubio teve de repetir algumas vezes que Trump estava propondo apenas limpar e reconstruir a Faixa de Gaza, e não reivindicar a posse indefinida do território palestino.

Em almoço a portas fechadas em Washington, Steve Witkoff, enviado especial dos EUA para o Oriente Médio, disse a senadores que Trump não pretende enviar tropas americanas e não quer gastar nenhum tostão do contribuinte em Gaza. "Quando o presidente fala em limpar o território, ele quer dizer torná-lo habitável de novo", disse Witkoff.

DEFESA. Ao mesmo tempo, na Casa Branca, a secretária de imprensa, Karoline Leavitt, garantiu que o presidente não havia assumido nenhum compromisso com o envio de soldados a Gaza, embora ela não tenha especificado como Trump poderia assumir o controle do território sem usar a força militar.

"Os EUA precisam se envolver na reconstrução de Gaza para garantir a estabilidade da região, mas não vão pagar por ela", disse. "O presidente americano está comprometido com a realocação temporária dos que estão lá. Mas isso não significa que haverá tropas em Gaza."

O plano foi anunciado na terça-feira pelo próprio presidente, após reunião na Casa Branca com o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu. "Vamos assumir Gaza, desmantelar todas as bombas não detonadas e limpar os prédios destruídos", disse Trump.

Questionado por um jornalista, ele não descartou a possibilidade de enviar tropas. "Se for necessário, faremos isso." O presidente afirmou ainda que a ocupação seria longa. "Vejo uma posição de propriedade de longo prazo", afirmou o presidente, que falou em transformar Gaza em uma "Riviera do Oriente Médio". Enquanto isso, segundo Trump, os deslocados seriam recebidos por Egito e Jordânia.

A reação foi imediata. A proposta foi criticada por alguns republicanos, entre eles o senador Rand Paul. "Não temos nada que contemplar mais uma ocupação para arruinar o Tesouro e derramar sangue de nossos soldados", disse. Lindsey Graham, outro senador, também criticou o envio de tropas. "Muita gente não gostaria de ver americanos em Gaza."

Em comunicado, a Arábia Saudita rejeitou o deslocamento forçado e reiterou que não estabeleceria laços diplomáticos com Israel sem a criação de um Estado palestino. A chancelaria do Egito disse que a reconstrução de Gaza deve começar "sem a saída dos palestinos". E o rei Abdullah II, da Jordânia, rejeitou a anexação do enclave.

No Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou a declaração de Trump e disse que ela é "praticamente incompreensível para qualquer ser humano".

CRIMES. Analistas também criticaram a ideia. "A escala e o nível de coerção e força exigidos tornam o deslocamento forçado um crime contra a humanidade", disse Janina Dill, diretora do Instituto Oxford de Ética, Direito e Conflitos Armados.

"Seria uma violação grave. A especificidade dessa violação dependeria do fato de a Palestina ser considerada um Estado", afirmou Marko Milanovic, professor de direito internacional da Universidade de Reading, na Inglaterra. ● NYT

JACK GUEZ/AFP



Agradecimento a Trump na fachada de um hotel de Tel-Aviv

Navios do governo dos EUA cruzarão Canal do Panamá sem pagar

O Departamento de Estado dos EUA anunciou ontem que os navios do governo americano poderão navegar gratuitamente pelo Canal do Panamá, após forte pressão do presidente Donald Trump sobre o país. ●

Ameaças podem ser, mais uma vez, tática de negociação

ANÁLISE

PATRICK KINGSLEY
THE NEW YORK TIMES

O plano de Donald Trump de colocar Gaza sob ocupação e transferir seus 2,2 milhões de moradores encantou a direita israelense, horrorizou os palestinos, chocou os aliados árabes e confundiu analistas, que o viram como inviável. Mas, para alguns, a ideia é tão improvável que parece a oferta inicial de uma nova rodada de negociações sobre o futuro de Gaza.

Para a direita israelense, o plano desfez décadas de ortodoxia, levantando a possibilidade de anular a ameaça militante em Gaza sem criar um Estado palestino. Líderes de assentamentos o saudaram como uma rota pela qual poderiam reassentar o enclave com judeus – um desejo antigo.

Para os palestinos, a proposta constitui uma limpeza étnica. "Ultrajante", disse Mkhaimar Abusada, analista palestino de Gaza. "Os palestinos preferem viver em tendas ao lado de suas casas destruídas do que se mudar."

"Muito importante", escreveu Itamar Ben-Gvir, parlamentar israelense de extrema direita. "A única solução para Gaza é incentivar a migração dos palestinos", disse. "Cômico", afirmou Alon Pinkas, ex-embaixador de Israel. "Faz a anexação de Canadá e Groenlândia parecerem mais fáceis."

Enquanto Trump apresentou a ideia como uma gentileza para os palestinos que vivem em um território devastado, especialistas disseram que a retirada forçada seria um crime contra a humanidade.

Transferências de população nesta escala muitas vezes exacerbam problemas sociais e políticos. Mas é a própria extravagância do plano que sinalizou para alguns que não era para Trump ser levado ao pé da letra. Muitos viram sua jogada em Gaza como uma tática de negociação para forçar compromissos do Hamas e dos árabes.

CONCESSÕES. Em Gaza, o Hamas ainda não concordou em ceder o poder, o que torna Israel menos propenso a estender o cessar-fogo. A Arábia Saudita recusa-se a normalizar laços com Israel ou ajudar na governança de Gaza sem a criação de um Estado palestino.

Por isso, o plano de Trump pode ter sido uma tentativa de fazer Hamas e Arábia Saudita mudarem de ideia, disseram analistas. "Entre preservar o controle de Gaza e manter uma presença palestina, o Hamas talvez se contente com o último", afirmou o analista israelense Michael Milshtein.

"A Arábia Saudita está sendo pressionada a desistir da criação de um Estado palestino e se contentar com um acordo que preserve o direito dos palestinos de permanecer em Gaza", afirma Mkhaimar Abusada.

Preocupação em Israel
A anexação poderia ter impacto na democracia, a menos que os palestinos sejam impedidos de votar

Trump também deu à direita israelense uma razão para apoiar o cessar-fogo, segundo analistas. Nadav Shtrauchler, ex-conselheiro do premiê israelense, Binyamin Netanyahu, disse que a direita "precisa ver algum avanço". Mas, em Israel, o plano também provocou preocupação de que o Hamas encerre o cessar-fogo. Parentes de reféns evitaram criticar a ideia, mas pediram que Trump se concentrasse primeiro em persuadir Israel e Hamas a estender a trégua.

Outros foram mais explícitos. Israel Ziv, ex-general do Exército, descreveu ideia de Trump como "um ataque terrorista diplomático". Ele disse que ela enfureceria os vizinhos de Israel, que não querem receber refugiados. "Todos ficaríamos felizes em acordar e descobrir que um vizinho chato se mudou", disse. "Mas são 2 milhões de vizinhos. Não há chance de eles cooperarem."

Também há preocupação em Israel com o impacto que a anexação teria na democracia, a menos que os palestinos sejam privados do direito de votar. "Teríamos de escolher entre demografia e democracia", disse Itamar Rabinovich, ex-embaixador de Israel nos EUA. "Se você não der cidadania aos palestinos, você perde sua democracia. Se der, perde o caráter judeu do Estado." ●

É JORNALISTA

Eufrázio

Diplomacia da motosserra

Seguindo passos de Trump, Milei retira Argentina da OMS

Presidente argentino cita como motivo da saída o confinamento durante a pandemia, que teria sido 'crime de lesa humanidade'

BUENOS AIRES

O governo de Javier Milei anunciou ontem a saída da Argentina da Organização Mundial da Saúde (OMS). Alegando profundas diferenças de gestão sanitária, a Casa Rosada segue os passos de seu aliado, Donald Trump, que retirou os EUA da instituição nas primeiras horas após a posse, em 20 de janeiro.

A agência de saúde coordena a resposta mundial a ameaças sanitárias globais, fornece assistência técnica aos países mais pobres e ajuda a distribuir vacinas. Repetindo o estilo de Trump, de comentar decisões nas redes sociais, Milei usou palavrões em seu post no X: "Fora OMS !!! Viva a liberdade, carajo".

Ele fez a postagem depois que o porta-voz da presidência, Manuel Adorni, anunciou a decisão, explicando que Milei havia instruído seu chanceler, Gerardo Werthein, a comunicar a saída à OMS. "Isso se baseia nas profundas diferenças em relação à gestão da saúde durante a pandemia, que junto com o governo de Alberto Fernández (*antecessor de Milei*), nos levou ao maior lockdown da humanidade", disse Adorni, acrescentando que a saída não implica em perda de recursos.

SOBERANIA. Milei foi um dos maiores críticos de Fernández (2019-2023) na gestão da pandemia. O presidente argentino, um ultraliberal que rejeita o que chama de "agenda progressista", se identifica como um "anarcocapitalista" e critica a interferência do Estado e dos organismos supranacionais na agenda da Argentina.

No X, Milei também postou várias de suas intervenções em fóruns internacionais questionando a ONU e a OMS, criada em 1948. Em um de seus discursos, o presidente argentino disse que a ONU nasceu para "defender os direitos dos homens", mas "tem sido uma das principais propulsoras da violação da liberdade".

ALEX BRANDON/AP - 14/11/2024



Milei na Flórida, em novembro: alinhamento automático com Trump

CRÍTICAS. A decisão de Milei, porém, recebeu críticas de diferentes setores. O secretário de Saúde da cidade de Buenos Aires, Fernán Quirós – do partido conservador Proposta Republicana (PRO), do ex-presidente Mauricio Macri –, disse que "as políticas de coordenação sanitária são indispensáveis nos períodos pandêmicos que estamos vivendo".

O Ministério da Saúde da Província de Buenos Aires – distrito governado pelo peronismo – rejeitou "o modo arbitrário" como Milei tomou a decisão. Outros opositores alegaram que a Argentina perderá a possibilidade de comprar vacinas a um preço mais baixo e de vender as que produz, que os profissionais da saúde ficarão isolados da tomada de decisões-chave no manejo de crises sanitárias e institutos médicos nacionais, como o que coordena os transplantes, perderão seu status como centros colaboradores. Eles também criticaram o alinhamento de Milei com Trump.

> ***"Hoje, a evidência mostra que as receitas da OMS não funcionam, porque são o resultado de influência política, não baseadas na ciência"***
> **Comunicado oficial do governo argentino sobre saída do país da OMS**

O governo argentino fez o anúncio poucos dias antes de uma nova viagem de Milei aos EUA, prevista para o dia 20. Ele esteve com Trump em novembro e foi o primeiro líder estrangeiro a se reunir com o republicano após sua vitória nas eleições presidenciais, em 2024.

A nova viagem de Milei aos EUA coincide com a cúpula da Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC), que reunirá líderes da direita de vários países em Washington. O porta-voz do governo argentino não deu detalhes de sua agenda ou se ele se reunirá novamente com o presidente americano durante sua passagem por Washington.

DESFALQUE. Diferentemente do que diz Milei, a OMS não tem autoridade para obrigar os países a tomarem medidas sanitárias específicas e, muitas vezes, suas diretrizes e recomendações são ignoradas. O governo argentino já tinha rejeitado, no ano passado, a assinatura de um acordo para a gestão das pandemias no âmbito da OMS, alegando que fazer isso poderia afetar a soberania nacional.

Embora a contribuição da Argentina para a OMS seja estimada em cerca de US$ 9 milhões de um total de US$ 4,9 bilhões, a perda de outro país-membro contribuirá para fraturar ainda mais a cooperação mundial em saúde. A OMS depende da colaboração dos seus membros para monitorar de maneira mais eficaz vírus emergentes que podem causar pandemias. ● AP

A guerra de Putin

EUA planejam revelar plano de paz para Ucrânia na próxima semana

MOSCOU

O presidente dos EUA, Donald Trump, pretende revelar seu aguardado plano para acabar com a guerra na Ucrânia na próxima semana, durante a Conferência de Segurança de Munique, na Alemanha, segundo a agência Bloomberg. Ontem, a Rússia confirmou estar em contato com o governo americano para discutir o tema.

O enviado especial de Trump para a Ucrânia, Keith Kellogg, será o responsável por apresentar a proposta no evento, marcado para os dias 14, 15 e 16. Ainda não há, segundo a Bloomberg, detalhes do plano americano.

Comentários de aliados e do próprio Kellogg indicam que a proposta deve incluir o congelamento do conflito e deixar o território ocupado pelas forças russas em um limbo, enquanto fornece garantias de segurança para que os russos não ataquem os ucranianos novamente. Outra ideia seria realizar eleições na Ucrânia, o que é uma exigência da Rússia, que está ansiosa para se ver livre do presidente Volodmir Zelenski.

> **Acordo**
> **Presidente prometeu encerrar a guerra 24 horas após a posse, mas mudou o discurso logo depois**

O porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, confirmou ontem que há conversas entre o presidente russo, Vladimir Putin, e representantes de Trump. "De fato, há contatos e eles se intensificaram recentemente, mas não posso dar mais detalhes", disse.

Nas últimas semanas, Putin intensificou seu esforço para minar Zelenski, repetindo que o presidente ucraniano não é mais legítimo, já que novas eleições deveriam ter sido realizadas em 2024 – Kiev alega que a lei ucraniana proíbe a votação durante a lei marcial.

Trump prometeu encerrar a guerra na Ucrânia 24 horas após a posse, o que provocou especulações de que ele poderia pressionar a Ucrânia a fazer concessões. Mas, com o tempo, ele foi endurecendo o discurso, ameaçando impor tarifas e sanções à Rússia, caso ela não negociasse um acordo. ● NYT

R.D. Congo

Rebeldes atacam e queimam vivas mulheres durante fuga de presídio

Centenas de mulheres foram estupradas e queimadas vivas pelo grupo rebelde M23, apoiado por Ruanda, que tomou a cidade de Goma, na semana passada. As detentas foram atacadas em sua ala durante uma fuga em massa, segundo a vice-chefe da força de paz da ONU, Vivian van de Perre. ●

França

Macron convida novo líder da Síria para visitar Paris, de acordo com Damasco

O novo líder sírio, Ahmed al Sharaa, recebeu uma ligação do presidente francês, Emmanuel Macron, que o convidou para visitar a França, segundo a presidência síria. Sharaa foi designado presidente interino em janeiro, após liderar a coalizão rebelde que derrubou Bashar Assad, em dezembro. ●

Bangladesh

Manifestantes incendeiam casa histórica de ex-primeira-ministra exilada na Índia

Milhares de manifestantes em Bangladesh, revoltados com os planos da ex-primeira-ministra Sheikh Hasina de discursar a apoiadores, destruíram a casa da família que já simbolizou a independência do país. Ela fugiu no ano passado para a Índia durante uma rebelião contra seus 15 anos de governo. ●

Eufrázio



Ambiente e Clima

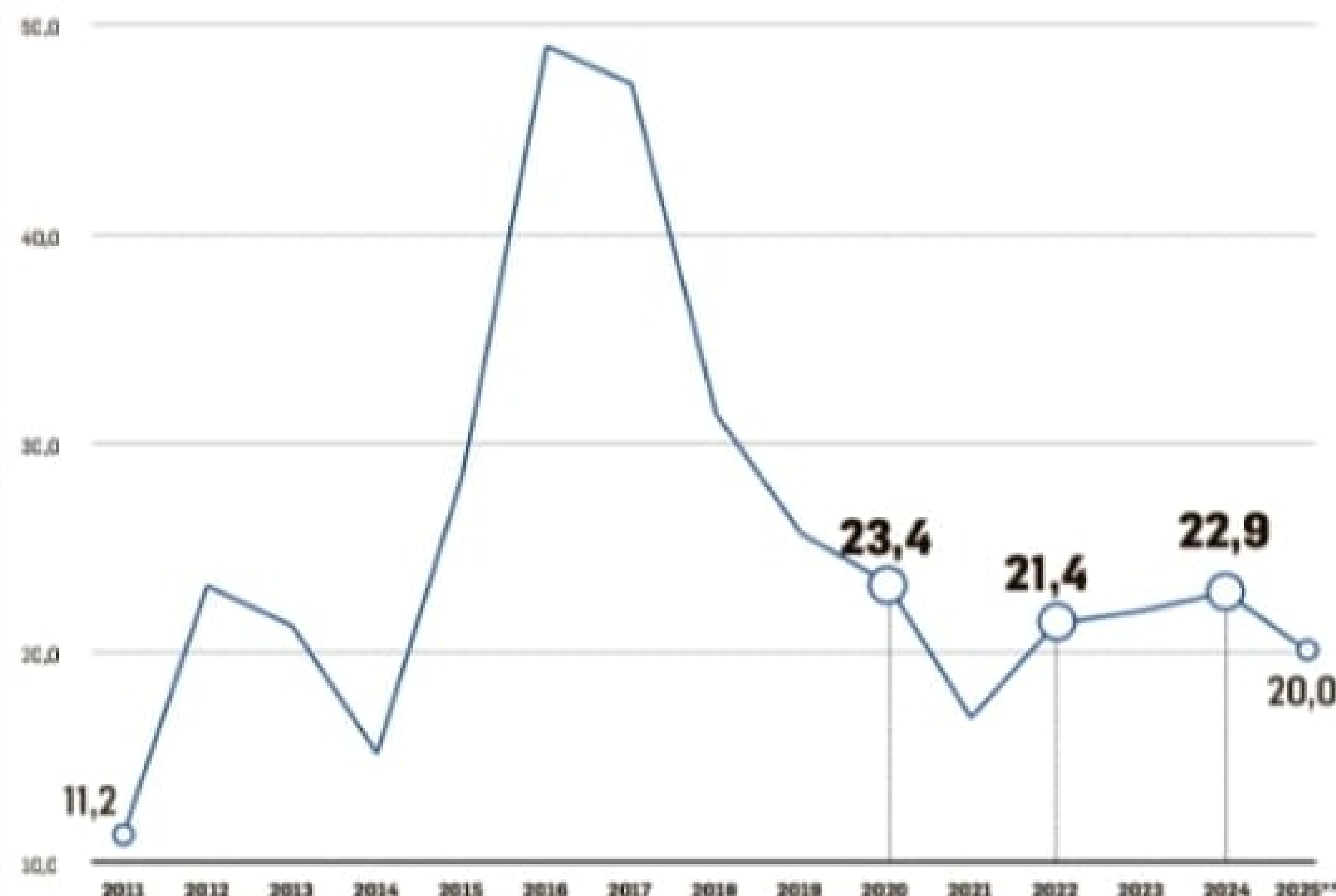
Órgão federal para desastres tem déficit de equipe e de orçamento

MPF apura condições estruturais do Cemaden, que tem mesmo nível de verbas desde 2019 e mais atribuições; gestão diz que fará repasse de recursos do PAC

ORÇAMENTO ESTAGNADO

Recursos destinados ao órgão ainda seguem no mesmo patamar de 2018*

Valores
EM MILHÕES DE REAIS



WILTON JUNIOR/ESTADÃO



2022
Mais de 240 pessoas morreram nas enchentes e deslizamentos de terra em Petrópolis

WILTON JUNIOR/ESTADÃO



2024
Enchentes no Rio Grande do Sul mataram mais de 180 pessoas

* VALORES CORRIGIDOS DE ACORDO COM O ÍNDICE IPCA DO PERÍODO
** O DADO DE 2025 É REFERENTE AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ENVIADO PELO GOVERNO AO CONGRESSO E AINDA PENDENTE DE APROVAÇÃO

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

PAULA FERREIRA
BRASÍLIA

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) bateu recorde de alertas emitidos em 2024. No total, foram 3.622 avisos. Apesar disso, o órgão federal trabalha só com 96 servidores e orçamento que não sai da casa dos R$ 20 milhões desde 2019. A limitação de equipes e de recursos do centro, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI), virou alvo de apuração do Ministério Público Federal.

Ao **Estadão**, o Cemaden afirmou que "em nenhum momento deixou de cumprir com suas missões". Mas diz que, ao longo dos anos, a estrutura sofreu defasagem. O órgão pleiteou mais recursos e destacou repasse previsto de R$ 82 milhões via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O ministério encaminhou à reportagem a mesma nota.

Segundo o Cemaden, 53% dos alertas emitidos em 2024 foram ligados a riscos geológicos, como deslizamentos de terra, e 47% a riscos hidrológicos, como inundações, alagamentos e enxurradas. A recorrência de desastres evidencia a necessidade de fortalecer o órgão criado em 2011 – como resposta ao desastre na Região Serrana do Rio de Janeiro, que deixou 917 mortos.

Dados do órgão revelados pelo jornal *O Globo* e confirmados pelo **Estadão** mostram que, em 2012, o centro operava com 75 funcionários temporários que depois foram absorvidos para monitorar 286 municípios. Doze anos depois, em 2024, eram 96 funcionários para 1.133 municípios, onde estão 60% da população brasileira.

Coordenador-geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Cemaden, José Marengo afirma que, diante da crise climática, o ideal seria monitorar todos os municípios do País e não só os prioritários. "Aí está o problema, (*há*) falta de pessoas, falta de equipamentos."

A demanda cresceu exponencialmente. Enquanto o total de cidades monitoradas ficou 296% maior, o número de servidores aumentou apenas 28%. Em 2013, o órgão solicitou 180 vagas extras, mas, na época, menos da metade do pedido foi de fato atendida.

Descompasso
Enquanto o total de cidades monitoradas ficou 296% maior, o número de servidores aumentou 28%

Diretora substituta do Cemaden, Regina Alvalá afirma que, mesmo com a alta demanda, o órgão emitiu alertas antecipados para todos os eventos ocorridos no Brasil desde 2011. Ela diz que, de fato, é preciso aumentar o número de funcionários, mas pondera que ao longo do tempo o Cemaden implementou ferramentas que aumentaram a eficiência, mesmo com quadro reduzido.

MPF. A estrutura aquém do necessário fez com que o MPF instaurasse procedimento para apurar as condições do órgão. A Procuradoria pretende mapear as lacunas operacionais para identificar medidas necessárias para aumentar o número de funcionários e incremento dos equipamentos.

"A fragilização do Cemaden coloca em risco a rede de proteção à população, podendo levar à violação de direitos humanos como o direito à vida, à saúde e à moradia digna", afirmou, em nota, a procuradora da República Ana Carolina Haliuc Bragança, responsável pelo procedimento.

Diretora adjunta de Pesquisa do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e autora do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU, Patrícia Pinho afirma que o monitoramento e a emissão de alertas ainda não são realidade na maior parte dessa região. "É muito desigual. Na Amazônia Legal, temos poucos municípios monitorados, quase nada além das capitais, onde a incidência dos eventos extremos afeta mais de 10 milhões de pessoas ao longo de 20 anos de análise que desenvolvemos." Ela diz que, mesmo quando há monitoramento, nem todos os riscos são mapeados por vazio informacional.

"O conhecimento e antecipação dos problemas pode significar uma rota bem mais segura e menos dolorosa para enfrentar efeitos do aquecimento global", diz Suzana Kahn, especialista em mudanças climáticas e da Coppe, instituto de engenharia da Universidade Federal do Rio (UFRJ). Segundo ela, além da prevenção, o centro fornece dados que podem ser valiosos para entender padrões do clima. A Grande São Paulo, por exemplo, já vê aumentar a recorrência de dias com chuvas extremas nos últimos 60 anos. ●

Tragédia

Teto da 'Igreja do Ouro' cai na Bahia e mata 1; vistoria seria feita hoje após forro ter dilatação

Turista de Ribeirão Preto morreu e outras 5 pessoas ficaram feridas; Iphan diz que projeto de restauro estava em andamento

FERNANDA SANTANA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO
SALVADOR

Parte do teto da Igreja de São Francisco de Assis, mais conhecida como "Igreja do Ouro" no Pelourinho, região do Centro Histórico de Salvador, desabou na tarde de ontem. O acidente provocou a morte de Giulia Panchoni Righetto, de 26 anos, paulista de Ribeirão Preto. Outras cinco pessoas ficaram feridas. Um problema foi notado na segunda-feira, mas haveria uma visita técnica apenas hoje.

Ontem, à TV Globo, o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Leandro Grass, informou que o frei responsável pela igreja protocolou na segunda-feira, às 15h48, um protocolo relatando "dilatação no forro". Como não se falou em urgência, uma vistoria foi marcada para esta quinta.

Há mais de dez anos, historiadores e defensores do patrimônio denunciavam as más condições estruturais do templo, erguido em 1708. Um restauro da na estrutura até chegou a ser anunciado em 2024.

A Polícia Civil vai investigar a morte de Giulia, que tinha viajado a Salvador como turista e estava visitando a igreja no momento em que o teto colapsou. Segundo a Defesa Civil, o espaço central da igreja cedeu durante um momento em que o templo estava aberto, mas não havia missa.

O comerciante francês George Laporte, dono de uma sorveteria a menos de 10 metros da igreja, atendia clientes quando ouviu "um barulho muito forte de coisa caindo". "Todo o mundo saiu (*da loja*) para ver", narrou. Ao cruzarem a porta, já avistaram parte da igreja, do outro lado da rua, reduzida a escombros.

Pessoas que passavam em frente à igreja histórica tentaram ajudar as vítimas. A área, logo depois, foi isolada pela polícia. Os feridos foram socorridos e encaminhados para um hospital local. Conforme as autoridades, todos só sofreram ferimentos leves e não correm risco de morrer.

Interior revestido de ouro
Igreja de São Francisco de Assis é considerada uma das 7 Maravilhas de Origem Portuguesa no mundo

Em nota oficial, a Arquidiocese de São Salvador da Bahia manifestou "a sua mais profunda solidariedade com a Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil, Ordem dos Frades Menores, OFM, com as pessoas vitimadas por esta fatalidade e suas famílias".

VALOR PATRIMONIAL. O templo foi construído no início do século 18. Seu interior é revestido de ouro e a igreja é considerada uma das Sete Maravilhas de Origem Portuguesa no mundo. O prédio é um dos mais expressivos monumentos do barroco nacional e também é tombado pelo Iphan. Integra ainda o perímetro considerado como patrimônio mundial (popularmente chamado de "patrimônio da humanidade") pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

DEFESA CIVIL DE SALVADOR



Historiadores denunciavam más condições estruturais na igreja

A igreja possui uma arquitetura singular. No anexo, há um pequeno museu com exposição de peças sacras.

Outra construção desse perímetro ruiu no ano passado: o antigo casarão do centenário restaurante Colon, lembrado em livro de Jorge Amado, após mais de três anos interditado.

As obras de restauração, além de raras, às vezes são mal feitas: numa delas, por exemplo, o empreiteiro responsável contratou moradores do bairro como pedreiros e usou cimento impermeável para assentar azulejos – eles absorveram a umidade e estouraram.

Esse relato está em reportagem de 2010 do **Estadão**, que já denunciava os problemas de conservação da igreja, que se acumulavam desde o fim do século 19. "Cada obra, no ritmo de verbas que recebemos do Patrimônio Histórico, demora dez anos para ser concluída, quando já é hora de começar outra", disse o então guardião do convento, frei Afonso.

A última grande reforma data de 1983. Em junho de 2023, um dos pátios da igreja foi parcialmente fechado após se constatar risco de desabamento do pináculo (cúpula de ferro que fica no topo da igreja e pesa uma tonelada e meia) da torre da igreja. Até uma rua no entorno da igreja teve de ser interditada.

"O forro era uma joia à parte da nossa arte brasileira. Ver tudo isso no chão é uma tragédia", afirma o historiador e curador de obras de arte Rafael Dantas, que já organizou projetos ali e, em 2019, por exemplo, promoveu uma visita ao local. "Já havia vazamento, cupim. Na época, isso chegou a ser denunciado, mas nada foi feito", conta. A parte do teto que caiu, segundo ele, trazia "detalhes geométricos e caixotões pintados que registravam passagens religiosas".

IPHAN. Superintendente do Iphan, Hermano Queiroz esteve no local no fim da tarde. Na saída, ele comentou o fato de o Iphan ter se comprometido, em outubro de 2024, a investir R$ 1,2 milhão na restauração da Igreja e Convento de São Francisco (que formam um conjunto arquitetônico). As obras, quatro meses depois, não haviam sido iniciadas. "Um projeto executivo precede toda a obra de um bem desse. Estávamos nesse projeto, porque todo bem tombado tem seus proprietários. O que a gente faz é ser um agente, entre um conjunto de atores, para a preservação. A ideia é que a gente some forças."

Sobre os problemas estruturais da Igreja e do Convento, ele disse que "são os proprietários que fazem as intervenções". "A gente não tem domínio sobre a gestão. O tombamento não significa tornar um bem público." Durante o anúncio da restauração, no ano passado, o gestor apresentou uma "responsabilidade compartilhada" sobre os bens culturais. "É um esforço coletivo que envolve o compromisso de todos os setores da sociedade".

Em maio de 2023, o governo federal já havia restaurado os painéis de azulejo no claustro. Trazidos de Lisboa em 1953, os 19 painéis retratam o cortejo do casamento de d. José I e Mariana Vitória de Bourbon, em 1729. Antes do restauro, parte dos azulejos já estava esbranquiçada. ● COLABORARAM FABIO GRELLET, CAIO POSSATI E PRISCILA MENGUE

NICOM
LUGAR DE GENTE MUITO, MUITO FELIZ!
TEL.:(11) 5033-2000
(11) 98200-1400
Incefra-Piso 52,5x52,5
Phd52260r C1.93m2
De: 24,90
Por: 19,90
Tigre-Conduite
Flexível Amarelo
25mmx50m
De: 116,90
Por: 89,90
AMPLO ESTACIONAMENTO:
200 VAGAS
R. ÁTICA, 47
BROOKLIN
SÃO PAULO/SP
SAC (11) 5033-2020
www.NICOM.com.br

Salvador tem 2,7 mil imóveis históricos em risco

Balanço da Defesa Civil de Salvador mais recente aponta ao menos 2,7 mil casarões e outras construções históricas do centro e entorno em risco, dos quais 15% com risco alto (288 construções) e muito alto (117) para desabamento ou incêndio. O levantamento não informa quantos desses imóveis estão no perímetro reconhecido pela Unesco.

"O Centro Histórico de Salvador abriga imóveis antigos que, ao longo dos anos, passaram por acelerado processo de degradação principalmente pela falta de manutenção de seus proprietários. Muitos destes imóveis estão totalmente abandonados, representando risco iminente para moradores e transeuntes", diz relatório da Defesa Civil.

Por outro lado, Salvador já esteve duas vezes na lista bianual do World Monuments Watch, voltada a bens com "necessidade crítica de proteção". A última vez foi no ano de 2012. ● P.M.

Segurança

Fachin defende ‘combater crime sem cometer crime’

Em dura análise, ministro viu avanço na redução de letalidade após STF impor regras para ações policiais em favelas do Rio

RAYSSA MOTTA

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), apresentou ontem um longo e duro voto na “ADPF das Favelas”, ação sobre a política de segurança pública do Rio. Ele defendeu que as favelas não podem ser tratadas como uma “zona franca de crime” e as operações policiais precisam respeitar critérios mínimos de segurança. “O desafio é combater o crime sem cometer crime.”

Em 2022, o STF estabeleceu protocolos provisórios para balizar as operações policiais no Rio, em tentativa de reduzir a letalidade policial. Ao analisar os dados dos últimos três anos, o ministro concluiu que o cenário melhorou, mas defendeu que seria “prematuro” encerrar o processo. Segundo Fachin, o “estado de coisas inconstitucional” na política de segurança pública do Estado ainda é uma realidade. “Esse julgamento é o fim de um ciclo, nasce outro, para além deste tribunal, que abre um novo arco de atividades a serem desenvolvidas”, defendeu.

Uma das principais sugestões do ministro é a criação de um comitê interinstitucional consultivo, coordenado pelo Ministério Público do Rio e pela Defensoria Pública, para acompanhar a política de segurança pública do Rio de Janeiro e verificar se o governo fluminense cumpre as exigências do STF. O comitê seria formado ainda por representantes da Secretaria de Segurança Pública, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), pesquisadores e entidades da sociedade civil.

“O Estado é obrigado a desfazer, prender e desarmar as milícias, os grupos de extermínio que são responsáveis pelas violações do direito à vida. A questão é fazer isso tudo sem recorrer a procedimentos que lesam direitos de centenas de milhares de pessoas inocentes, sem atingir crianças e adolescentes, sem violar o direito à vida com exceções arbitrárias”, afirmou ele.

O que ele disse
O ‘estado de coisas inconstitucional’ na política de segurança pública do Estado ainda é realidade

EM RESPOSTA. O governador Cláudio Castro (PL) e o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), atribuem o avanço do crime organizado às mudanças impostas pelo STF. Eles alegam que as forças de segurança perderam poder de fogo, o que teria permitido a expansão de grupos criminosos.

As críticas deles foram endereçadas por Fachin em seu voto. O ministro classificou os argumentos como “ilações” sem “respaldo fático e histórico”. Ele lembrou que o número de operações policiais aumentou no último ano e “imputar problemas crônicos e de origem anterior à presente arguição às medidas determinadas por esta Corte consiste não apenas em grave equívoco, mas também em inverdade”.

Ao longo da argumentação, que tomou toda a sessão desta quarta-feira, Fachin também criticou o que chamou de uma “percepção higienista” que reduz todos os moradores de favelas a criminosos. ●

LEILÃO DE MATERIAIS
TRATORES
ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES

SOMENTE ONLINE
10/02/2025
15H00


TRATOR AGRÍCOLA VALTRA BH194 4X4


TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND T7.245 - TB76C400979


TRATOR AGRÍCOLA JOHN DEERE 7195J 4X4


TRATOR AGRÍCOLA CASE MXM MX340 - 2013


SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Carolina Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 758

Cartas de crianças relatam trauma após operações

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

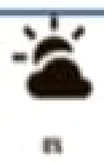
Os 1.190 documentos que compõem a chamada ADPF das Favelas incluem os relatos de dezenas de crianças e adolescentes da Favela da Maré, no Rio, sobre os traumas que vivenciaram durante as operações policiais. Em uma das cartas anexadas ao processo sob relatoria do ministro Edson Fachin, uma criança descreve que “o ruim das operações nas favelas é porque não dá para brincar muito e também ficam morrendo muitos moradores nas comunidades”.

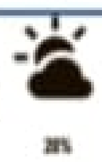
Outro jovem disse sentir que “as boas decisões não são tomadas por falta de conhecimento” e convidou as autoridades a visitarem a Favela da Maré. Os relatos foram originalmente escritos em 2019 por jovens do Projeto Uerê em resposta à iniciativa do então governador do Rio, Wilson Witzel, de criar uma cartilha com instruções a moradores de favelas de como deveriam agir durante operações policiais. A Defensoria Pública do Rio reuniu 1,5 mil cartas e desenhos. ●

Eufrázio

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital
Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização 05/02


HOJE: MANHÃ 26° — 0%


HOJE: TARDE 29° — 20%


HOJE: NOITE 24° — 30%

VOLUME DE CHUVA 1MM

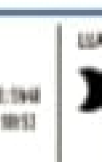
UMIDADE RELATIVA 40 a 90%

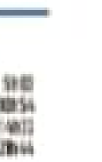

AMANHÃ 21°/31°

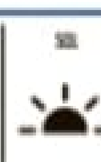

SÁBADO 20°/30°


DOMINGO 19°/31°


SEGUNDA 20°/31°

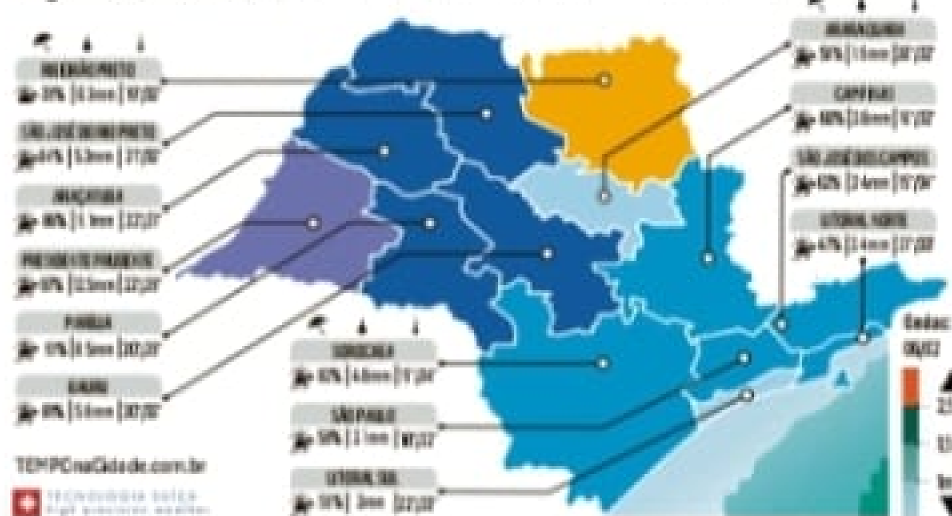

SOL — NASCENTE: 5h44 / POENTE: 18h53

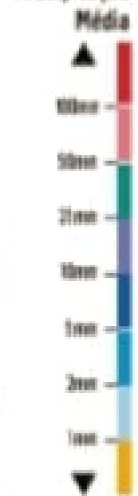

LUA CRESCENTE — CRESCENTE 05/02 5h10; CHEIA 12/02 10h54; MINGUANTE 20/02 14h33; NOVA 27/02 21h44





Regiões do Estado de SP — Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperatura (mín./máx.)





Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJU	65%	8mm	21°C/31°C
BELÉM	60%	11mm	24°C/30°C
BELO HORIZONTE	10%	0mm	20°C/31°C
BOA VISTA	30%	1mm	25°C/30°C
BRASÍLIA	0%	0mm	19°C/31°C
CAMPO GRANDE	10%	12mm	22°C/31°C
CUIABÁ	10%	1mm	25°C/31°C
CURITIBA	65%	18mm	18°C/25°C
FLORIANÓPOLIS	25%	1mm	21°C/32°C
FORTALEZA	65%	20mm	24°C/31°C
GOIÂNIA	15%	0mm	20°C/31°C
JOÃO PESSOA	65%	14mm	24°C/31°C
MACAPÁ	60%	11mm	21°C/30°C
MACEIÓ	45%	2mm	25°C/29°C
MANAUS	60%	1mm	25°C/29°C
NATAL	80%	33mm	25°C/31°C
PALMAS	0%	0mm	22°C/35°C
PORTO ALEGRE	60%	11mm	20°C/33°C
PORTO VELHO	50%	5mm	24°C/29°C
RECIFE	100%	1mm	25°C/30°C
RIO BRANCO	85%	8mm	23°C/29°C
RIO DE JANEIRO	0%	0mm	24°C/33°C
SALVADOR	35%	0mm	27°C/31°C
SÃO LUÍS	90%	22mm	24°C/29°C
TERESINA	15%	19mm	25°C/33°C
VITÓRIA	15%	0mm	24°C/33°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	27°C/34°C	LOS ANGELES	-5h	10°C/16°C
ATENAS	+5h	6°C/11°C	MADRID	+4h	3°C/16°C
BARCELONA	+4h	11°C/16°C	MIAMI	-2h	22°C/25°C
BERLIM	+4h	2°C/5°C	MONTEVIDÉU	0h	22°C/32°C
BRUXELAS	+4h	1°C/5°C	MOSCOU	+6h	2°C/6°C
BUENOS AIRES	0h	20°C/25°C	NOVA YORK	-2h	1°C/6°C
CARACAS	-1h	18°C/24°C	PARIS	+4h	2°C/6°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	12°C/24°C	ROMA	+4h	5°C/13°C
ESTOCOLMO	+4h	0°C/2°C	SANTIAGO	0h	16°C/31°C
GENEBRA	+4h	1°C/7°C	SYDNEY	+14h	22°C/28°C
JOANESBURGO	+5h	18°C/26°C	TEL AVIV	+5h	12°C/18°C
LIMA	-2h	21°C/24°C	TÓQUIO	+12h	3°C/10°C
LISBOA	+3h	7°C/17°C	TORONTO	-2h	-6°C/2°C
LONDRES	+3h	2°C/6°C	WASHINGTON	-2h	2°C/12°C

Educação

Colégios de São Paulo criam até 'celulódromo' para cumprir legislação

Dúvidas recaem sobre utilização em horários de entrada e saída, para comunicação com os pais ou mesmo pedir transporte

RENATA CAFARDO

Os primeiros dias de aula com a legislação que impede o uso de celulares nas escolas paulistas mostraram que, apesar do apoio de famílias e educadores, há dúvidas sobre o que se pode ou não fazer. Que é proibido o uso nas aulas, recreios e intervalos todo o mundo sabe, mas e na hora da saída?

Por causa de procedimentos comuns no fim do horário, como chamar um carro de aplicativo, combinar com os pais sobre onde os filhos serão buscados ou sobre mudanças de planos, algumas escolas passaram a permitir a utilização de celulares em locais específicos. A Secretaria Estadual da Educação diz que as únicas exceções para o uso dos smartphones são para "alunos com necessidades especiais", por "motivos médicos" ou "para fins pedagógicos." O Conselho Nacional de Educação (CNE) prevê que as escolas exerçam sua autonomia.

Um colégio na Vila Mariana, zona sul de São Paulo, criou um espaço só para recados rápidos aos pais na entrada e na saída, chamado de Mobile Zone, que já é comparado aos antigos fumódromos – ou "celulódromos". "Mas os alunos não podem ficar mais do que cinco minutos. Temos um inspetor que vai lá e questiona: já resolveu o que precisava? Para algo mais demorado, ele indica o telefone da escola", descreve Juliana Diniz, diretora nacional da Start Anglo Bilingual School.

Divergência
Na prática, cada escola tem aplicado uma norma diferente na capital paulista

Nenhuma das duas leis, federal ou estadual, menciona recomendações para os horários de entrada e saída. E a falta de regulamentação mais detalhada, algo que deveria vir após a aprovação da legislação, fez com que cada escola aplicasse uma norma diferente.

No Colégio Bandeirantes, no centro paulistano, o celular é liberado em qualquer lugar da escola desde que fora do período de aulas, ou seja, antes das 7h, após as 18h30 e entre os turnos (12h30 às 13h). "Consultamos nossos advogados e nosso entendimento é de que a legislação permite. E ainda colocaríamos nossos alunos em risco se ficassem na rua nesse momento de comunicação com pais ou para usar o app de transporte", diz o diretor de Tecnologia Educacional do Bandeirantes, Emerson Bento Pereira.

No Colégio Oswald de Andrade, zona oeste, a única exceção dentro da escola é para pedir transporte por app em um perímetro próximo ao portão da saída. As comunicações com os pais, se necessárias, devem ser feitas pelos telefones da secretaria. "Se começarmos a abrir muito, daqui a pouco o celular está no pátio de novo", diz a diretora pedagógica Laura Nassar.

GOVERNO. Questionada pelo **Estadão** sobre a possibilidade da utilização nos horários de entrada e saída, a secretaria estadual respondeu que "o uso do celular é proibido dentro do ambiente escolar" e reforçou as proibições previstas.

Na Escola Vereda, por exemplo, o uso só é permitido depois que os alunos passam as catracas "justamente para reforçar a lei da restrição, uma vez que o uso de aparelhos eletrônicos não é permitido no ambiente escolar", disse a direção. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor se queixa de obra na Ponte da Casa Verde

Reclamação de José Renato Nascimento: "Em julho do ano passado, a Prefeitura de São Paulo iniciou um serviço de recapeamento na Ponte da Casa Verde, na zona norte paulistana, extremamente demorado. No fim do ano passado, quando tudo estava pronto e pintado e tudo o mais, quebraram tudo o que tinham feito e está até agora com duas faixas interditadas no sentido bairro e o trânsito ainda pior. Gostaria de entender o motivo da demora na obra e vejo a importância de acelerar a situação diante do trânsito que fica ainda mais caótico nessa região do Município."

Resposta da Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB): "A Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB) concluiu as obras de recuperação da Ponte da Casa Verde. Não há mais interferências no trânsito da região. De acordo com a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), também não há mais bloqueios de faixas nessa área. A Engenharia de Tráfego da CET monitora o local e o entorno com o objetivo de manter as condições de fluidez e preservar a segurança dos usuários da via." ●


Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ 150 ANOS

O larapio audaz

Com referencia à noticia que hontem demos sob esse titulo temos hoje informações mais circumstanciadas. A senhora, victima da violencia, reside nas immediações da estação de bonde na Luz. O larapio pediolhe esmola, e no acto de receber agarrou-lhe na mão para arrancar o annel. Ella luta e pede soccorro, e assim consegue affugentar o ladrão, que correu sem ter podido realizar o roubo. Não foi conhecido o figurão. Deu-se o caso mais ou menos ás 3 da tarde. O que é certo, e o que a população inteira da capital póde attestar, é que semelhantes factos não são habituaes na terra. Aquella audacia denuncia sujeito de escola, avezado e experimentado na arte. ●



CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2131 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11) 91123-8351 ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:

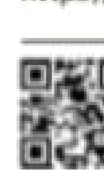
Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a SP-Regula. Não há funerárias particulares.

Após o falecimento de uma pessoa, o primeiro passo é procurar as agências indicadas, para realizar a contratação dos serviços. O contratante deve ser, preferencialmente, parente do falecido(a), pois se responsabilizará pelas informações declaradas.

O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário pelo telefone 156 ou pelo Portal 156 (sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal).

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/


NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Eufrázio

NOTAS E INFORMAÇÕES

Especialização médica a distância



Cursos 'lato sensu', a maioria não presencial, atendem quem não consegue vaga em Residências

Uma pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) em parceria com a Associação Médica Brasileira (AMB) sobre cursos de especialização *lato sensu* em Medicina acende um alerta sobre a formação desses profissionais. Embora o título de especialista em determinada área seja condicionado à realização de Residência Médica, há franco crescimento de especializações que prometem o que não podem cumprir.

Segundo o levantamento, são quase 2 mil cursos de especialização em Medicina, sobretudo em instituições particulares. Mas 41% deles, ou 800, são promovidos na modalidade de ensino a distância (EAD) e 11%, ou 216, na semipresencial. Menos da metade, ou 927 cursos, é presencial.

Essa formação alternativa se impõe por vários motivos. Um deles é que o número de vagas em Residências, que são reconhecidas pelas Sociedades Médicas das áreas, é inferior ao de médicos formados no País. Em 2022, formaram-se 25,5 mil médicos nas faculdades do Brasil afora, mas havia apenas 16 mil vagas em Residências. A esse fenômeno se deu o nome de "déficit de oportunidades".

Se faltam oportunidades nas Residências, sobram nas especializações. Esses cursos são mais curtos e demandam menos recursos. Enquanto uma Residência exige a estrutura de um hospital de ensino, com a presença de preceptores e supervisores, com formação teórica e prática ao longo de até 2,8 mil horas, a serem concluídas entre dois e cinco anos, uma especialização pode ser realizada em 360 horas.

São múltiplas também as vantagens financeiras – não para os pacientes. O recém-formado em Medicina paga uma mensalidade ao mesmo tempo que pode ingressar no mercado de trabalho e receber bons vencimentos, fugindo da bolsa padrão de pouco mais de R$ 4 mil paga a um residente. Ao término, recebe o diploma da especialização, mas, na prática, não é especialista em nada.

Como há procura, há oferta. As instituições encontraram um novo filão de cursos, mais focados, supostamente, no mercado, embora a Lei do Mais Médicos, de 2013, vincule a abertura de graduações de Medicina à oferta de Residência Médica. Em que pese a expansão dos cursos na última década, parece que a letra da lei não tem surtido efeito.

Por isso, a cobrança da AMB por mais fiscalização se justifica diante dos apontamentos da pesquisa conduzida com a FMUSP. Cabe ao governo federal, por meio dos Ministérios da Educação e da Saúde, acompanhar a oferta desses cursos, cobrando que as faculdades que se engajam no mercado dos cursos de Medicina também atendam a demandas sociais, com a formação de especialistas de fato e de direito nas diversas áreas, como cardiologia, psiquiatria, dermatologia, pediatria e oncologia, entre outras.

Não menos importante, investimentos são necessários nas estruturas das Residências, e o valor da bolsa demanda incremento, haja vista que a contrapartida financeira é fundamental para atrair bons residentes. Assim, conciliam-se interesses de mercado e os interesses sociais. Sem médicos devidamente especializados e qualificados, é a população quem padece.●

DESOCUPADO
IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS
LEILÃO ONLINE
IMPERDÍVEL
ESTÁDIO DE FUTEBOL
DR. HORÁCIO ANTONIO DA COSTA
JD. GUANABARA, CAMPINAS/SP
COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATÉ 120X
LANCE INICIAL: R$ 25.731.262,42
ÁREA: 26.517,50M²
13/02/25
A PARTIR DAS 9H
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 182

Na Rua Sena Madureira

Prefeito admite rescindir o contrato para túneis

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), disse ontem que vai acatar a recomendação do Ministério Público para romper o contrato das obras referentes ao túnel na Rua Sena Madureira, na Vila Mariana, zona sul paulistana. A recomendação é resultado de um dos três inquéritos abertos no MP. A gestão municipal tem o prazo de dez dias para concluir a rescisão.

"Se a gente for ficar brigando na Justiça, as coisas não vão andar. (...) Vamos sentar com o pessoal do Ministério Público, ver o que eles querem que coloque, que não coloque. Vamos adequar, vou aproveitar para ajustar a questão das árvores", afirmou Nunes.

As construções começaram em setembro de 2024, com um custo estimado em R$ 531 milhões, mas foram paralisadas após diversas determinações judiciais. ● LÍVIA MACHADO

Campeonato Paulista

Neymar volta, sofre com as faltas e Santos fica no empate

Craque joga todo o segundo tempo, busca os lances mesmo sentindo a falta de ritmo e é aplaudido a cada toque na bola no 1 a 1 com o Botafogo

ALEX SILVA/ESTADÃO



Neymar prepara o drible contra um adversário; atacante jogou todo o segundo tempo em seu retorno

LEONARDO CATTO

Neymar voltou. Pouco importou ao torcedor que o Santos empatou o Botafogo de Ribeirão Preto por 1 a 1. Os 15 mil súditos de Rei Pelé presentes na Vila Belmiro ontem foram para ver o príncipe. O que era apenas a sétima rodada do Paulistão se tornou um marco na história do futebol brasileiro.

Entre os reservas, o nome do atacante, que completou 33 anos ontem, foi o último mencionado na escalação pelo sistema de som do estádio. Luzes apagadas, lanternas de celulares acesas. Neymar apareceu no telão da Vila Belmiro, como jogador do Santos, 12 anos depois da última vez.

A expectativa era de que Neymar jogasse 30 minutos. Aos 34 do primeiro tempo, porém, a torcida já pediu pela sua entrada. Seria um bom momento, já que Matheus Candançan revisou um lance e apontou pênalti para o Santos.

Mas não era ainda o momento de Neymar. Os torcedores pediram também que Tiquinho Soares cobrasse. O novo camisa 9 atendeu, com seu primeiro gol pelo Santos.

Depois do intervalo, Neymar, sem colete, surgiu na saída do túnel. A camisa 10, oficialmente, passou a ter um novo dono. Junto dela, o jogador recebeu a faixa de capitão das mãos de Diego Pituca.

7ª RODADA DO PAULISTÃO

SANTOS 1 × 1 BOTAFOGO-SP

Gols: Tiquinho Soares, aos 37 do 1º T. Alexandre Jesus, aos 21 do 2º T.
SANTOS: Gabriel Brazão; Leo Godoy, João Basso (Luisão), Luan Peres (Gil) e Escobar; Tomás Rincón (Lucas Meirelles), Diego Pituca e Gabriel Bontempo (Neymar); Soteldo (Thaciano), Tiquinho Soares e Guilherme. **Técnico:** Pedro Malta (interino).
BOTAFOGO: João Carlos; Wallison, A. Cassiano, Ericson (João Costa) e Gabriel Risso; Edson, Gabriel Bispo (Jean Mangabeira) e Leandro Maciel; Jonathan Cafu (Douglas Baggio), Silvinho (Allysson) e Alexandre Jesus (Tord). **Técnico:** Márcio Zanardi. **Amarelos:** Pituca, Rincón, Edson, A. Cassiano, Escobar e G. Bispo. **Vermelho:** Wallison. **Público:** 15.377 torcedores. **Renda:** R$ 696.554,45. **Local:** Vila Viva Sorte.

O primeiro toque na bola foi no campo de defesa, pelo lado esquerdo. Não importava. Era motivo o suficiente para que os santistas comemorassem.

Quem também pareceu não se importar com as condições da partida foi o zagueiro Alisson Cassiano. Ele chegou duro em Neymar na intermediária.

O craque levou a torcida ao delírio mesmo sem marcar um gol. Ele limpou três marcadores e bateu de canhota. João Carlos precisou se esticar. Diferente do Neymar do Al-Hilal, este se sentia em casa.

Somente alegria, contudo, não era suficiente. O Botafogo reagiu e, em um dos poucos ataques, conseguiu escanteio. Na bola aérea, Alexandre Jesus azedou o clima da Vila Belmiro e empatou o jogo.

O camisa 10 mostrou ímpeto e esforço para buscar a vitória. Em lances que podia arriscar chutes, preferiu passes. Mas não estava dando certo. Em novo ataque, ele mesmo cavou falta e expulsão de Wallison. Na cobrança, bola parou na barreira.

Neymar ia para cima dos marcadores. Criava chances mal aproveitadas pelos colegas. Chegou a cair em uma dividida dentro da área. Candançan não achou ter sido pênalti e o jogo ficou mesmo no 1 a 1.

O placar não foi favorável, mas o ânimo da torcida estava renovado. Havia um motivo para comemorar e aplaudir.●

São Paulo goleia o Mirassol e se recupera do tropeço no clássico

RICARDO MAGATTI

O São Paulo se recuperou da derrota para o Santos ao golear o Mirassol ontem, no MorumBis, por 4 a 1. O triunfo foi construído com gols de Oscar, Calleri, Enzo Díaz e André Silva, e tem grande valor dada a performance do rival do interior paulista e pelo desempenho do time tricolor, que venceu com autoridade.

O quarteto ofensivo são-paulino, formado por Luciano, Lucas Moura, Oscar e Calleri, foi bem, sobretudo Lucas, que não marcou, mas, iluminado e incansável, causou problemas à defesa dos visitantes.

O resultado deixa o São Paulo tranquilo na liderança do Grupo C, com 13 pontos e um jogo a menos que os rivais.

O Mirassol viu ruir a série de cinco vitórias e perdeu a chance de se igualar ao Corinthians (18 pontos) na liderança geral. Com 15 pontos, é o segundo colocado do Grupo A.

7ª RODADA DO PAULISTÃO

SÃO PAULO 4 × 1 MIRASSOL

Gols: Oscar, 9, Gabriel, 24, e Calleri, 49n do 1º tempo. Enzo Díaz, 39, André Silva, 45 do 2º.
SÃO PAULO: Rafael; Igor Vinícius (Ferraresi), Arboleda, Sabino e Enzo Díaz; Pablo Maia, Alisson (Bobadilla), Lucas (Erick) e Oscar; Luciano (Ferreirinha) e Calleri (André Silva). **Técnico:** Luis Zubeldía. **MIRASSOL:** Alex Muralha; Lucas Ramon, João Victor, David Braz (Empereur) e Reinaldo; Neto Moura, Danielzinho, Gabriel e Chico Kim (Clayson); Negueba (Guilherme Pato) e Iury Castilho (Davó).
Técnico: Eduardo Barroca.
Árbitro: João Vitor Gobi.
Amarelos: Igor Vinícius, João Victor, Luciano. **Público:** 24.034
Renda: R$ 907.904,00
Local: MorumBis.

O São Paulo fez seu jogo fluir com maior facilidade ao abrir o placar cedo, aos nove minutos, com Oscar. O meia mandou para a área, a bola não desviou em ninguém e morreu nas redes.

O Mirassol não se abateu. Mostrou calma e técnica para envolver o São Paulo e empatou com Gabriel, aos 24 minutos. Não virou porque Iury Castilho acertou o travessão em contra-ataque. E levou o segundo do São Paulo, feito por Calleri de carrinho, após cruzamento de Igor Vinícius.

Na etapa final, o São Paulo foi dominante e aproveitou as brechas que apareceram para chegar à goleada. Enzo Dias fez seu primeiro gol pelo Tricolor em forte chute, aos 39. Aos 45, André Silva fechou o placar.●

Palmeiras tenta frear embalo do Corinthians



20h: TNT E MAX

Palmeiras e Corinthians se enfrentam pela primeira vez na temporada, hoje, às 20h, no Allianz Parque, em dérbi que marca a diferença entre as duas equipes no Paulistão.

Enquanto o Corinthians tem a melhor campanha, com seis vitórias em sete partidas, o Palmeiras ainda busca deslanchar no Paulistão. São três triunfos, dois empates e uma derrota em seis jogos.

Mas o Palmeiras deu indicações no último domingo, ao golear o Guarani por 4 a 1, que está tomando forma. O técnico Abel Ferreira usou a escalação considerada ideal, sem um camisa 9 fixo, e deve repeti-la esta noite.

No Corinthians, está na lateral direita a principal dúvida de Ramón Díaz para o clássico. O técnico argentino ainda não sabe se terá o titular Matheuzinho em condições de jogo. Se não poder jogar, Léo Maná será escalado na equipe.●

7ª RODADA DO PAULISTÃO

PALMEIRAS × CORINTHIANS

PALMEIRAS: Weverton; Marcos Rocha, Gómez, Murilo e Vanderlan; Aníbal Moreno, Ríos e Raphael Veiga; Estêvão, Facundo Torres e Maurício.
Técnico: Abel Ferreira.
CORINTHIANS: Hugo Souza; Léo Maná, André Ramalho, Cacá e Matheus Bidu; Raniele, José Martínez, Carillo e Igor Coronado; Memphis Depay e Yuri Alberto (Talles Magno).
Técnico: Ramón Díaz.
Árbitro: Raphael Claus.
Horário: 20h.
Local: Allianz Parque, em S. Paulo.

Eufrázio

Política esportiva

Trump assina decreto para banir atletas trans de competições femininas

Determinação atinge disputas em escolas e universidades nos EUA, mas republicano pretende expandir alcance da medida

WASHINGTON

O presidente Donald Trump assinou um decreto executivo para impedir a participação de pessoas que foram biologicamente designadas como do sexo masculino ao nascer em eventos esportivos femininos em escolas e universidades do país. O republicano determinou que seja negado o envio de fundos federais aos estabelecimentos que desobedecerem a determinação como forma de pressão. Há a possibilidade de contestação na Justiça.

Essa é a mais recente mudança agressiva da gestão do republicano na forma como o governo americano lida com pessoas transgênero e seus direitos. Trump já havia emitido uma ordem abrangente em seu primeiro dia de mandato que exigia que o governo federal definisse o gênero apenas como masculino ou feminino e que isso se refletisse em documentos oficiais, como passaportes e em políticas, como a designação dos presos em penitenciárias federais.

A ordem de Trump na área esportiva – o ato coincide com o Dia Nacional das Meninas e Mulheres no Esporte, comemorado ontem – deve orientar a forma como seu governo interpretará o Título IX, a lei mais conhecida por seu papel na busca da igualdade de gênero no atletismo e na prevenção do assédio sexual nos câmpus universitários. Para o governo atual, pessoas do gênero feminino são prejudicadas quando competem com meninas e mulheres trans.

"Com esse decreto executivo, a guerra contra o esporte feminino terminou", disse Trump. "Esse decreto restaura a justiça, mantém a intenção original da política 'Title IX' e defende os direitos das atletas do sexo feminino que trabalharam a vida inteira para competir nos níveis mais altos", disse a deputada Nancy Mace, da Carolina do Sul.

Cada administração tem autoridade para emitir suas próprias interpretações sobre o Título IX. As duas últimas administrações – incluindo a primeira de Trump – apresentaram avaliações bem diferentes sobre o assunto.

Betsy DeVos, secretária de Educação durante o primeiro mandato do republicano, emitiu em 2020 uma política que restringiu a definição de assédio sexual e exigiu que as faculdades investigassem as alegações somente se elas fossem relatadas a determinados funcionários. A gestão de Joe Biden reverteu essa determinação em abril passado.

> ***"Esse decreto restaura a justiça e defende os direitos das atletas que trabalharam a vida inteira para competir nos níveis mais altos"***
> **Nancy Mace**
> Deputada republicana

É incerto como esse decreto poderá afetar a população de atletas transgêneros – um número difícil de determinar. A *Associated Press* informou em 2021 que, em muitos casos, os Estados que introduziram a proibição de atletas transgêneros não puderam citar casos em que sua participação foi um problema. Quando os legisladores de Utah derrubaram um veto do governador Spencer Cox em 2022, o Estado tinha apenas uma menina transgênero praticando esportes no Ensino Fundamental e Médio que seria afetada pela proibição. Utah não regulamentou a participação de meninos transgêneros.

Segundo um oficial da Casa Branca, o Departamento de Educação informará escolas e universidades que a violação do Título IX as impedirá de ter acesso aos fundos nacionais. Também usará o poder de persuasão para convencer associações esportivas ligadas a esportes não escolares a adotarem regras semelhantes.

NÍVEL INTERNACIONAL. Outra medida a ser tomada pelo órgão da Educação será direcionar o Departamento de Estado para revisar vistos de atletas estrangeiros que queiram ir aos Estados Unidos para competições para garantir que eles não se apresentem como mulheres se seu sexo ao nascer era masculino. ●

Copa da Itália

Jogador emprestado pelo rival faz 2, Milan ganha da Roma e está na semifinal

Dono de apenas cinco títulos da Copa da Itália, o Milan deu ontem mais um passo para acabar com o jejum na competição que dura desde a conquista da edição de 2002/03. Com dois gols do centroavante Tammy Abraham, emprestado justamente pela Roma, ganhou da equipe rival por 3 a 1 no San Siro, em Milão, e garantiu vaga nas semifinais.●

Copa da Liga Inglesa

Newcastle volta a vencer o Arsenal, garante vaga na decisão e lutará por título inédito

O Newcastle é o primeiro finalista da Copa da Liga Inglesa. O time do volante Bruno Guimarães se garantiu ao ganhar do Arsenal por 2 a 0 ontem, no St. James Park, repetindo o placar do jogo de ida. É a terceira vez que o Newcastle disputa o título da competição. Nas vezes anteriores, ficou o vice. Seu adversário sai hoje, da partida entre Tottenham e Liverpool.●

Tênis

Daniil Medvedev cai nas oitavas de final em Roterdã e abre caminho para Alcaraz

O russo Daniil Medvedev é o primeiro favorito eliminado no ATP 500 de Roterdã, na Holanda. O segundo cabeça de chave acabou surpreendido ontem pelo italiano Mattia Bellucci, se despedindo com derrota por 3/6, 7/6 (8/6) e 3/6 após batalha de 2h55 nas oitavas de final. Principal favorito em Roterdã, Carlos Alcaraz volta à quadra hoje, contra Andrea Vavassori.●

SANDER KONING /AFP



Medvedev tinha expectativa de lutar pelo título, mas não foi longe

Tênis

Simona Halep, ex-número 1 do mundo, se despede das quadras após doping polêmico

A tenista romena Simona Halep anunciou sua aposentadoria aos 33 anos, após ser eliminada na rodada de abertura do WTA de Cluj, em seu país natal. A ex-número 1 do mundo vinha sofrendo com lesões em seu retorno ao circuito após um polêmico e rumoroso caso de doping. Em sua carreira, Halep foi campeã em Roland Garros (2018) e Wimbledon (2019).●

Copa do Rei

Endrick volta a marcar e Real Madrid avança

MADRI

Em um confronto repleto de reviravoltas, o Real Madrid sofreu para derrotar o Leganés por 3 a 2 ontem, em jogo único válido pelas quartas de final da Copa do Rei. Após abrir vantagem de dois gols, com Modric e Endrick, o Real permitiu o empate e sofreu até o fim para assegurar a classificação. Gonzalo García, que substituiu o ex-palmeirense, anotou o terceiro da equipe merengue no último minuto.

Escalado como titular, o centroavante revelado pelo Palmeiras assinalou o segundo gol do Real Madrid. Após um bom primeiro tempo, quando deixou a sua marca com oportunismo, ele caiu de produção na etapa final e foi substituído por García.

O Atlético de Madrid também avançou para a semifinal após vencer o Getafe anteontem por 5 a 0. Mais duas partidas encerram hoje as quartas de final. Primeiro, às 15h30 (horário de Brasília), jogam Real Sociedad e Osasuna. Depois, em jogo marcado para 17h30 (horário de Brasília), o Valencia recebe o Barcelona. Os confrontos das semifinais serão definidos por sorteio.

Agora, o Real Madrid volta as suas atenções para o Campeonato Espanhol. Líder, o clube merengue recebe no sábado o segundo colocado, o Atlético de Madrid. Apenas um ponto separa as duas equipes na classificação (49 a 48). ●

O MELHOR DA TV

SURFE
● Circuito Mundial
Etapa de Pipeline
15h / SporTV 3

TÊNIS
● ATP 500 de Roterdã
Segunda rodada
15h30 / ESPN 2

FUTEBOL
● Copa do Rei
Real Sociedad x Osasuna
15h30 / ESPN 3
Valencia x Barcelona
17h30 / ESPN 4
● Copa da Liga Inglesa
Semifinal - jogo de volta
Liverpool x Tottenham
17h / ESPN
● Campeonato Paulista
São Bernardo x Novorizontino
19h / UOL Play
Guarani x Água Santa
19h30 / UOL Play
Palmeiras x Corinthians
20h / TNT e Max
● Campeonato Carioca
Nova Iguaçu x Botafogo
21h45 / SporTV e Premiere

BASQUETE
● NBA
Boston Celtics x Dallas Mavericks
21h30 / Prime Video
Los Angeles Lakers x Golden State Warriors
23h55 / Prime Video


KADMY/ADOBE STOCK

Exame de retinografia mostra, por meio de fotografia em alta resolução, o fundo do olho, o que possibilita ver a retina e o nervo ótico

Saúde

Estudo conclui que, por meio dos olhos, dá para saber se a pessoa pode ter AVC

Pessoas com maior risco de ter derrame podem ser identificadas em exame de retina, diz pesquisa; técnica pode permitir intervenções preventivas e salvar vidas

LAYLA SHASTA

O ditado diz que "o que os olhos não veem, o coração não sente". Mas, para a Ciência, os olhos revelam cada vez mais sobre o que acontece em todo o corpo. Um novo estudo, por exemplo, aponta que examinar a retina de uma pessoa pode ser uma nova forma de prever seu risco de acidente vascular cerebral (AVC). A pesquisa foi publicada na revista científica *Heart*, associada ao *British Medical Journal* (*BMJ*).

Os pesquisadores analisaram dados amplos e definiram um conjunto de 29 características da retina que indicam o status da saúde dos vasos sanguíneos – o que chamaram de "impressão digital" vascular. O termo se deve ao fato de que cada pessoa possui padrões únicos em sua retina, funcionando como uma identidade individual, explica Michel Farah, do Centro Oftalmológico São Paulo e do Hospital H. Olhos de São Paulo.

Já a relação com o coração ocorre porque a retina é repleta de pequenos vasos sanguíneos e é um dos poucos lugares do corpo onde esses vasos podem ser observados de forma não invasiva, dispensando métodos tradicionais, como o exame de sangue.

> ***"Eles utilizam a retinografia, um exame relativamente barato, mas o grande avanço está no software que faz a análise"***
> **Laurentino Biccas**
> **Diretor da SBO**

Para o estudo, os pesquisadores analisaram exames de fundo do olho de mais de 45 mil pessoas cadastradas no Banco de Dados Biológicos do Reino Unido (UK Biobank). Eles usaram um algoritmo avançado, chamado de sistema de avaliação de saúde microvascular baseado em retina (RMHAS, na sigla em inglês). Os participantes foram acompanhados por cerca de 12,5 anos. Neste período, ocorreram 749 AVCs entre o público observado.

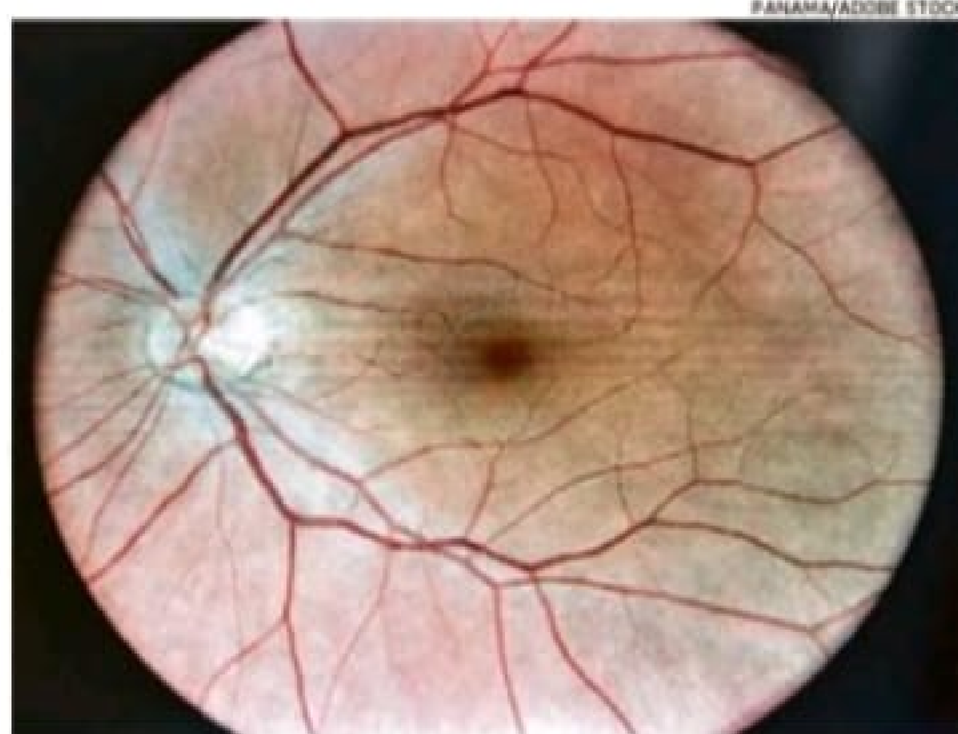
Ao cruzar e analisar os dados, os cientistas identificaram um total de 118 características dos vasos da retina que poderiam ser usadas para mensurar informações sobre saúde. Dessas, 29 se mostraram associadas ao risco de uma pessoa ter um AVC pela primeira vez.

DENSIDADE VASCULAR. O estudo revelou que qualquer alteração nesses indicadores estava ligada a um aumento de 10% a 19% nas chances de sofrer um AVC. Dentre os parâmetros analisados, os mais associados ao risco foram os ligados à densidade vascular, ou seja, à quantidade de vasos numa determinada área.

Apesar dos resultados promissores, não há previsão para o uso da tecnologia tão cedo. Segundo Laurentino Biccas, diretor da Sociedade Brasileira de Oftalmologia (SBO), a densidade vascular é calculada por algoritmos de inteligência artificial ou por análises complexas de imagem feitas em laboratório, o que ainda não é oferecido em consultório.

EXTENSÃO DO CÉREBRO. "A retina ilustra muito bem a situação vascular cerebral", afirma Biccas. Isso porque, segundo o médico, ela é um prolongamento natural do cérebro, pois se conecta ao órgão por meio do nervo óptico. A oftalmologista e pesquisadora da Fundação Altino Ventura (FAV) Michelle Gantois também reforça que a microvasculatura da retina e do cérebro têm características anatômicas e fisiológicas em comum, o que permite avaliação não invasiva da vascularização.

"A gente já sabe há muito tempo que há biomarcadores importantes na retinografia", diz Biccas. Por meio da retina, é possível descobrir informações sobre diabete, hipertensão e o risco de aterosclerose (o chamado "entupimento de veias"). De qualquer forma, eles reconhecem que é bom ver um estudo que formaliza essa relação e detalha alguns dos indicadores da vasculatura retiniana. O diferencial da pesquisa está no uso de IA para analisar as imagens do fundo do olho com alta precisão, o que permite fazer a previsão em relação ao AVC. "Eles utilizam a retinografia, um exame relativamente barato, para capturar as imagens, mas o grande avanço está no software que faz a análise", diz Biccas.


PANAMA/ADOBE STOCK

Número de vasos em determinada área pode indicar risco de AVC

> **Prevenção**
>
> **118**
>
> **características dos vasos da retina poderiam ser usadas para mensurar informações sobre saúde, conforme o estudo**

TESTE MENOS INVASIVO. Segundo os pesquisadores, a "impressão digital" vascular da retina demonstrou ser tão eficaz quanto o uso exclusivo dos fatores de risco tradicionais para prever o risco futuro de AVC. A descoberta reforça o potencial de ferramentas não invasivas para melhorar a triagem e prevenção em saúde. "Os modelos atuais de predição de risco dependem fortemente de testes invasivos, como coletas de sangue, ultrassons, tomografias e ressonâncias magnéticas, que podem ser caros e menos viáveis para triagens em larga escala", disse Christopher Yi, um dos autores do estudo, em comunicado.

Ele destacou ainda que essa abordagem pode ser integrada "perfeitamente" em exames oftalmológicos de rotina, particularmente em ambientes de atenção primária.

Biccas ressalta que a identificação de pacientes com uma "impressão digital" de alto risco pode permitir intervenções preventivas e salvar vidas. Ele e Gantois destacam, no entanto, que o estudo é restrito à população do Reino Unido, com 90% dos participantes sendo de etnia branca, e os achados ainda precisam ser validados em outras populações. ●

INCLUI CLASSIFICADOS

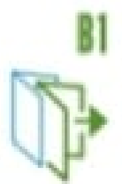
B11 **Sistema financeiro.** Itaú tem lucro de R$ 41,4 bi no ano passado, uma expansão de 16,2% ante 2023

ECONOMIA & NEGÓCIOS
QUINTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO

E&N



B1



DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B20)

Abastecimento **Pressão do governo**

Alta de 30% no óleo de soja leva Lula a questionar biocombustível

Em consulta a representantes empresariais, governo quer saber se preços no varejo foram puxados por maior uso do óleo de soja e do milho nos biocombustíveis

MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

Diante da crescente preocupação do governo com a alta no preço dos alimentos, auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva buscam informações que ajudem a explicar os motivos que levaram o óleo de soja a aumentar quase 30% no ano passado. Querem saber ainda se o aumento da produção de etanol pode estar influenciando os preços do milho.

Representantes empresariais relataram ao **Estadão** que estão respondendo a pedidos de informação enviados por emissários de Lula. Procurado, o Palácio do Planalto não se manifestou.

Em entrevista na semana passada, Lula reclamou que o o litro do óleo de soja custava R$ 4 quando ele chegou à Presidência e, agora, estava perto de R$ 10. "Eu quero saber se a soja para o biodiesel está criando problema; quero saber se o milho para o etanol está criando problema. Só posso saber disso se chamar os empresários da área para conversar, em vez de ficar falando da coisa sem ter conhecimento", disse o presidente.

"Passei informações ao Ministério de Minas e Energia e ao BNDES, que está investindo em usinas de etanol de milho. Levantamos dados mostrando o que está acontecendo no mercado internacional, o aumento da área plantada e a contribuição do etanol de milho para a segurança alimentar e para a segurança energética", disse Guilherme Nolasco, presidente da União Nacional do Etanol de Milho (Unem).

> **Disparada**
> **Em 2024, preços da soja e do óleo de soja no País chegaram a ficar acima dos praticados no exterior**

Os produtores de óleo de soja também foram contatados. Os dois segmentos estão reunindo informações para mostrar, via Frente Parlamentar do Agronegócio, que o aumento da oferta de biocombustíveis não tem culpa na alta dos preços dos alimentos (*mais informações na pág. B2*).

O motivo de preocupação dos auxiliares de Lula é que a mistura dos biocombustíveis nos combustíveis de origem fóssil vai subir em abril. No caso do biodiesel adicionado ao diesel, por exemplo, o porcentual irá de 14% para 15%, em um cronograma que foi acelerado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). O biodiesel é majoritariamente fabricado com óleo de soja; no caso do etanol, é crescente o uso do milho como matéria-prima no País.

A alta de preço dos alimentos já pesa na popularidade de Lula, segundo pesquisa divulgada pela Quaest na semana passada. Oito em cada dez entrevistados disseram ter percebido o aumento nos preços da alimentação no último mês.

No semestre passado, os preços da soja e do óleo de soja no Brasil ficaram acima dos praticados no exterior. A discrepância disparou em setembro e só passou a dar uma trégua em meados de janeiro deste ano, com a perspectiva de entrada da nova safra. ●

PREÇOS MAIS ALTOS REFLETEM DÓLAR E QUEBRA DE SAFRA, DIZEM SETORES. PÁG. B2

SOMENTE ONLINE
LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS DO GRUPO BRADESCO
VEÍCULOS DE SEGURO
08/02/25 - 9h30, ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS













SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
WWW.SODRESANTORO.COM.BR





SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Eufrázio



Celso Ming celso.ming@estadao.com

Os tarifaços de Donald Trump

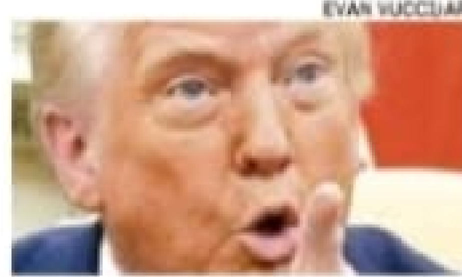
Os primeiros ataques da política comercial protecionista do presidente Trump não vêm sendo justificados por motivos comerciais, mas por imposições de outra ordem.

As tarifas decretadas sobre a Colômbia, depois retiradas, tiveram a ver com a recusa do presidente Gustavo Petro de aceitar a repatriação de imigrantes. As que seriam impostas ao México e ao Canadá, mas adiadas por 30 dias, foram explicadas como represália tanto à facilidade de movimentação de imigrantes quanto à entrada de narcóticos pelas fronteiras com os Estados Unidos. As da China parecem mais relacionadas com a suposta influência sobre o Canal do Panamá do que com a agressividade de suas exportações. Quanto às ameaças de tarifaço sobre a União Europeia, Trump as justifica "porque eles nos vêm tratando mal". Mas, nesse caso, as queixas são de duas ordens: baixa disposição dos europeus de cobrir despesas com defesa e também restrições à compra de veículos e de produtos agrícolas dos Estados Unidos.

Ou seja, os tarifaços determinados por Trump passaram a ser o mecanismo pelo qual pretende impor seus objetivos de política externa que extrapolam questões de comércio exterior que, nos Estados Unidos, são prerrogativas do Congresso, e não do Executivo.

Muito se falou sobre os efei-

EVAN VUCCI/AP



Trump: incertezas

tos imediatos dessas investidas. Distorcem os fluxos de produção e comercialização; são inflacionárias nos Estados Unidos, porque aumentam os preços de produtos importados importantes; exigirão aumento dos juros pelo Fed (banco central); juros mais altos aumentarão o serviço da dívida do Tesouro dos Estados Unidos; e criarão incertezas no mercado financeiro global, na medida em que alteram os fluxos e cotações das moedas.

A percepção de que esse jogo duro é negociável, como ficou demonstrado nos casos da Colômbia, México, Canadá e, provavelmente, China, acrescenta às já existentes nova ordem de incertezas.

Se os tarifaços persistirem, muitas empresas serão obrigadas a se transferir para o país que proporcionar as tarifas mais favoráveis. Ou, então, a rever sua pauta de comércio exterior. Mas, se as coisas podem mudar com meia dúzia de telefonemas entre chefes de governo dos países envolvidos, fica tudo muito instável e sujeito aos humores políticos da hora.

Como essa política comercial do presidente Trump pode funcionar como bumerangue e atingir em cheio também a economia americana, e como não se conhece ainda o efeito de eventuais represálias dos países atingidos por ela – fica difícil saber o que prevalecerá e até onde pretende chegar o governo dos Estados Unidos.

O Brasil ainda não se tornou alvo preferencial da artilharia do governo dos Estados Unidos. Nada garante que não será. Mesmo antes da declaração da sua preferência pela candidata Kamala Harris, Lula não entrou na lista dos admirados pelo presidente Trump. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Abastecimento Pressão do governo

Preços mais altos refletem dólar e quebra de safra, respondem setores

Produtores projetam redução gradual de preços com início de nova safra agrícola e menor pressão no câmbio

MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

Em resposta aos questionamentos do governo sobre os preços mais altos da soja e do óleo de soja nos últimos meses no País, representantes do setor privado afirmam que o aumento está mais relacionado com a variação do dólar e com a quebra da safra anterior (2023/2024) do que com os biocombustíveis. O primeiro fator eleva o estímulo à exportação, enquanto o segundo cria um cenário interno de menor oferta para o esmagamento para a produção de óleo, com impacto sobre os preços.

Sócio da MB Agro Consultoria, José Carlos Hausknecht cita os mesmos fatores e adiciona um terceiro. Na safra passada, talvez antevendo problemas comerciais com os Estados Unidos sob Donald Trump, a China ampliou a compra de soja do Brasil em cerca de 10%. O volume vendido para compradores chineses subiu de 66 milhões de toneladas para 79 milhões de toneladas. Já dos Estados Unidos, a China reduziu as compras de soja de 32 milhões de toneladas para 24 milhões de toneladas.

"A safra vai ser maior neste ano, a projeção é de uma safra recorde, o que fará com que os prêmios caiam e fiquem negativos, como ocorre todo ano. Agora, o quanto vão cair e ficar negativos neste ano dependerá do efeito Trump", diz Hausknecht.

Produtores de óleo de soja relataram ao governo que o preço do óleo refinado caiu 3% na semana passada no atacado, e que a tendência é de que siga em queda em razão de um dólar mais baixo neste ano do que o verificado no fim do ano passado (quando chegou ao patamar de R$ 6,30) e do início da safra.

INVESTIMENTOS. Hoje, produtores afirmam que a capacidade instalada consegue suprir a demanda por óleo de soja para a produção de biodiesel. No entanto, a previsão é de que a mistura prevista no projeto do Combustível do Futuro fará dobrar a necessidade de esmagamento de soja nos próximos dez anos – o que demandará investimentos e financiamento, via BNDES, para a construção de unidades produtivas. Além do biodiesel, o óleo de soja deverá ser usado na produção de SAF (combustível sustentável para aviação) e no HVO (diesel verde).

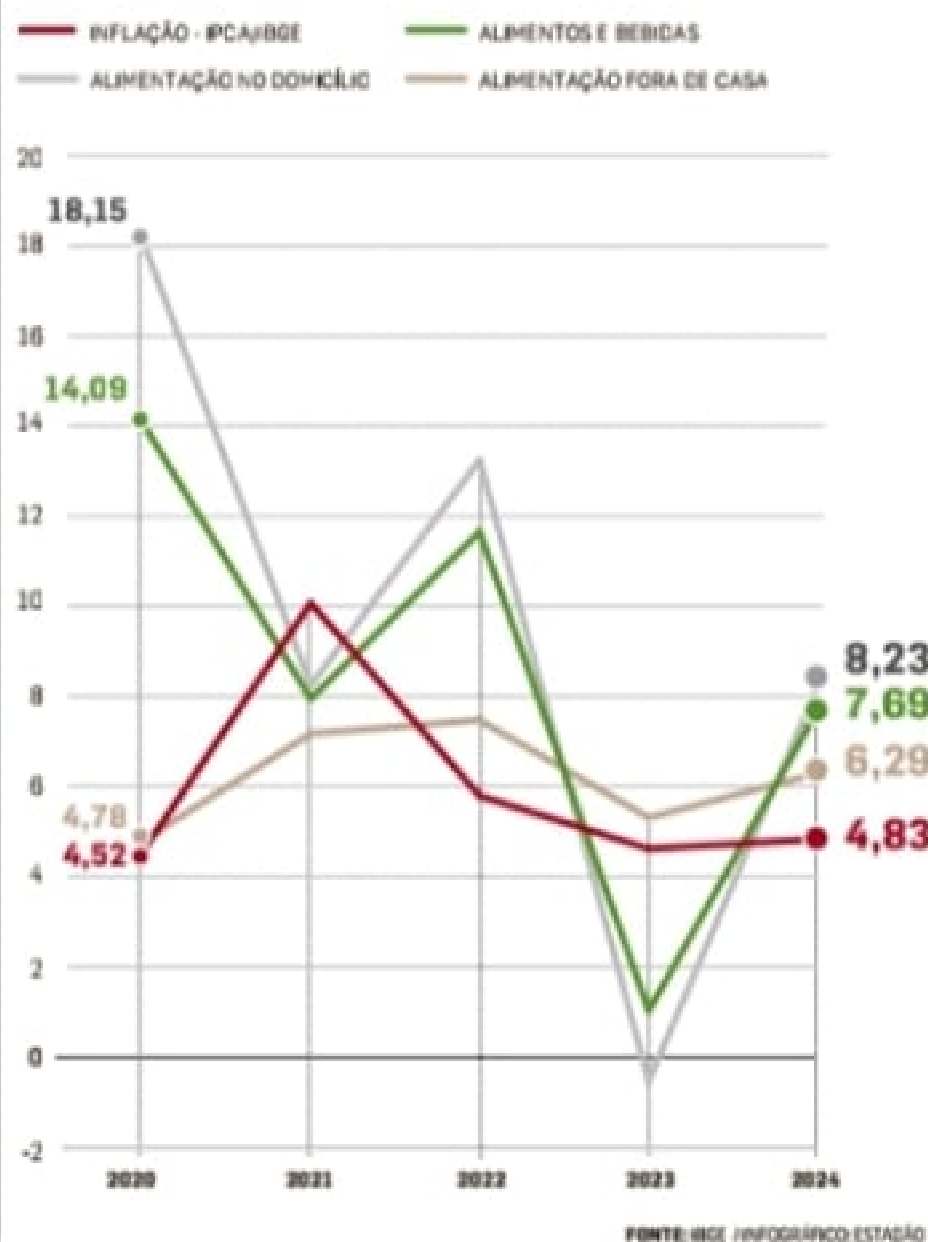
No caso do etanol de milho, Guilherme Nolasco, presidente da União Nacional do Etanol de Milho (Unem), afirma que o aumento da produção do grão para o etanol ocorre em áreas já plantadas de soja, no que se convencionou chamar de "segunda safra" brasileira – feita logo após a colheita da soja. Apenas 15% da produção de milho do País vira etanol.

Ele afirma que, além de aumentar a produtividade da soja, o plantio de milho e seu esmagamento para a fabricação de etanol também vêm contribuindo para ampliar a oferta de farelo para ração animal, principalmente de bovinos, o que pode ajudar no preço da carne. "A produção de etanol de milho não é concorrente e não tem nada a ver com o preço dos alimentos", afirma Nolasco. "Nosso desafio é mostrar ao mundo hoje que podemos produzir muitas coisas ao mesmo tempo, sem substituir uma cultura por outra e sem avançar sobre áreas não produtoras. É um sistema diferente de produção e de uso do solo." ●

CONTA SALGADA

Alta do preço da comida supera a da inflação

EM PORCENTAGEM



FONTE: IBGE / INFOGRÁFICO ESTADÃO

'Inflação está razoavelmente controlada', diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que o governo leva "muito a sério" o controle da inflação e que a variação de preços "está razoavelmente" sob controle.

"Levamos a inflação muito a sério e acho que ela está razoavelmente controlada. Nossa preocupação é apenas evitar que o preço dos alimentos prejudique o povo; por isso, temos feito reuniões sistemáticas com os setores", disse ele, em entrevista às rádios Itatiaia, Mundo Melhor e BandNewsFM BH, de Minas Gerais.

Lula voltou a citar o preço da carne e reclamou que o produto está "muito caro", mas disse que o governo vai controlar a inflação. Repetiu ainda que, mesmo com reajustes da Petrobras, os combustíveis estão mais baratos hoje do que em 2022. Também afirmou que o governo está discutindo "como fazer a compensação na hora que tem um reajuste e esse reajuste (*dos combustíveis*) impactar no preço do transporte e do alimento".

"A economia está bem, o emprego está crescendo, massa salarial crescendo, coisas estão crescendo. Precisamos cuidar com muito carinho do preço dos alimentos para o povo, que é quem sofre com a inflação", declarou. ● GABRIEL HIRABAHASI e CAIO SPECHOTO/BRASÍLIA

Eufrázio



Alvaro Gribel *E-mail: alvaro.gribel@estadao.com; X: @alvarogribel*

Cálculos paralelos refletem desconfiança

O governo cumprirá a meta de déficit zero neste ano mesmo que tenha um déficit de R$ 75 bilhões. Esse é o cerne da questão que envolve a crise de credibilidade sobre o resultado primário do Tesouro Nacional. Há uma exclusão, prevista em lei, de R$ 44 bilhões de gastos com precatórios, além de uma banda de tolerância no arcabouço fiscal que permite um rombo de R$ 31 bilhões.

O número deste ano vai repetir o fenômeno de 2024, quando o governo cumpriu a meta de déficit zero, mas não recebeu os louros pela vitória. Pelo lado da despesa, R$ 32 bilhões de precatórios saíram da conta, já haviam sido antecipados em 2023. O mesmo aconteceu com R$ 9 bilhões de compensação aos Estados com as perdas com ICMS. O número de 2023 foi piorado, para que o de 2024, já sob a vigência do arcabouço fiscal, ficasse melhor na estatística.

Ainda que a equipe econômica esteja incomodada com as críticas, é fato que o indicador de primário perdeu relevância como o melhor termômetro sobre as contas públicas.

Os economistas Marcos Mendes e Felipe Salto fizeram contas paralelas e discordaram dos números finais. Em ambos os casos, contudo, os dados foram piores do que os do governo.

O resultado primário de 2024 tem pelo menos três resultados: o dado oficial, de déficit de 0,1% do PIB e que conta para a meta; o dado que inclui os gastos com o Rio Grande do Sul, de déficit de 0,4% do PIB; e daí para frente cada economista encontra a sua fórmula de incluir despesas que foram excluídas ou retirar receitas consideradas atípicas ou "não recorrentes".

> ***Resultado primário está perdendo a relevância, enquanto economistas olham mais para a dívida***

O melhor termômetro para o resultado fiscal passou a ser o endividamento bruto. E, nos dois primeiros anos do governo Lula, houve um forte crescimento: de 71,7% do PIB, em dezembro de 2022, para 76,1% em dezembro de 2024. Um pedaço desse aumento se refere à pedalada dos precatórios dada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e que foi paga pelo governo atual. Mas o governo Lula reindexou os gastos com salário mínimo, Saúde e Educação e acendeu uma bomba-relógio no Orçamento.

As despesas com juros, como sempre lembra o deputado Mauro Benevides (PDT-CE), são a principal fonte de pressão sobre a dívida. Mas o que puxa os juros para cima são os gastos do governo, que pressionam a demanda agregada e empurram a inflação para fora da meta.

Brigar com os números e com os críticos não vai superar essa desconfiança. O melhor é a equipe econômica encontrar uma fórmula para tornar o resultado primário mais transparente. ●

REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça • **TER.** Demi Getschko **(quinzenalmente)** • **QUA.** Fábio Alves • **QUI.** Alvaro Gribel • **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** • **SÁB.** Fabio Gallo • **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Petróleo **Meio ambiente**

Lula defende saída para explorar Foz do Amazonas

CAIO SPECHOTO
GABRIEL HIRABAHASI
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu ontem a necessidade de se encontrar uma solução para a exploração de petróleo na Margem Equatorial. Segundo Lula, os obstáculos a essa atividade não são responsabilidade da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que sempre foi contra a liberação da área. As declarações foram dadas em entrevista a uma rádio de Minas Gerais, depois de o presidente ser questionado sobre o tema.

"Há uma confusão na imprensa, sei lá causa por quem, de tentar jogar em cima da companheira Marina a responsabilidade pela não aprovação da exploração de petróleo na Margem Equatorial do Rio Amazonas. A Marina não é a responsável", disse ele.

A Margem Equatorial abrange uma área que vai pelo litoral do Nordeste à Foz do rio Amazonas. E um dos trechos com óleo possivelmente viável à exploração fica a 500 km da foz do Amazonas – o que os especialistas dizem ser uma distância pequena por causa da possibilidade de as correntes marítimas espalharem petróleo em toda a área da foz em caso de vazamento.

"Nós queremos o petróleo, porque ele ainda vai existir por muito tempo. Temos que utilizar o petróleo para fazer nossa transição energética, que vai precisar de muito dinheiro. E temos, perto de nós, Guiana e Suriname pesquisando petróleo muito próximo à nossa Margem Equatorial. Precisamos fazer um acordo. Encontrar uma solução em que a gente dê garantia ao País, ao mundo e ao povo da Margem Equatorial de que a gente não vai detonar nem uma árvore, nada do rio Amazonas, nada do oceano Atlântico", disse Lula.

> **Sem culpa**
> **Presidente diz que Marina Silva (Meio Ambiente) não é responsável pela decisão de autorizar a exploração**

"A Petrobras é a empresa que tem mais capacidade de exploração em águas profundas. Nós temos um exemplo extraordinário de não causar problemas ao meio ambiente", continuou o petista. "Nós, do governo, vamos ter que encontrar uma solução para que a gente explore essa riqueza, se é que ela existe, em benefício do povo brasileiro."

REAÇÃO. As declarações provocaram forte reação. Manifesto assinado por 17 ambientalistas diz "que alas do governo vêm sinalizando que contam com a licença do bloco" na Foz do Amazonas, ainda neste ano, em que "contraditoriamente" o Brasil sediará a COP-30.

"O governo brasileiro precisa decidir se vai trabalhar para a sobrevivência do planeta e daqueles que são mais vulneráveis à emergência climática, ou vai continuar com discursos e ações contraditórias", afirmou Ilan Zugman, diretor da 350.org.

Maurício Bianco, vice-presidente da Conservação Internacional, disse que a exploração de petróleo na região contraria a vocação do Brasil como líder na construção de uma estratégia global contra a crise climática. ●

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500

CONEXÃO COM A NATUREZA!

Venha se reconectar com a natureza no Hotel Resort e Golfe Clube dos 500. Cada detalhe é pensado para proporcionar momentos inesquecíveis para você e sua família.

FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

CLUBE DOS 500

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!







Eufrázio

Indicadores **Desempenho**

Produção industrial sobe 3,1% em 2024, apesar de recuo no fim do ano

Atividade emenda o terceiro recuo seguido em dezembro, com queda de 0,3%; Fiesp projeta alta no índice de 1,3% neste ano

DANIELA AMORIM
RIO
GABRIELA JUCÁ
SÃO PAULO

A indústria brasileira fechou o ano passado com crescimento de 3,1%, o terceiro melhor resultado nos últimos 15 anos, ficando atrás de 2010, quando registrou alta de 10,2%, e 2021, com taxa de 3,9%, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal, divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar do bom resultado do ano, o setor encerrou 2024 com o pé no freio. A produção recuou 0,3% em dezembro ante novembro, o terceiro resultado negativo consecutivo. Uma sequência de três quedas na produção não era vista desde 2021.

No entanto, a perda foi bem mais amena do que a queda mediana de 1,2% prevista por analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projeções Broadcast. No quarto trimestre, a produção teve ligeiro recuo de 0,1% ante o trimestre imediatamente anterior.

Apesar do menor ritmo dos últimos meses, o saldo final da produção em 2024 foi robusto, com crescimento considerável em relação a 2023 (0,1%), avaliou André Macedo. "Isso contrasta com essa leitura do final do ano de 2024, com essa perda de intensidade", disse Macedo. "O ponto mais elevado da produção no ano de 2024 foi alcançado no mês de junho."

Macedo diz que o crescimento do setor industrial em 2024 foi impulsionado pelo aquecimento do mercado de trabalho, com redução no desemprego, maior número de pessoas trabalhando e aumento na massa de salários em circulação na economia. O cenário favorável levou a um aumento no consumo das famílias, beneficiado por medidas de estímulos fiscais, alta na renda e maior concessão de crédito.

"Ao longo do ano, a indústria consolidou um processo de recuperação, com a produção do setor tendo sido puxada, em maior medida, pelos setores produtores de bens de consumo duráveis e de bens de capital", diz a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

No entanto, a entidade espera que a tendência de acomodação observada ao fim de 2024 se intensifique ao longo de 2025, sob impacto do aperto monetário, menor impulso fiscal e ambiente externo mais desafiador.



"Diante do conjunto de informações disponíveis até o momento, a Fiesp espera que a produção industrial cresça 1,3% em 2025", projeta.

SEGMENTOS. O crescimento na produção industrial em 2024 foi disseminado, com expansão nas quatro grandes categorias econômicas e em 20 dos 25 ramos industriais pesquisados. As principais influências positivas para a média total da indústria partiram de veículos automotores (12,5%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (14,7%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (12,2%), produtos alimentícios (1,5%) e produtos químicos (3,3%).

Entre as categorias de uso, os destaques foram os avanços em bens de consumo duráveis (10,6%) e bens de capital (9,1%), embora também tenham crescido os bens intermediários (2,5%) e os bens de consumo semiduráveis e não duráveis (2,4%).

> Levantamento
> **Crescimento no ano passado foi disseminado em 20 dos 25 ramos de atividades pesquisados**

Macedo explica que os bens de capital e os bens duráveis se beneficiaram da conjuntura econômica positiva ao longo de 2024, uma vez que a reversão desse cenário favorável ocorreu apenas nos últimos meses do ano. Além disso, ele ressalta que os bens de capital vinham ainda de uma base de comparação baixa, pois recuaram 11,7% em 2023. "A base de comparação é um fator importante. É um crescimento que se dá sobre essa base de comparação muito depreciada", diz.

PIB. O resultado melhor do que o esperado em dezembro fez o banco Santander Brasil aumentar sua projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) do quarto trimestre, de uma alta de 0,4% para 0,5%, informou o economista do banco Gabriel Couto. "No geral, o resultado reforça o nosso cenário de desaceleração gradual da atividade econômica nos próximos meses, com contribuições positivas de segmentos não cíclicos, como a agricultura."

O economista Pedro Crispim, da gestora de recursos da G5 Partners, diz que há cada vez mais indícios de uma eventual desaceleração da economia, mas concorda com a avaliação do Comitê de Política Monetária (Copom) de que é preciso cautela para firmar uma leitura categórica sobre o comportamento da atividade econômica.

Para ele, é preciso esperar um conjunto mais amplo de dados que ainda serão divulgados, sobretudo os referentes ao primeiro trimestre de 2025, para cravar a avaliação sobre o comportamento da atividade. "O debate do Copom sobre a desaceleração econômica é uma preocupação legítima", afirma Crispim. ●

Guerra comercial **Taxas**

China formaliza queixa contra tarifaço imposto pelos Estados Unidos

GENEBRA

A China formalizou queixa na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre as tarifas de 10% anunciadas no final de semana pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Segundo comunicado da OMC, o país asiático afirma que as medidas tarifárias dos americanos violam as obrigações em relação ao status de nação mais favorecida, com base nas normas da entidade de comércio global.

A queixa inicia uma disputa oficial entre as duas maiores economias do planeta no âmbito da OMC. Nos próximos 60 dias, serão realizadas consultas com as duas partes para discutir o assunto e buscar uma solução satisfatória sem a necessidade de um litígio. Se não houver acordo no período, a China poderá solicitar a decisão de um painel.

> Trâmite
> **Nos próximos dois meses, representantes dos dois países serão ouvidos para que se busque um acordo**

Na terça-feira, o Ministério do Comércio da China anunciou medidas em retaliação aos Estados Unidos em importações do país. O governo disse que implementará tarifa de 15% sobre produtos de carvão e gás natural liquefeito e de 10% sobre petróleo bruto, máquinas agrícolas e carros de grande cilindrada. As medidas passam a valer em 10 de fevereiro.

No sábado, o presidente americano assinou decretos para impor tarifas de 25% para produtos importados do México e do Canadá e 10% para itens chineses.

A justificativa de Trump para o tarifaço é de que os países vizinhos de empenhavam pouco para conter o tráfico de fentanil e a entrada de imigrantes ilegais nos EUA. Na segunda-feira, México e Canadá anunciaram que iriam reforçar as operações nas fronteiras e Trump suspendeu o tarifaço por um mês.

No caso da China, o republicano se queixa que o gigante asiático não combate o tráfico de insumos para a produção de fentanil para o Ocidente. Pequim nega diz que esse é um problema americano. ●

Dólar sobe 0,38% depois de 12 quedas seguidas

ANTONIO PEREZ

O dólar encerrou ontem uma sequência de 12 quedas consecutivas e fechou o dia valendo R$ 5,79, com alta de 0,38%. Segundo operadores, o recuo de preço de commodities (em especial, do petróleo) e a perda de fôlego das moedas latino-americanas abriram espaço para ajustes técnicos e movimentos de realização de lucros no mercado doméstico.

Ainda assim, o dólar segue com forte queda no acumulado do ano ante o real, de 6,25% – após ter encerrado 2024 com ganhos de 27,34%.

"Podemos dizer que houve uma correção após 12 pregões de recuo da moeda", afirmou o head de renda variável da Veedha Investimentos, Rodrigo Moliterno. Mas, segundo ele, a tendência do dólar continua sendo de queda. "Não vejo uma reversão de tendência."

Ao longo do dia, o mercado monitorou a reunião em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou ao novo presidente da Câmara, Hugo Mota (Republicanos-PB), documento com 25 projetos considerados prioritários pelo governo.

Uma dessas prioridades é a chamada reforma da renda, com a proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil mensais. Como contrapartida para a perda de receitas, o governo pretende aumentar o imposto para as faixas de maior renda, o que é visto com ceticismo pelos investidores.

"Isso chegou a provocar alguma volatilidade durante o pregão, até por conta da proposta de Imposto de Renda", disse Moliterno. ●

Eufrázio



ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63





As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/; https://www.romi.com/central-de-resultados/; https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx e https://www.b3.com.br/pt_br/

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2024

Prezados Senhores: Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à sociedade em Geral o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. Ao longo do ano, o Índice de Confiança do Empresário no setor industrial apresentou uma redução gradual, terminando o ano aos 49,1 pontos, como reflexo das incertezas e da perspectiva de aumento da taxa de juros no Brasil. Embora esse resultado demonstre um cenário neutro de confiança no setor industrial brasileiro, o desempenho atual da indústria, principalmente da indústria de transformação, continua favorável, criando oportunidades de novos negócios para a ROMI. O cenário externo continua sendo um fator de atenção, com as economias globais enfrentando desafios de crescimento e nas políticas monetárias, assim como ainda existem tensões geopolíticas. Embora o ambiente atual demande cautela, especialmente nas decisões de investimento, a capacidade de adaptação e a busca por alternativas estratégicas ainda geram um otimismo moderado, refletido nas expectativas para os próximos meses. A subsidiária alemã B+W, no ano de 2024, continuou demonstrando sua capacidade de desenvolver soluções tecnológicas com elevado grau de complexidade e customização. O resultado foi um crescimento de 16,3% na entrada de pedidos em comparação a 2023. Os últimos anos têm sido marcados por um ambiente de incerteza e alta volatilidade, com grandes desafios em relação à gestão de volume de produção, por exemplo. Diante disso, continuamos implementando medidas com o objetivo de tornar a estrutura mais leve, com uma forma ainda mais ágil e flexível de planejar e produzir, de modo a responder rapidamente às oscilações da demanda. Ao longo dos últimos anos, efetuamos diversas otimizações, principalmente, nas estruturas indiretas e na automatização e digitalização dos processos internos. Estrategicamente, definimos como prioridade o desenvolvimento de novas gerações de produtos, com evolução significativa no conteúdo tecnológico, alinhadas às necessidades da Indústria 4.0, sendo que os produtos lançados nos últimos anos se consolidaram com muito sucesso nos mercados doméstico e internacional. Focados no futuro, continuamos fortemente investindo no desenvolvimento das próximas gerações de máquinas e de novas tecnologias a serem embarcadas nos nossos produtos. Também lançamos, em meados de 2020, uma solução para os nossos clientes, a locação de máquinas ROMI. Essa solução tem se mostrado altamente competitiva e proporcionado aos clientes mais oportunidades de negócio. Com o objetivo de apoiar financeiramente nossos clientes, em 2022, criamos uma fintech, a PRODZ, que oferece linhas de crédito para a aquisição de máquinas, diretamente com a ROMI, de forma fácil, ágil, digital e descomplicada. A PRODZ realizou, desde 2022, cerca de 304 negócios, totalizando R$124,2 milhões em créditos concedidos. Essas novas soluções têm suportado grande número de clientes em suas jornadas de crescimento e sucesso, demonstrando o propósito estratégico da ROMI de cuidar do sucesso de seus clientes. No mercado externo, continuamos a fortalecer nossas estruturas de atendimento aos clientes, com o propósito de proporcionar uma experiência cada vez mais positiva, acreditando que esse será o caminho para a consolidação e o crescimento internacional sustentável. Atualmente a Companhia faz parte dos seguintes índices da B3, sendo eles: IGC-NM (Índice de Governança Corporativa - Novo Mercado), IGC (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada) e ITAG (Tag Along Diferenciado).

1. DESEMPENHO OPERACIONAL: Receita Operacional Líquida: A receita operacional líquida auferida em 2024 foi de R$1,2 bilhão, 0,6% inferior à registrada em 2023, principalmente pela redução das vendas de máquinas ROMI no mercado externo e dos fundidos e usinados no mercado doméstico. **Margens:** Em 2024, a margem bruta foi de 29,1%, que refletiu em uma queda de 0,83 pontos percentuais em relação à obtida em 2023, com destaque, para a Unidade de Negócio Máquinas ROMI. A margem operacional (*Earnings Before Interest and Taxes - EBIT*) registrada em 2024 foi positiva em 9,2%, apresentando uma queda de 4,9 pontos percentuais em relação a 2023. **Resultado Líquido:** O lucro líquido do ano de 2024 foi R$115,0 milhões.

2. INVESTIMENTOS: Ao longo do ano de 2024 foram investidos R$151,8 milhões, sendo a maior parte deles destinados à automação, manutenção, produtividade, flexibilidade, competitividade das unidades do parque industrial e máquinas de fabricação própria alocadas para o negócio de locação de máquinas, todas dentro do plano de investimentos já previsto para o ano.

3. AUDITORIA EXTERNA: Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

4. ARBITRAGEM: As ações da ROMI encontram-se listadas no Novo Mercado da B3, segmento diferenciado de listagem que engloba aquelas Companhias que, de forma espontânea, se destacam na adoção dos mais elevados padrões de governança corporativa. Consequentemente, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da B3. Desta forma, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	119.073	216.256	262.220	282.418
Aplicações financeiras	3	50.230	66	99.476	32.066
Contas a receber	4.a	108.446	101.665	209.783	240.727
Contas a receber - Financiamentos PRODZ	4.a	-	-	51.476	34.696
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	177.517	170.821	177.517	170.821
Estoques	6	478.208	446.596	715.544	607.007
Máquinas de locação destinadas a venda	11	22.987	-	22.987	-
Partes relacionadas	8	27.728	19.238	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	9	8.748	7.700	18.609	15.928
Outros créditos		9.616	9.590	18.454	17.232
		1.002.553	971.932	1.576.066	1.400.895
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber	4.a	4.948	2.555	21.846	5.050
Contas a receber - Financiamentos PRODZ	4.a	-	-	29.508	30.079
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	248.657	232.033	248.657	232.033
Partes relacionadas	8	83.217	41.538	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	9	65.593	60.811	65.599	60.817
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	14.730	12.860	23.288	17.452
Depósitos judiciais	15	12.131	12.150	12.131	12.150
Outros créditos		10.319	8.721	8.739	9.302
		439.595	370.668	409.768	366.923
Investimentos em controladas	7	333.296	248.690	-	-
Imobilizado	11	412.911	386.466	497.420	454.679
Propriedade para investimento	10	13.500	13.500	14.283	15.183
Intangível	12	337	641	49.086	44.362
		1.199.639	1.019.965	970.557	881.147
TOTAL DO ATIVO		2.202.192	1.991.897	2.546.623	2.282.042

PASSIVO	Nota Explicativa	Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023
CIRCULANTE					
Financiamentos	13	67.679	140.550	147.148	176.839
Financiamentos - FINAME fabricante	14	196.847	162.410	196.847	162.410
Fornecedores		94.373	56.071	110.420	80.128
Salários e encargos sociais		29.909	32.002	38.096	39.065
Impostos e contribuições a recolher		1.296	8.230	10.820	15.541
Adiantamentos de clientes		32.220	28.034	187.257	109.810
Participações a pagar		4.797	5.507	4.797	5.507
Dividendos e juros sobre o capital próprio		17.817	368	17.817	368
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	5.921	3.848	5.921	3.848
Outras contas a pagar		13.994	9.297	42.016	34.763
Partes relacionadas	8	9.178	206	-	-
		474.031	446.523	761.139	628.279
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos	13	261.645	141.247	317.259	216.532
Financiamentos - FINAME fabricante	14	194.230	229.400	194.230	229.400
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	397	403	451	403
Outras contas a pagar		13	-	5.871	2.988
Partes relacionadas	8	32.700	-	-	-
Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	7	12.431	4.813	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	-	38.660	33.097
		501.416	375.863	556.471	482.420
TOTAL DO PASSIVO		975.447	822.386	1.317.610	1.110.699
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	17	988.470	904.772	988.470	904.772
Reserva de lucros		150.565	195.316	150.565	195.316
Ajuste de avaliação patrimonial		87.710	69.423	87.710	69.423
		1.226.745	1.169.511	1.226.745	1.169.511
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		-	-	2.268	1.832
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.226.745	1.169.511	1.229.013	1.171.343
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.202.192	1.991.897	2.546.623	2.282.042

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Nota Explicativa	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita operacional líquida	23	911.773	945.831	1.220.011	1.227.247
Custo dos produtos e serviços vendidos	24	(650.903)	(674.445)	(864.795)	(859.705)
Lucro bruto		260.870	271.386	355.216	367.542
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	24	(70.047)	(67.043)	(118.493)	(111.387)
Gerais e administrativas	24	(56.612)	(52.802)	(106.700)	(98.431)
Pesquisa e desenvolvimento	24	(31.074)	(30.160)	(31.074)	(30.160)
Participação e honorários da Administração	8	(14.258)	(14.005)	(14.500)	(14.232)
Resultado de participações societárias	7	18.128	57.052	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	26	2.166	7.286	28.171	59.835
		(151.697)	(99.672)	(242.596)	(194.375)
Lucro operacional		109.173	171.714	112.620	173.167
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	25	22.668	27.448	30.113	34.967
Despesas financeiras	25	(18.651)	(20.661)	(25.599)	(26.038)
Variação cambial, líquida		4.389	646	4.186	1.262
		8.406	7.433	8.700	10.191
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		117.579	179.147	121.320	183.358
Imposto de renda e contribuição social	16	(3.696)	(15.061)	(6.356)	(18.771)
Corrente	16	(5.566)	(15.954)	(11.947)	(21.601)
Diferido	16	1.870	893	5.591	2.830
Lucro líquido do exercício		113.883	164.086	114.964	164.587
Atribuível à					
Participação dos acionistas controladores				113.883	164.086
Participação dos acionistas não controladores				1.081	501
				114.964	164.587
Lucro básico por ação em reais - R$	17	1,22	1,76		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	113.883	164.086	114.964	164.587
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício				
Efeito de conversão de moeda estrangeira	18.287	(4.106)	18.287	(4.106)
Lucro líquido abrangente do exercício	132.170	159.980	133.251	160.481
Atribuível à				
Participação dos acionistas da controladora			132.170	159.980
Participação dos acionistas não controladores			1.081	501
			133.251	160.481

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de lucros: Reserva de lucros	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Total	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro líquido do exercício	Total (Atribuído à participação dos controladores)	Participação dos acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		771.454	164.159	83.985	248.144	73.529	-	1.093.127	2.271	1.095.398
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	164.086	164.086	501	164.587
Efeito de conversão para moeda estrangeira		-	-	-	-	(4.106)	-	(4.106)	-	(4.106)
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício		-	-	-	-	(4.106)	164.086	159.980	501	160.481
Aumento de capital		133.318	(133.318)	-	(133.318)	-	-	-	-	-
Dividendos intermediários		-	(11.412)	-	(11.412)	-	-	(11.412)	-	(11.412)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	(72.184)	(72.184)	-	(72.184)
Dividendos distribuídos por controlada		-	-	-	-	-	-	-	(940)	(940)
Transferência entre reservas		-	83.696	8.206	91.902	-	(91.902)	-	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		133.318	(61.034)	8.206	(52.828)	-	(164.086)	(83.596)	(940)	(84.536)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		904.772	103.125	92.191	195.316	69.423	-	1.169.511	1.832	1.171.343
Saldo em 31 de dezembro de 2023		904.772	103.125	92.191	195.316	69.423	-	1.169.511	1.832	1.171.343
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	113.883	113.883	1.081	114.964
Efeito de conversão para moeda estrangeira		-	-	-	-	18.287	-	18.287	-	18.287
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício		-	-	-	-	18.287	113.883	132.170	1.081	133.251
Aumento de capital	17	83.698	(83.698)	-	(83.698)	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	17	-	-	-	-	-	(74.936)	(74.936)	-	(74.936)
Dividendos distribuídos por controlada		-	-	-	-	-	-	-	(645)	(645)
Transferência entre reservas		-	33.253	5.694	38.947	-	(38.947)	-	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		83.698	(50.445)	5.694	(44.751)	-	(113.883)	(74.936)	(645)	(75.581)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		988.470	52.680	97.885	150.565	87.710	-	1.226.745	2.268	1.229.013

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.052.084	1.094.952	1.360.496	1.374.955
Receitas relativas à construção de ativos próprios	122.399	93.316	122.399	93.316
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(8.114)	(4.187)	(6.719)	(4.187)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.166	7.286	28.171	59.835
	1.168.535	1.191.367	1.504.347	1.523.919
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Materiais consumidos	(639.414)	(647.183)	(717.887)	(716.079)
Outros custos de produtos e serviços prestados	(49.310)	(42.951)	(50.777)	(44.563)
Energia elétrica, serviços de terceiros e outras despesas	(49.359)	(54.896)	(116.081)	(123.828)
	(738.083)	(745.030)	(884.745)	(884.470)
Valor Adicionado Bruto	430.452	446.337	619.602	639.449
Depreciação e amortização	(47.930)	(43.644)	(60.613)	(56.038)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	382.522	402.693	558.989	583.411
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de participações societárias	18.128	57.052	-	-
Receitas financeiras e variação cambial, líquidas	27.057	28.094	34.299	36.229
Valor Adicionado Total a Distribuir	427.707	487.839	593.288	619.640

Distribuição do Valor Adicionado	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Pessoal	226.696	203.781	376.036	322.196
Remuneração direta	183.442	164.548	331.878	282.736
Participações e honorários da Administração	14.258	14.005	14.500	14.232
Comissões sobre vendas	16.204	10.908	16.866	10.908
Benefícios (Planos de previdência privada aberta complementar)	1.722	1.208	1.722	1.208
FGTS	11.070	13.112	11.070	13.112
Impostos, Taxas e Contribuições	56.166	88.235	60.891	93.332
Federais	49.904	83.107	54.629	88.204
Estaduais	5.177	4.090	5.177	4.090
Municipais	1.085	1.038	1.085	1.038
Remuneração de Capitais de Terceiros	30.962	31.737	43.123	40.966
Juros	18.651	20.661	25.599	26.038
Aluguéis	12.311	11.076	17.524	14.928
Remuneração de Capitais Próprios	113.883	164.086	113.238	163.146
Dividendos e Juros sobre o capital próprio declarados	74.936	72.184	74.936	72.184
Participação dos acionistas não controladores			(645)	(940)
Lucros retidos	38.947	91.902	38.947	91.902
Valor adicionado distribuído	427.707	487.839	593.288	619.640

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		117.579	179.147	121.320	183.358
Ajustes de:					
Resultado financeiro e variação cambial, não realizados		(23.704)	(14.331)	36.071	(17.474)
Depreciação e amortização	11, 12	47.930	43.644	60.613	56.038
Constituição para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber e outros créditos	4,5	8.114	4.187	6.719	4.187
Constituição para realização dos estoques	6	(1.964)	(953)	(742)	(1.630)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	11, 12	(38.756)	(39.916)	(36.750)	(39.998)
Resultado de participações societárias	8	(18.128)	(57.052)	-	-
Constituição de provisão para passivos eventuais	15	857	1.354	911	1.354
Duplicatas a receber		40.738	59.276	41.521	(4.471)
Partes relacionadas (ativo e passivo)		(42.287)	(1.650)	-	-
Valores a receber - repasse FINAME fabricante		(27.369)	3.935	(27.369)	3.935
Estoques		(35.533)	55.859	(106.999)	35.048
Impostos e contribuições a recuperar		(11.383)	3.396	(13.260)	23.090
Depósitos judiciais		19	50	19	50
Outros créditos		11.098	13.648	14.010	14.293
Fornecedores		30.662	(47.072)	22.652	(51.596)
Salários e encargos sociais		(2.093)	(10.077)	(969)	(9.785)
Impostos e contribuições a recolher		(3.809)	20.087	(297)	(2.890)
Adiantamentos de clientes		4.186	(3.153)	77.447	3.406
Outras contas a pagar		41.578	(3.268)	14.317	(2.504)
Caixa gerado nas operações		97.735	207.111	209.205	194.411
Imposto de renda e contribuição social, pagos sobre o lucro		(3.125)	(36.995)	(5.217)	(40.081)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		94.610	170.116	203.988	154.330
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras	3	(50.164)	118.748	(67.410)	86.748
Aquisição de imobilizado	11	(148.773)	(123.600)	(154.750)	(130.051)
Redução de capital de investida no exterior	7	-	7.397	-	-
Aquisição de intangível	12	-	(137)	(26)	(199)
Receita na venda de imobilizado		90.471	80.093	90.471	80.093
Dividendos recebidos	7	8.476	26.706	-	-
Aumento de capital em controlada	7	(49.249)	(34.000)	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		(149.039)	75.207	(131.715)	36.591
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	17	(57.384)	(97.970)	(58.029)	(98.910)
Novos empréstimos e financiamentos		170.219	84.000	188.382	100.325
Pagamentos de financiamentos		(139.562)	(21.057)	(215.396)	(26.293)
Juros pagos		(15.294)	(16.381)	(17.052)	(18.611)
Novos financiamentos - FINAME fabricante		195.986	171.540	195.986	171.540
Pagamento de financiamentos - FINAME fabricante		(168.991)	(117.426)	(168.991)	(117.426)
Juros pagos e provisionados ao fim do exercício - Finame Fabricante		(27.728)	(53.435)	(27.728)	(53.435)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(42.754)	(50.729)	(102.828)	(42.810)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(97.183)	194.594	(30.555)	148.111
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício		216.256	21.662	282.418	131.999
Ganhos cambiais sobre o saldo de caixa das controladas no exterior		-	-	10.357	2.308
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício		119.073	216.256	262.220	282.418

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS: A ROMI S.A. ("Controladora") e suas controladas (conjuntamente "Companhia" ou "Consolidado"), listada no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, desde 23 de março de 2007, com sede no município de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, tem por objeto a indústria e o comércio e locação de bens de capital em geral, de máquinas-ferramenta, de máquinas para plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral; a análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; e a exportação e importação, representação por conta própria ou de terceiros e prestação de serviços relacionados com suas atividades, incorporação imobiliária via suas controladas no Brasil, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e no exterior, e a administração de bens próprios e de terceiros. O parque industrial da Companhia é formado por treze fábricas, em três estabelecimentos na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo, e um na cidade de Reutlingen, na Alemanha, sendo essa unidade voltada para a produção de máquinas-ferramenta de alta precisão. A Companhia ainda participa em controladas no Brasil e no exterior.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis adotadas nas controladas são consistentes com as da controladora. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado

continua

Eufrázio

→ continuação



ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

ROMI3
B3 LISTED NM





NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)) - Pagamento Baseado em Ações, operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis materiais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 2.18. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **2.3 Investimentos em empresas controladas - Consolidação: (a) Controladora:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção de efeito de tradução destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para patrimônio líquido negativo) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada. Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (Nota 2.10). Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **(b) Consolidado:** A Companhia consolida integralmente as demonstrações financeiras da Controladora e de todas as empresas controladas. As informações sobre controle estão descritas na nota 7 - Investimento em controladas. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores". As transações e saldos entre a Companhia e suas controladas são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **2.4 Conversão de moeda estrangeira e das demonstrações das controladas no exterior:** Os saldos de ativos e passivos da controladora e das controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). As diferenças de efeito de tradução resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial". Ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, essas são convertidas para o Real (R$) na data do fechamento. **(b) Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa: i) Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **ii) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são compostas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas de instituições com baixo risco de crédito, apresentando rentabilidade predominantemente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação com vencimentos acima de 90 dias e serem mantidos com a finalidade de investimento, por isso não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa. **2.6 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Ativos financeiros: **(a) Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 2.17 - Reconhecimento de receita de vendas de produtos. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. **(b) Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: i. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). iii. Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, valor a receber - repasse FINAME fabricante, contas a receber com Partes Relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante. **(d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **(e) Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: i. Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou ii. A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **(f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece as estimativas de perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes são também fornecidas na nota explicativa 4. (i) Passivos financeiros: **(a) Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. **(b) Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **(c) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **(d) Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos):** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide notas 13 e 14. **(e) Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.7 Estoques:** Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As perdas para realização de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. **2.8 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil-econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. As vidas úteis do ativo imobilizado por categoria estão descritas na Nota 11. O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.8.1 Máquinas de locação destinadas a venda:** São classificados como "Máquinas de locação destinadas à venda", no ativo circulante, as máquinas cujos valores contábeis serão recuperados por meio da venda, em vez do uso contínuo por meio da atividade de locação. Essa condição é considerada atendida quando (i) as máquinas estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sendo sua venda altamente provável, (ii) a Administração está comprometida com a venda das máquinas desativadas do imobilizado, (iii) as máquinas são efetivamente colocadas à venda por preço razoável em relação ao seu valor justo corrente, e (iv) espera-se que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação. As máquinas retornadas de locação desativadas são apresentadas pelo menor valor entre o valor justo deduzido das despesas estimadas de venda e o seu valor realizável líquido, que contempla o custo de aquisição mais gastos capitalizáveis decorrentes da reforma, líquido da depreciação acumulada até a data em que são classificados como "Máquinas de locação destinadas à venda". **2.9 Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota 10. As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. **2.10 Intangível:** É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 12). Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (tecnologia, relacionamento de clientes, carteira de clientes) são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível. Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados na rubrica de intangível, quanto aos requisitos de desenvolvimento. Quando esses critérios não são atingidos, esses gastos são registrados ao resultado do exercício quando incorridos como "Pesquisa e desenvolvimento". **2.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil, independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. **2.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto e longo prazos, quando relevante, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado. A taxa de desconto utilizada reflete as condições de mercado. A mensuração do ajuste a valor presente é realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação. As reversões dos ajustes dos ativos e passivos monetários são contabilizadas como receitas ou despesas financeiras. **2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos países onde a Controladora e suas subsidiárias operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que exista base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.14 Benefícios a empregados:** A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria (contribuição definida), assistência médica, odontológica e participação nos lucros. O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados. As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia (Nota 18). **2.15 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.17 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas. **(a) Venda de produtos:** A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. Máquinas Romi e Máquinas B+W: Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega das máquinas. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento são imateriais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Fundidos e Usinados: Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, de modo que a receita de venda de equipamentos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item. (i) Contraprestação variável: Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. Alguns contratos com clientes de Fundidos e Usinados oferecem direito a desconto futuro por incremento de volume/produtividade. (ii) Obrigações de garantia: A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais e não fornece garantias estendidas em seus contratos com clientes. Assim, a maioria das garantias existentes será de garantias na modalidade de asseguração de acordo com a IFRS 15 e CPC 47, que continuará a ser contabilizada de acordo com a IAS 37 e CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de forma condizente com sua prática atual. (iii) Componente de financiamento: Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência da máquina para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem será de um ano ou menos. Adicionalmente, a Companhia identificou que na comercialização de máquinas seminovas, há componente de financiamento pois esta operação é financiada ao cliente final com recursos próprios da Companhia e o custo financeiro está inserido no valor de venda da máquina vendida. O preço de transação para estes contratos é descontado, utilizando a taxa que estaria refletida em uma transação de financiamento separada entre a Companhia e seus clientes no início do contrato, de modo a levar em consideração o componente de financiamento significativo. (iv) Contraprestação não monetária: A Companhia recebeu máquinas usadas de alguns clientes como parte de pagamento na compra de máquinas novas. O valor justo desta contraprestação não monetária recebida do cliente é incluído no preço da transação e mensurado quando a Companhia obtém o controle dos equipamentos. A Companhia aplica os requisitos do CPC 46 - Mensuração do Valor Justo na apuração do valor justo da contraprestação não monetária. **(b) Venda de lotes (próprios):** A Companhia por meio de sua subsidiária integral Rominor Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Rominor Empreendimentos") é uma entidade de incorporação de empreendimentos imobiliários, criada com o objetivo de realizar empreendimentos imobiliários em imóveis próprios da Companhia, tendo em vista que o seu patrimônio imobiliário de ativos é considerado propriedades para investimentos e/ou estoque. No modelo de venda de lotes sob contratos com parceiros, em linha com as orientações da CVM, a Companhia julga que o controle do terreno é passado diretamente da "Rominor Empreendimentos" ao comprador do lote no momento da assinatura do contrato de compra e venda. Dessa forma, para aqueles projetos ainda em desenvolvimento, após a assinatura do contrato de compra e venda, a contabilização é da venda pela Companhia das benfeitorias alocadas àquele lote diretamente para o comprador do lote e a receita dessa venda é registrada pelo método de percentual de performance incorrido, na rubrica "Outras receitas operacionais, líquidas". A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes", com base nas orientações contidas no Ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, adotando-se para o reconhecimento da receita o critério "over time". A Companhia deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a Companhia satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente, vinculado ao progresso físico da obra. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo. Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou ativo não circulante na rubrica "Contas a receber". Os montantes recebidos com relação à venda de lotes que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica "Adiantamento de clientes". Os tributos incidentes sobre a diferença entre a receita incorrida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita. **(c) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **(d) Receita de locação de máquinas:** A receita de locação de máquinas é medida pelo valor justo da contraprestação dos serviços de locação a receber. As receitas são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel. **(e) Receita de venda de máquinas de locação destinadas a venda:** A receita da venda de "Máquinas de locação destinadas à venda" é uma atividade complementar da atividade de locação de máquinas. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerente à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, e o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega das máquinas. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento são imateriais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **2.18 Provisões:** As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), é provável que haja uma saída de recursos e o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa. Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança. **2.19 Aplicação de julgamentos e políticas contábeis materiais na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** O processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (a) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente. (b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida: anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (impairment) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (impairment) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 2.10). (c) Realização e obsolescência dos estoques: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.7. (d) Análise do risco de crédito para determinação da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.6 (f). (e) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (Nota 2.13), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências oriundas de processos administrativos e judiciais (Nota 2.18). (f) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente. **2.20 Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. **2.21 Apresentação de informações por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e pela tomada das decisões estratégicas da Companhia (Nota 21). **2.22 Demonstração dos fluxos de caixa:** A Companhia classifica o pagamento de juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, e o recebimento de dividendos como atividades de financiamento e investimentos, respectivamente, em seu fluxo de caixa. Tal classificação foi adotada por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros e de retorno sobre investimentos, em linha com o disposto no item 33 do CPC 03 (R2). **2.23 ICPC 22 (IFRIC23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a Companhia determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. **2.24 Adoção das CPCs/IFRSs novas e revisadas: 2.24.1 CPCs/IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente:** No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. i) Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes: O grupo adotou as alterações à IAS 1, publicadas em janeiro de 2020, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas

continua →

→ continuação

ROMI

ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

ROMI3 B3 LISTED NM igc itag

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. ii) Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: O grupo adotou as alterações à IAS 1, publicadas em novembro de 2022, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da Companhia de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da Companhia na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém, se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a Companhia divulga informações que permitem aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a Companhia pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants. iii) Alteração à IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Leaseback": O grupo adotou as alterações à IFRS 16 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um "leaseback" que inclua pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de "sale and leaseback" com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de "sale and leaseback" que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com a IAS 8 a transações de "sale and leaseback" celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a Companhia aplicou a IFRS 16 pela primeira vez. **2.24.2 CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas:** Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia no futuro. i) IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras: A IFRS 18 substitui a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 - Lucro por Ação. A IFRS 18 introduziu novas exigências para: • apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; • apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras; e • melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações. A Companhia deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a Companhia aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo no futuro. ii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam às Normas Contábeis IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. A Companhia pode apenas aplicar a IFRS 19 se, no final do período de relatório: • for uma subsidiária (isso inclui uma controladora intermediária); • não tiver responsabilidade pública; e • sua controladora final ou qualquer controladora intermediária prepara demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam às Normas Contábeis IFRS. A subsidiária tem responsabilidade pública se: • seus instrumentos de dívida ou patrimoniais forem negociados em um mercado público ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (uma bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais); ou • deter ativos em capacidade fiduciária para um grupo abrangente de estrangeiros como um dos seus principais negócios (por exemplo, bancos, associações de crédito, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos e bancos de investimento normalmente atendem este segundo critério). As entidades elegíveis podem aplicar a IFRS 19 nas suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária elegível que não aplica a IFRS 19 nas suas demonstrações financeiras consolidadas pode fazer isso nas suas demonstrações financeiras separadas. A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Se a Companhia optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anterior ao período de relatório no qual ela aplicar a IFRS 18 pela primeira vez, ela deve aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação descrito no anexo à IFRS 19. Se a Companhia optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anual antes de ter aplicado as alterações à IAS 21, ela não deve aplicar as exigências de divulgação na IFRS 19 com relação à Falta de Conversibilidade. Os diretores da Companhia não esperam que a IFRS 19 seja aplicada para fins das demonstrações financeiras consolidadas do grupo. iii) Orientação Técnica OCPC 10 e Resolução CVM 223: No dia 16 de dezembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO). Em consonância com esta iniciativa, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução 223/24, que torna obrigatória a adoção da referida orientação técnica para as companhias abertas supervisionadas pela autarquia. O OCPC 10 e Resolução CVM 223/24 entram em vigor em 1º de janeiro de 2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data. Conforme CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, na data de publicação das demonstrações financeiras, a Companhia ainda não adotou antecipadamente referida orientação técnica. Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo no futuro. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: __Capital social:__ O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 no montante de R$988.470 (R$904.772 em 31 de dezembro de 2023) é representado por 93.170.747 ações ordinárias (88.734.045 em 31 de dezembro de 2023) nominativas e escriturais, sem valor nominal. Em 26 de março de 2024, foi aprovado o aumento do Capital Social no valor de R$83.698, mediante a capitalização da reserva de lucros da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do Artigo 7º, parágrafo primeiro do Estatuto Social da Companhia com bonificação de ações. A bonificação em ações foi realizada à razão de 5% (cinco por cento), o aumento de capital foi efetivado com a emissão de 4.436.702 novas ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, atribuídas aos detentores de ações, a título de bonificação na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 20 (vinte) ações existentes. __Reserva de lucros:__ a) __Reserva legal:__ O saldo da rubrica "Reserva Legal", tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. b) __Dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP"):__ O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de juros sobre o capital próprio a título de dividendos e de constituição de reserva de lucros, da Administração à Assembleia Geral Ordinária, é conforme segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas	113.883	164.096
(-) Constituição de reserva Legal	(5.694)	(8.206)
Lucro passível de distribuição	108.189	155.890
Dividendos obrigatórios	(27.047)	(38.970)
Dividendos excedentes já distribuídos	(47.889)	(33.214)
Dividendos totais distribuídos	(74.936)	(72.184)
Constituição de reserva de lucros	**33.253**	**83.696**

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio ("JCP") no montante de R$74.936, conforme comunicados ao mercado nas datas listadas abaixo: 1. Em 25 de março de 2024, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2024, no montante de R$10.649, sendo 0,12 por ação, cujo pagamento foi realizado em 10 de abril de 2024. 2. Em 11 de junho de 2024, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2024, no montante de R$21.429, sendo 0,23 por ação, cujo pagamento foi realizado em 17 de julho de 2024. 3. Em 17 de setembro de 2024, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2024, no montante de R$22.361, sendo 0,24 por ação, cujo pagamento foi realizado em 21 de novembro de 2024. 4. Em 10 de dezembro de 2024, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2024, no montante de R$20.497, sendo 0,22 por ação, cujo pagamento será realizado em 26 de fevereiro de 2025. O montante total pago pela Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, líquido da retenção do imposto de renda, foi de R$57.384 (R$57.970 em 2023). __Lucro por ação:__ O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas controladores	113.883	164.096
Média ponderada das ações em circulação	93.171	93.171
Lucro básico e diluído por ação	**1,22**	**1,76**

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento com efeito diluidor sobre o resultado por ação.

4. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 4 de fevereiro de 2025 e autorizadas para publicação.

5. EVENTOS SUBSEQUENTES: (i) Controladas: Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor Comércio"): Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de fevereiro de 2025, foi autorizada a distribuição de dividendos intermediários, referente ao exercício de 2024, no valor de R$11.706, a ser pago em 11 de março de 2025, sujeito a ratificação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 11 de março de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Américo Emilio Romi Neto - Presidente do Conselho de Administração
Carlos Guimarães Chiti - Vice-Presidente do Conselho de Administração
Antônio Cândido de Azevedo Sodré Filho - Membro do Conselho de Administração
José Carlos Romi - Membro do Conselho de Administração
Mônica Romi Zanatta - Membro do Conselho de Administração
Paulo Romi - Membro do Conselho de Administração
Márcio Guedes Pereira Junior - Membro do Conselho de Administração
Ana Carolina Ribeiro Strobel - Membro do Conselho de Administração

DIRETORIA

Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente
Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente
Fábio Barbanti Taiar - Diretor
Tales Caires Aquino - Diretor
Douglas Pedro de Alcântara - Diretor
Maurício Lanzellotti Lopes - Diretor

CONSELHO FISCAL

Alfredo Ferreira de Marques Filho
Clóvis Ailton Madeira
Walter Luis Bernardes Albertoni

CONTADORA

Josiane Pedrigão Gibin - CRC - SP 202148/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal de ROMI S.A. procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta de Destinação de Resultados e de Distribuição de Dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como da Proposta da Administração no que tange ao Orçamento de Capital para o exercício de 2025. Com base nas informações disponibilizadas e, tendo recebido esclarecimentos por parte da Administração e dos Auditores Independentes, opina que referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

Santa Bárbara d'Oeste, 04 de fevereiro de 2025

Alfredo Ferreira Marques Filho **Clóvis Ailton Madeira** **Walter Luis Bernardes Albertoni**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Romi S.A. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Romi S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Romi S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e às suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme descrito na nota explicativa nº 2.17.8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da norma brasileira NBC TG 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Ativos imobilizado e intangível - Avaliação de indicativos de redução do valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível para os segmentos de "Fundidos e Usinados" e "Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")"* Por que é um PAA: Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2.11, nº 11 e nº 12 (d) (i) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia realiza anualmente análise da existência de indicadores de "impairment" e, caso necessário, efetua a mensuração do valor recuperável, a fim de concluir sobre a necessidade de provisão para perdas ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis. Esse assunto foi considerado como um PAA principalmente pelas oscilações ocorridas no mercado de atuação dos segmentos de Fundidos e Usinados e B+W durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que indicaram existência de indicadores de "impairment", que ensejaram a elaboração da mensuração do valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis destes segmentos, a qual exige alto grau de julgamento empregado pela Administração, utilização de conhecimento técnico e do histórico das operações da Companhia e, a realização de projeções dos resultados futuros, a fim de mensurar o valor recuperável dos referidos ativos. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Avaliação da existência de indicadores de "impairment". (ii) Execução de procedimentos de auditoria preliminares sobre algumas das estimativas e premissas de negócio relevantes que pudessem nos indicar se os ativos possam ter sofrido desvalorização, quando aplicável, para eventual identificação de risco de distorção material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. (iii) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos preliminares aplicados, não identificamos indicativos de redução do valor recuperável para os segmentos Fundidos e Usinados e B+W e, assim, consideramos aceitável o valor do ativo imobilizado e do ativo intangível dos segmentos Fundidos e Usinados e B+W no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado* - As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma brasileira NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos auditoria de grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do Grupo para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pela revisão do trabalho de auditoria executado com propósito da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 4 de fevereiro de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Manoel F. da Silva
Contador CRC nº 1 SP 205664/O-2

Deloitte.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores infra mencionados, declaram que o conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram por nós preparadas, revisadas, discutidas e não temos nenhum assunto relevante que mereça qualquer comentário adicional àqueles já descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Santa Bárbara d'Oeste, 04 de fevereiro de 2025

Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente
Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente
Fábio Barbanti Taiar - Diretor
Douglas Pedro de Alcântara - Diretor
Maurício Lanzellotti Lopes - Diretor
Tales Caires Aquino - Diretor

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Os diretores infra mencionados declaram que revisaram, discutiram e concordam com o Relatório de Revisão emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ROMI S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Santa Bárbara d'Oeste, 04 de fevereiro de 2025

Luiz Cassiano Rando Rosolen – Presidente
Fernando Marcos Cassoni – Vice-Presidente
Fábio Barbanti Taiar - Diretor
Douglas Pedro de Alcântara – Diretor
Maurício Lanzellotti Lopes – Diretor
Tales Caires Aquino - Diretor

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS 2024

O Comitê de Auditoria e Riscos da ROMI S.A. ("Comitê"), eleito em 12/03/2024, no período entre sua eleição e a presente data se reuniu ao todo 6 vezes, sendo 4 reuniões com a presença do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente, para análise das Informações Financeiras Trimestrais, conforme seu Regimento Interno. Os principais assuntos debatidos foram: 1. Atividades da Auditoria Interna, bem como a evolução e implementação dos planos de ação definidos para remediar as deficiências identificadas; 2. Informações Financeiras Trimestrais e Demonstrações Financeiras em conjunto com o Conselho Fiscal e a Auditoria Independente; 3. Carta de Recomendações da Auditoria Independente; 4. Orçamentos 2025 da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria e Riscos; 5. Plano de Auditoria realizado em 2024 e proposto para 2025; e 6. Programa de Compliance e Sistema de Gerenciamento de Riscos, incluindo Canal de Denúncias, Comitê de Diversidade e Inclusão e implementação de práticas ESG. Considerando a análise dos assuntos acima, incluindo as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 2024, o Comitê conclui que a Companhia se encontra em conformidade com as normas legais, regulatórias, estatutárias e suas políticas.

Santa Bárbara d'Oeste, SP, 03 de fevereiro de 2025

Márcio Guedes Pereira Júnior - Coordenador **Antônio Cândido de Azevedo Sodré Filho** **Antônio Carlos Bonini Santos Pinto** **Ana Carolina Ribeiro Strobel**

Eufrázio

A norma claudicante e vilipendiada

ARTIGO

Everardo Maciel
Consultor tributário, foi secretário da Receita Federal (1995-2002)

Causou perplexidade a comédia de erros no recente episódio da fiscalização de transações financeiras por meio do Pix.

Para desviar a atenção no controle de gastos públicos, procedeu-se à divulgação extemporânea, no início deste ano, de uma instrução normativa (IN) da Receita Federal, datada de 17/9/2024 e fundada no art. 5.º da Lei Complementar n.º 105, de 2001.

A oportunista iniciativa gerou forte reação política, embora tecnicamente infundada, seguida da desarrazoada revogação daquela IN e da edição de uma inepta medida provisória, que, sem observar os requisitos constitucionais de urgência e relevância, fez a proclamação de obviedades, banalizando instrumento que tem força de lei.

Essa deplorável sequência de fatos é tão somente uma evidência a mais do descaso com que as normas têm sido tratadas no País.

Desde sua promulgação em 1988, a Constituição foi alterada por meio de 135 emendas constitucionais (30, nos últimos 5 anos), o que corresponde a uma média de 1 emenda por trimestre.

São centenas de novas normas constitucionais casuísticas, inconsistentes e, não raro, mal redigidas (a Emenda n.º 87, de 2015, por exemplo, tem vigência fixada incrivelmente em duas datas distintas).

Temos uma das maiores instabilidades normativas, da qual resulta uma colcha de retalhos constitucionais

Emendas são aprovadas a toque de caixa, até mesmo sem o prévio conhecimento do texto, como ocorreu durante a votação da reforma tributária do consumo, na Câmara dos Deputados.

Temos uma das maiores, se não a maior, instabilidades normativas contemporâneas, da qual resulta uma impressionante colcha de retalhos constitucionais. Paradoxalmente, inúmeras normas não ganham concretude, por falta de regras infraconstitucionais, a exemplo do federalismo fiscal cooperativo, greve e emprego temporário no serviço público, conflitos no âmbito do federalismo fiscal, tratamento tributário do ato cooperativo, prevenção dos desvios tributários concorrenciais, normas gerais das finanças públicas, desconsideração administrativa de atos e negócios dissimulados.

A mora legislativa contrasta com um ativismo judicial que se vale de uma Constituição sobrecarregada por princípios que facultam diversificada interpretação.

A propósito, o art. 145, § 3.º, da Constituição, introduzido pela Emenda n.º 132, de 2023, prevê que o sistema tributário nacional deverá observar "os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente". Cada princípio encerra múltiplos entendimentos; a combinação deles dá lugar a qualquer entendimento. Contencioso à vista. ●

Fundo de previdência **'Gravíssimas preocupações'**

TCU aprova auditoria 'em caráter de urgência' na Previ

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou a abertura de uma auditoria, em caráter de urgência, sobre a gestão da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ). O ministro Walton Alencar Rodrigues relatou "gravíssimas preocupações".

Ele citou que, entre janeiro e novembro de 2024, o "Plano 1" da Previ "acumulou prejuízo" de aproximadamente R$ 14 bilhões. Sobre os investimentos do plano Previ, o ministro mencionou que houve rendimento de apenas 1,58% em 2024. Questionado, o fundo não se manifestou até ontem à noite.

"Há a perspectiva de danos graves para o Banco do Brasil, sociedade de economia mista, cujo controle pertence à União, que, em caráter extraordinário, poderá ser obrigada a contribuir paritariamente com os assegurados", escreveu ele. ● RENAN MONTEIRO/BRASÍLIA

START

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NO AR

Hub multiplataforma amplifica conteúdos de transformação digital que impactam nos negócios e na sociedade

Entrevistas com **grandes especialistas**

Análises e novidades do setor

APRESENTADO POR:



Daniel Gonzales
Jornalista

Foto: Daniel Teixeira/Estadão

Acesse e conheça:



Realização: ESTADÃO 150 | ELDORADO FM 107.3
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Patrocínio: NEC

Eufrázio

ROMINOR - COMÉRCIO, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 84.696.814/0001-00

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão.
O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024. Atendendo às disposições da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31/12/2024 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Santa Bárbara d'Oeste, 04 de fevereiro de 2025.

A administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota Explicativa	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.542	10.670
Aplicações financeiras	6	27.555	16.000
Duplicatas a receber		3	3
Estoques	7	429	1.328
Impostos e contribuições a recuperar		257	126
		36.786	28.127
Outros investimentos	8	300	300
		300	300
Total do Ativo		37.086	28.427

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	2024	2023
Circulante			
Impostos e contribuições a recolher		21	30
Dividendos		3.923	1.820
Imposto de renda e contribuição social a recolher		403	128
Partes relacionadas	10	12	12
		4.359	1.990
Patrimônio Líquido	11		
Capital social		17.451	17.451
Reserva de capital		80	80
Reserva de lucros		15.196	8.906
Total do Patrimônio Líquido		32.727	26.437
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		37.086	28.427

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Nota Explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	13	16.534	6.082
Custo dos produtos e serviços vendidos	7	(899)	(69)
Lucro Bruto		15.635	6.013
Receitas (Despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	14	(898)	(169)
Honorário da administração	14	(128)	(122)
		(1.026)	(291)
Lucro Operacional		14.609	5.722
Receitas (Despesas) financeiras			
Receitas financeiras	15	2.896	3.285
Despesas financeiras	15	(5)	(7)
		2.891	3.278
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		17.500	9.000
Imposto de renda e contribuição social	9	(1.892)	(1.779)
Lucro Líquido Do Exercício		15.608	7.221
Lucro Básico por Ação em Reais - R$	11	2,52	1,17

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	2024	2023
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		17.500	9.000
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Estoques		899	69
Impostos e contribuições a recuperar		(131)	(4)
Impostos e contas a pagar		(9)	(200)
Caixa gerado nas operações		18.259	8.865
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos		(1.617)	(2.318)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		16.642	6.547
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicações financeiras		(11.555)	(16.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(11.555)	(16.000)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Dividendos pagos	11	(7.215)	(12.252)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(7.215)	(12.252)
Aumento (Redução) de caixa e Equivalentes De Caixa, Líquidos		(2.128)	(21.705)
Caixa e Equivalentes de Caixa - no Início do Exercício		10.670	32.375
Caixa e Equivalentes de Caixa - no Fim do Exercício		8.542	10.670

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva de lucros	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Total	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	17.451	80	11.755	3.490	15.245	-	32.776
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.221	7.221
Dividendos pagos (equivalentes a R$1,06 por ação)	-	-	(11.755)	-	(11.755)	-	(11.755)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.805)	(1.805)
Transferências entre reservas	-	-	5.416	-	5.416	(5.416)	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	(6.339)	-	(6.339)	-	(6.339)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	17.451	80	5.416	3.490	8.906	-	26.437
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	15.608	15.608
Dividendos pagos (equivalentes a R$ 0,87 por ação)	-	-	(5.416)	-	(5.416)	-	(5.416)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(3.902)	(3.902)
Transferências entre reservas	-	-	11.706	-	11.706	(11.706)	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	6.290	-	6.290	-	6.290
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	17.451	80	11.706	3.490	15.196	-	32.727

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	15.608	7.221
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucro líquido abrangente do exercício	15.608	7.221

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), domiciliada no município de Santa Bárbara d' Oeste, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Luiz de Queiroz, S/N. Constituída em 25 de novembro de 1982, sua controladora é a Romi S.A. A Companhia tem por objetivo principal a atividade imobiliária, inclusive incorporação, compra, venda e locação de imóveis próprios, a exploração de direitos imobiliários, por qualquer outra forma, a administração de bens próprios ou de terceiros, a intermediação de negócios imobiliários e corretagem em geral, inclusive seguro, prestação de fianças, avais, anuências e congêneres, representada pelas comissões recebidas de instituições financeiras, decorrente de garantias e avais, prestação de serviços relacionados com suas atividades e a participação em sociedades imobiliárias e outras, como sócia, quotista ou acionista.
2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS: As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma e, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras (Nota 3). **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.2.1. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são compostas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas de instituições com baixo risco de crédito, apresentando rentabilidade predominantemente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação com vencimentos acima de 90 dias e serem mantidos com a finalidade de investimento, por isso não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa. **2.3. Ativos financeiros - recebíveis:** Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis compreendem as "Contas a receber" (Nota 2.4). A Administração avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por "impairment" são incorridas somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. **2.4. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber da venda de imóveis e valores a receber de aluguéis de imóveis. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas para risco de créditos. **2.5. Estoques:** Os estoques são representados por terrenos e edificações. Os estoques são registrados pelo custo de aquisição. **2.6. Outros investimentos:** De acordo com o CPC 48 "Instrumentos financeiros" um investimento em instrumento patrimonial que não tenha preço cotado em mercado ativo para instrumento idêntico (ou seja, informação de Nível 1) (ou ativo derivativo que seja vinculado a esse instrumento e que deva ser liquidado pela entrega desse instrumento), deve ser mensurado ao valor justo na data da aplicação inicial. O CPC 48 ainda estabelece que instrumentos de participação societária, quando não há controle, controle conjunto ou influência significativa, devem ser mensurados pelo seu "valor justo". Para valorização a valor justo deste instrumento financeiro a Companhia utilizou como referência as informações geradas pelo mercado e contém o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade. **2.7. Passivos financeiros:** Classificação dos passivos financeiros: Instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros. Passivos financeiros são designados como outros passivos reconhecidos inicialmente a valor justo e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos. **2.8. Imposto de renda e contribuição social - Lucro Presumido:** A Companhia adotou a opção da legislação fiscal vigente referente à apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no lucro fiscal presumido. Sendo assim, com base no Artigo 15 da Lei nº 9.429/95, os percentuais utilizados para a determinação das bases de cálculo são os seguintes: • 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre venda de mercadorias. • 32% sobre receitas e serviços. • 100% sobre os rendimentos financeiros. Sobre as bases de cálculo constituídas, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% sobre a receita que exceder R$240 ao ano, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. **2.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.10. Capital social:** As ações ordinárias são apresentadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais. **2.11. Distribuição de dividendos:** É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são propostos pela Administração. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a legislação societária e as práticas contábeis adotadas no Brasil, sejam distribuídos como dividendos. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido pago durante o exercício. **2.12. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de imóveis e de aluguéis de propriedades para investimento e por comissões recebidas de instituições financeiras por ser garantidora de fianças bancárias. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. **2.13. Outras receitas e despesas:** O resultado das operações é registrado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **2.14. Adoção das CPCs novas e revisadas: 2.14.1. CPCs novas e alteradas em vigor no exercício corrente:** No exercício corrente, a Companhia aplicou alterações às CPCs emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Alterações ao CPC 26 (R1) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes: A Companhia adotou as alterações ao CPC 26, publicadas em janeiro de 2020, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. **2.14.2. CPCs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas:** Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. a) IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras (em substituição ao CPC 26 (R1)). A IFRS 18 substitui a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 - Lucro por Ação. A IFRS 18 introduziu novas exigências para: • apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado. • apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras. • melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações. A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras no futuro. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **3. USO DE ESTIMATIVAS:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Companhia o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas registrados, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem a mensuração do valor justo de outros investimentos. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.
4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO: 4.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a risco financeiro, principalmente por riscos de mercados (risco com taxa de juros). O programa de gestão de risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras são afetados pelas variações nas taxas de juros relacionadas ao CDI.
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados: • Caixa e equivalentes de caixa: reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado. • Investimentos em ações: O investimento em ações da Santinvest S.A. Participações, classificado no grupo de outros investimentos e mensurados pelo valor justo no resultado da Companhia.
6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O capital social em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, é representado por 6.191.156 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente autorizadas e integralizadas. Dividendos: O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de dividendos e de constituição de reserva de lucros pela Administração à Assembleia Geral Ordinária é como segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	15.608	7.221
(-) Constituição de reserva legal	-	-
Lucro passível de distribuição	15.608	7.221
Dividendos mínimos obrigatórios	(3.902)	(1.805)
Dividendos propostos e distribuídos	-	-
Constituição de reserva de lucros	11.706	5.416
Percentual dos dividendos propostos sobre o lucro passível de distribuição	25%	25%

Em 30 de janeiro de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, referente ao exercício de 2023, no montante de R$1.805. Em 30 de janeiro de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos complementares ao mínimo obrigatório, referente ao exercício de 2023, no montante de R$5.416. Em 8 de fevereiro de 2024 foi pago o total de R$7.215 referente a dividendos. Reserva legal: De acordo com o previsto no Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deve ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não registrou valor com o reserva legal, pois em 2012 já atingiu o limite de 20% do capital social. Reserva de lucros: Em conformidade com o Estatuto Social, o montante de lucros retidos no exercício, adicionados à reserva de lucros, teve sua destinação definida pelo Conselho de Administração em 4 de fevereiro de 2025, a ser ratificado pela Assembleia Geral Ordinária, que aprovará as demonstrações financeiras. Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	15.608	7.221
Média ponderada das ações no exercício - em milhares	6.191	6.191
Lucro básico por ação - em R$	2,52	1,17

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato da Companhia não possuir nenhum instrumento, com efeito, diluidor sobre o lucro por ação.
7. EVENTOS SUBSEQUENTES: Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de fevereiro de 2025, foi autorizada a distribuição de dividendos intermediários, referente ao exercício de 2024, no valor de R$11.706, a ser pago em 11 de março de 2025, sujeito a ratificação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 11 de março de 2025.
8. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para divulgação em 4 de fevereiro de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Américo Emílio Romi Neto - Presidente
Paulo Romi - Vice-Presidente
Eugênio Guimarães Chiti - Membro

DIRETORIA

Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente
Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente
Fábio Barbarti Taiar - Diretor

CONTADORA

Josiane Perdigão Gibin
CRC SP 202148/O-8
CPF 278.895.688-60

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 4 de fevereiro de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Manoel P. da Silva
Contador - CRC nº 1 SP 205666/O-2

Deloitte.

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA
Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras**, cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br).

CONCORRÊNCIA:
FFM 0109/2025-00 "EXECUÇÃO DE OBRA, REFORMA E ADEQUAÇÃO NO SETOR DE REABILITAÇÃO"
FFM 0124/2025-00 "MONTAGEM DE ESTANDE PARA NEFROUSP 2025"

ADJUDICAÇÃO – COMPRAS REGULAMENTO FFM
FFM 1397/2024-00 (RC 41.334) ABS SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA-EPP, 54.993.497/0001-15
FFM 1667/2024-00 (RC 41.664) RENCK DO BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-EPP, 21.771.529/0001-89

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA – RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 006.09/2022-01 – A Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Itapipoca torna pública a **RETIFICAÇÃO** do Extrato do Contrato de Aditivo Nº 006.09/2022-01, publicado no dia 27/10/2023, ano XV – Edição n.º 202. Folha 111, Diário Oficial do Estado. Diário Oficial da União, Seção 3. Nº 205, 27/10/2023. Folha 298. O Estado de São Paulo. 27/10/2023. Folha B4. O Estado 27/10/2023. Folha 7 informando que: **ONDE SE LÊ:** percentual em relação a Supressão ao Contrato inicial: 2,02% (dois vírgula zero dois por cento). **LEIA-SE: PERCENTUAL EM RELAÇÃO A SUPRESSÃO AO CONTRATO INICIAL: 2,03% (dois vírgula zero três por cento). ONDE SE LÊ:** Valor Global R$: 9.743.262,43 (Nove Milhões, Setecentos e Quarenta e Três Mil, Duzentos e Sessenta e Dois Reais e Quarenta e Três Centavos). **LEIA-SE: VALOR GLOBAL R$: 9.584.869,73** (Nove Milhões Quinhentos e Oitenta e Quatro Mil Oitocentos e Sessenta e Nove Reais e Setenta e Três Centavos). **Antonio Vitor Nobre de Lima – Secretário Executivo de Despesas da Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA**

Eufrázio

Sistema financeiro **Bancos**

Lucro do Itaú Unibanco tem alta de 16,2% e soma R$ 41,4 bi em 2024

Com expansão das operações de crédito e queda na inadimplência, rentabilidade foi de 22,1%; banco vai distribuir R$ 15 bilhões em dividendos aos acionistas em março

MATHEUS PIOVESANA

O Itaú Unibanco registrou lucro líquido recorrente de R$ 41,4 bilhões em 2024, uma expansão de 16,2% sobre os ganhos do ano anterior (R$ 35,6 bilhões) – e um novo recorde no setor. Em balanço divulgado ontem à noite, o banco informou que seu lucro no quarto trimestre somou R$ 10,88 bilhões, uma alta de 15,8% ante igual período de 2023. Em relação ao terceiro trimestre, o avanço foi de 2%.

Com o balanço, o banco também anunciou que irá distribuir R$ 15 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio (JCP), que serão pagos aos seus acionistas no dia 7 de março.

O lucro da instituição cresceu graças, principalmente, à expansão das margens e das receitas com serviços, associado à redução dos custos do crédito decorrente da queda na taxa de inadimplência.

A carteira de crédito do Itaú Unibanco cresceu 15,5% no ano passado, ou 10,2% se desconsiderado o efeito do câmbio, atingindo um saldo de R$ 1,35 trilhão. Houve crescimento em todos os segmentos de crédito, com destaque para as operações com grandes empresas, que avançaram 21%, impulsionadas pela variação do dólar ante o real. No caso de micro, pequenas e médias empresas, a alta foi de 17,7%.

Apesar da expansão das operações de crédito, a taxa de inadimplência (atrasos superiores a 90 dias) fechou o ano em 2,4%, abaixo do patamar de 2,8% do fim de 2023. Considerando apenas as operações da instituição no Brasil, o índice de atrasos foi um pouco maior, de 2,6%, mas ainda abaixo dos 3,2% de um ano antes.

Esse recuo nos indicadores de inadimplência permitiu ao banco reduzir suas provisões para os chamados devedores duvidosos (PDD) em 2,5%, para R$ 36,2 bilhões.

Já as receitas com serviços, incluindo a cobrança de tarifas bancárias, tiveram alta de 4,5% em 12 meses, e alcançaram R$ 11,69 bilhões.

O presidente do Itaú Unibanco, Milton Maluhy, classificou 2024 como um ano de consistência na entrega de resultados. "Mais do que os indicadores financeiros, encerramos o ano com muitos avanços importantes na nossa estratégia de centralidade nos clientes, com crescimento contínuo nos nossos índices de engajamento e de satisfação", afirmou o executivo, em nota.



"Mais do que os indicadores financeiros, encerramos o ano com muitos avanços importantes"
Milton Maluhy
Presidente do Itaú Unibanco

O banco também conseguiu aumentar sua rentabilidade no ano passado. O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE, na sigla em inglês) ficou em 22,1%, avanço de 1,1 ponto porcentual em um ano. Mas houve um pequeno recuo ante o ROE de 22,7% do terceiro trimestre.

A margem financeira subiu 8,3% em um ano, para R$ 29,38 bilhões, enquanto que a margem com clientes, que contabiliza os ganhos gerados pelas operações de crédito, também subiu 8,3%, para R$ 28,48 bilhões.

'GESTÃO CUIDADOSA'. No fim de dezembro, o Itaú Unibanco contabilizava R$ 3,04 trilhões em ativos, alta de 13,1% em um ano, e o seu patrimônio líquido somava R$ 201,0 bilhões, 11,2% maior do que em dezembro de 2023. "O desempenho relevante registrado em 2024 é resultado direto de uma gestão muito cuidadosa, consistente e precisa entre risco e retorno", afirmou o diretor financeiro do Itaú, Gabriel Moura. "Com isso, conseguimos, em mais um ano, focar na criação de valor de longo prazo, traduzida em uma performance sustentável."

No quarto trimestre, o produto bancário do Itaú, que soma as margens com juros e as receitas com serviços, foi de R$ 44,09 bilhões. O número representou um crescimento de 7,6%, em um ano, e de 3,3% em três meses.

Na tesouraria, o resultado entre outubro e dezembro foi de R$ 904 milhões, alta de 7,6% em um ano, mas uma baixa de 14,5% no trimestre. Além de contabilizar as exposições do Itaú Unibanco ao mercado brasileiro, a tesouraria inclui a proteção cambial que o banco faz para o capital das operações na América Latina.

Maior banco da América do Sul, o Itaú Unibanco tinha 96.219 funcionários – 86,2 mil no Brasil e 9,9 mil em suas operações no exterior. O número de agências e postos de atendimento bancário (PABs) somavam 2.928 pontos – um ano antes, eram 3.250 pontos –, além de 40.030 caixas eletrônicos. ●

Ganho do Santander vai a R$ 13,87 bi, avanço de 47,8%

O Santander Brasil aumentou em 47,8% seus ganhos no País em 2024. A subsidiária do banco espanhol registrou lucro líquido recorrente de R$ 13,87 bilhões no ano passado, um aumento de 47,8% em relação aos ganhos de 2023, que foram de R$ 9,4 bilhões. No quarto trimestre de 2024, o lucro líquido recorrente foi de R$ 3,85 bilhões, um avanço de 74,9% no comparativo anual, enquanto em relação ao terceiro trimestre a alta foi de 5,2%.

O bom resultado é fruto de um crescimento nas receitas do banco, tanto nas operações de concessão de crédito quanto na prestação de serviços.

A carteira ampliada de empréstimos do Santander Brasil, que inclui avais e fianças, teve um crescimento de 6,2% no ano, chegando a R$ 682,6 bilhões. Houve alta expressiva nas linhas de financiamento ao consumo (19,1%), cartão de crédito (16,3%) e pequenas e médias empresas (13,7%).

A margem financeira bruta, que reflete os ganhos com operações que rendem juros, foi de R$ 15,978 bilhões, alta de 16% em um ano. Na apresentação do balanço, o banco destacou o crescimento consistente do crédito como consequência da melhora da qualidade da carteira.

As receitas com prestação de serviços e cobrança de tarifas bancárias somaram R$ 5,15 bilhões no quarto trimestre, um incremento de 10,1% em relação ao ano anterior.

'BALANÇO MAIS SÓLIDO'. Houve ainda queda nas provisões contra a inadimplência, de 13,2% em relação ao quatro trimestre de 2023, para R$ 5,9 bilhões entre outubro e dezembro. O índice de inadimplência, que considera o total de atrasos acima de 90 dias em relação ao total da carteira, ficou 3,2% em dezembro, 0,1 ponto porcentual acima do patamar de um ano antes.

"Ao longo dos últimos três anos, evoluímos na construção de um balanço mais sólido, com maior previsibilidade e rentabilidade sustentável", disse em nota o presidente do banco, Mario Leão, ao comentar os resultados em 2024.

O "spread" médio (diferença entre o que o banco paga para captar recursos e quanto cobra para emprestar) cresceu de 9,73%, em dezembro de 2023, para 10,49%, o que fez a margem financeira bruta crescer 14,2%. Como as despesas com provisões caíram (-5,7%), o Santander conseguiu um importante aumento na sua rentabilidade.

Medida pelo retorno sobre o patrimônio líquido (ROE, na sigla em inglês), a rentabilidade do banco chegou a 17,6% no fim de 2024, um aumento de 5,3 pontos porcentuais em relação ao patamar de um ano antes.

Retorno maior
A rentabilidade do banco alcançou 17,6% em 2024, um avanço anual de 5,3 pontos porcentuais

"Temos uma visão consistente, de longo prazo, e uma estratégia clara para crescer e apoiar nossos clientes em qualquer tipo de cenário", ressaltou o presidente do banco.

O volume de ativos do Santander Brasil chegou a R$ 1,33 trilhão no fim de 2024, uma alta de 15,8% em um ano. O patrimônio líquido, por sua vez, aumentou 5,4% no mesmo período, indo a R$ 90,7 bilhões. ● M.P.

Consignado privado pode ser Pix da inclusão no crédito, diz Leão

O presidente do Santander Brasil, Mario Leão, disse ontem que o consignado privado pode se tornar uma mola propulsora da inclusão de novos públicos no mercado de crédito. No entanto, a possível imposição de um teto de juros evitaria que esse efeito se concretizasse.

"Eu disse ao presidente (*Lula*) que esse produto pode ser, para o crédito, o que o Pix foi para o mercado de pagamentos", disse Leão, em entrevista para comentar os resultados do banco em 2024.

Ele se referia à reunião entre os presidentes dos maiores bancos do País e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, realizada na semana passada, que tratou do novo modelo do consignado privado, que deve utilizar a base de dados do eSocial. Segundo ele, a comparação com o Pix leva em conta as perspectivas de inclusão financeira. ● M.P.

Eufrázio

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

REUNIÃO GERAL EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS

Na qualidade de sócia quotista administradora da **GRESS CAVI COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.**, CNPJ 31.631.787/0001-13, convoco todos os seus respectivos sócios para Reunião Geral Extraordinária de Sócios que se realizará na sede da sociedade à **Rua Clodomiro Amazonas nº 442, Bairro Vila Nova Conceição, CEP 04537-001, São Paulo, Capital, no dia 14.02.2025 às 9h30**, que instalar-se em primeira chamada, com a presença de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social e, em segunda, às 10h, com qualquer número em cumprimento ao disposto na Cláusula 9ª e seu § 1º, da 3ª Alteração do Contrato Social Consolidado. A reunião versará acerca da (i) manifestação do sócio **Carlos da Silva Santos Araujo**, por meio de seu advogado Dr. Vitor Leite, em 29.01.2025, por Whatsapp, de se retirar da sociedade; (ii) deliberar sobre apuração de haveres do sócio retirante, valor, forma e prazo de pagamento, observando o disposto na Cláusula 16ª e seu parágrafo único e Cláusula 12ª e seu parágrafo único, da mesma alteração contratual. São Paulo, 05 de fevereiro de 2025. **Solange dos Santos Rocha Maciel – Sócia Administradora**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REPUBLICAÇÃO PARA CORREÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO, publicado em 05 de fevereiro de 2022, quarta, Jornal O Estado de São Paulo, folha B4

LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL COMPLETO: www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br ou no endereço: Serviço Técnico de Licitações e Materiais - Estrada Municipal do Campinho, 100 - Bairro Campinho - Lorena - SP - CEP 12602-810 - Fone: (0XX12) 3159-5047.

DADOS DO PREGÃO	OBJETO DA LICITAÇÃO	RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS	DISPUTA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90001/2025-EEL - UASG 102169 PROCESSO SEI Nº: 154.00000811/2025-31	AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO COM ENTREGA CONFORME DEMANDA DOS LABORATÓRIOS DE ENSINO E PESQUISA DA EEL	A partir das 09h00 do dia 06/02/2025	19/02/2025 às 09h00

DNIT — MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES — GOVERNO FEDERAL — BRASIL — UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90033/2025 - UASG 393003

Nº Processo: 50600029114202426. Objeto: Contratação consiste na subscrição de licenças de uso de softwares Microsoft, com direito de atualização e suporte, garantindo a regularização do DNIT junto à fabricante, proprietária intelectual dos aplicativos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 7. Edital: 06/02/2025 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: SAUN Quadra 3 Bloco a, Asa Norte -BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/393003-5-90033-2025. Entrega das Propostas: a partir de 06/02/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 20/02/2025 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O edital poderá ser obtido nos sítios – www.dnit.gov.br ou www.gov.br/compraswww.dnit.gov.br ouwww.gov.br/compras.

ROSANGELA BEZERRA DOS SANTOS
Pregoeira

DNIT — MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES — GOVERNO FEDERAL — BRASIL — UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência nº 0036/2025 - UASG 393003

Nº Processo: 50600032562202415. Objeto: Contratação de empresa para elaboração dos estudos, projetos básico e executivo de engenharia, execução das obras de reabilitação de 03 (três) obras de arte especiais (Ponte Sobre Rio Malhador, Ponte sobre o Rio Campeiro e Ponte sobre o Rio Recreio), localizadas nas rodovias BR-324/BA e BR-407/BA. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 06/02/2025 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Saun Quadra 3 Bloco a - Mezanino - Cgd, Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/393003-3-90036-2025. Entrega das Propostas: a partir de 06/02/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 08/05/2025 às 15h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O edital poderá ser obtido por meio dos sítios: www.dnit.gov.br ou www.gov.br/compras.

CAMILA DUARTE E SILVA
Agente de Contratação

Secretaria de Gestão — SALVADOR PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Salvador, capital do Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE), por meio da Comissão Central Permanente de Contratos (COMPEL), torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada a seguinte licitação: Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO - SEMGE N.º 90004/2025 - PROC: 177563/2024 - SEMGE, cujo objeto é a elaboração de registro de preço para aquisição de material de limpeza (água sanitária base hipoclorito sódio),** com a abertura da sessão no dia 19/02/2025, às 10h. Obs.: horário oficial de Brasília. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, que poderão retirar, gratuitamente, da seguinte forma: Portal da SEMGE (www.gov.br/compras). Informações: compel@salvador.ba.gov.br.

Secretaria de Gestão — SALVADOR PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Salvador, capital do estado da Bahia, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE), por meio da Comissão Central Permanente de Contratos (COMPEL), torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada a seguinte licitação: Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO - SEMGE N.º 90005/2025 - PROC: 221011/2024 - SEMGE, cujo objeto é a elaboração de registro de preço para aquisição de BONÉS e CHAPÉUS,** com a abertura da sessão no dia 20/02/2025, às 10h. Obs.: horário oficial de Brasília. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, que poderão retirar, gratuitamente, da seguinte forma: Portal da SEMGE (www.gov.br/compras). Informações: compel@salvador.ba.gov.br.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 23 de Janeiro de 2025

1. Data, Hora e Local: No dia 23 de janeiro de 2025, às 12h, em formato exclusivamente digital, considerada como ocorrida na sede da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. ("Companhia"), na Rua Cubatão, nº 320, Pavimento 3, 8 e 9, Vila Mariana, CEP 04.013-911, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença:** Foi verificada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Srs. Wolfgang Stephan Schwerdtle, Gustavo Cellet Marques, Fábio Ferreira Figueiredo, Fernando Padovese, Patrícia Ferreira Figueiredo, Renato Padovese, Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva, Renato Russo e Silvio José Genesini Junior. **3. Convocação:** Convocação realizada nos termos do artigo 16, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia. **4. Composição da Mesa: Presidente:** Wolfgang Stephan Schwerdtle; **Secretária:** Jéssica Caroline Angeiras Passalongo Pereira. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre, nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 19, xxvi, do Estatuto Social da Companhia: (i) a realização da 2ª (segunda) emissão, em série única, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos do artigo 62, da Lei das Sociedades por Ações, as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, a ser registrada conforme o rito automático de distribuição e destinada exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), por meio do *"Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático de Distribuição, da Cruzeiro do Sul Educacional S.A."* ("Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, sociedade por ações, com filial situada na Cidade São Paulo e Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 12901, andar 11, conjunto 1.101 e 1.102 parte, bloco A - Torre Norte, CEP 04578-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.3.0027187-5, representando a comunhão de titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente), a **Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda.**, sociedade limitada, com sede na SEP/SUL Eq 704/904 - Conjunto "A", Asa Sul, CEP 70.390-045, na Cidade de Brasília, Distrito Federal inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.078.220/0001-38, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal ("JUCISDF") sob o NIRE 53201255841 ("UDF"), **ACEF S.A.**, sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na Avenida Dr. Armando de Salles Oliveira, nº 201, Parque Universitário, Município de Franca, Estado de São Paulo, CEP 14.404-600, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.722.831/0001-78, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.300.185.765 ("ACEF"), a **Sociedade Empresária de Ensino Superior do Litoral Norte Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Rua Maria Elhoumpção Carvalho, nº 1000, Parte, Jardim Itamar, CEP 11.662-047, na Cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.005.735/0001-86, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35221910653 ("Módulo") e a **Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.**, sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na Rua Cesário Galeno, 432/448, Tatuapé, CEP 03.071-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.395.177/0001-47, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35300517725 ("Unicid" e, em conjunto com a UDF, a ACEF e a Módulo, as "Fiadoras"); (ii) a autorização à prática, pelos diretores da Companhia e/ou os representantes legais da Companhia, de todo e qualquer ato necessário à formalização da Emissão e da Oferta, inclusive, mas não se limitando (a) à contratação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários para a realização da Oferta, mediante a celebração do *"Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da 2ª (Segunda) Emissão da Cruzeiro do Sul Educacional S.A."* ("Coordenador Líder" e "Contrato de Distribuição", respectivamente); (b) à contratação dos prestadores de serviços da Emissão, incluindo, mas não se limitando, ao banco liquidante das Debêntures ("Agente de Liquidação"), à instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures ("Escriturador"), aos assessores legais, ao Agente Fiduciário, entre outros, podendo, para tanto, negociar os termos e condições, assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os respectivos honorários; (c) à celebração da Escritura de Emissão; bem como (d) à celebração de todos os demais documentos e eventuais aditamentos, além da prática de todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta; e (iii) a ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou por seus representantes legais no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo aqueles praticados para implementação dos itens "(i)" e "(ii)" acima mencionados. **6. Deliberações:** Iniciados os trabalhos, os conselheiros, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, **aprovaram: 6.1** a Emissão e a Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão: (i) Destinação dos Recursos: os recursos obtidos pela Emissora com a Emissão, serão integralmente utilizados pela Emissora para reforço de caixa da Emissora no âmbito da gestão ordinária dos negócios da Emissora e/ou de sociedades do seu Grupo Econômico (conforme definido na Escritura de Emissão); (ii) Número da Emissão: a Emissão constituirá a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora; (iii) Valor Total da Emissão: o valor total da Emissão será de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Valor Total da Emissão"); (iv) Quantidade de Debêntures: serão emitidas 300.000 (trezentas mil) Debêntures; (v) Valor Nominal Unitário: o valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (vi) Número de Séries: a Emissão será realizada em série única; (vii) Data de Emissão: para todos os fins de direito e efeitos, a data de emissão das Debêntures será a data prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); (viii) Prazo e Data de Vencimento: as Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, de forma que vencerão em 5 de fevereiro de 2030 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado da totalidade das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão; (ix) Espécie: as Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória; (x) Conversibilidade: as Debêntures serão não conversíveis em ações de emissão da Emissora; (xi) Atualização Monetária: o Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; (xii) Remuneração das Debêntures: sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão; (xiii) Pagamento da Remuneração das Debêntures: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado e resgate antecipado das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, conforme datas a serem previstas na Escritura de Emissão ("Data de Pagamento da Remuneração"); (xiv) Amortização do Valor Nominal Unitário: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do Evento de Vencimento Antecipado e resgate antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será amortizado em 5 (cinco) parcelas semestrais e sucessivas, sendo o primeiro pagamento em 5 de fevereiro de 2028 e o último na Data de Vencimento, nos percentuais e datas conforme tabela prevista pela Escritura de Emissão ("Datas de Pagamento do Valor Nominal Unitário"); (xv) Resgate Antecipado Facultativo: a Emissora poderá, a partir de 6 de fevereiro de 2027, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao seu respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; (b) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso; e (c) do prêmio *flat*, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme tabela indicada na Escritura de Emissão ("Prêmio"). Os demais termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo encontrar-se-ão descritos na Escritura de Emissão; (xvi) Oferta de Resgate Antecipado Facultativo: a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures (sendo vedada oferta facultativa de resgate antecipado parcial das Debêntures), endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares ("Oferta de Resgate Antecipado Facultativo" ou "Oferta de Resgate Antecipado"). Os demais termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo encontrar-se-ão descritos na Escritura de Emissão; (xvii) Amortização Extraordinária Facultativa: a Emissora poderá, a partir de 6 de fevereiro de 2027, e a seu exclusivo critério, promover a amortização extraordinária facultativa do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, até o limite de 98% (noventa e oito inteiros por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário ("Amortização Extraordinária Facultativa"). A Amortização Extraordinária Facultativa será realizada mediante o pagamento de: (a) parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser paga extraordinariamente, acrescida da (b) Remuneração, calculada sobre o Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser amortizada extraordinariamente, *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa e acrescido (c) do Prêmio, conforme tabela indicada na Escritura de Emissão. Os demais termos e condições da Amortização Extraordinária Facultativa encontrar-se-ão descritos na Escritura de Emissão; (xviii) Aquisição Facultativa: a Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, bem como os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, ("Resolução CVM 77") demais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Emissora (conforme definido na Escritura de Emissão). As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos previstos na Escritura de Emissão poderão, a exclusivo critério da Emissora (a) ser canceladas, (b) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (c) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures; (xix) Encargos Moratórios: em caso de impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida sob as Debêntures, além da Remuneração, os débitos em atraso, devidamente atualizados, ficarão sujeitos (a) à multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago até a data do efetivo pagamento; e (b) aos juros de mora não compensatórios calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"); (xx) Vencimento Antecipado: as Debêntures estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado automático, bem como a hipóteses de vencimento antecipado mediante declaração do Agente Fiduciário, conforme deliberação da assembleia geral de Debenturistas, observadas as hipóteses a serem descritas na Escritura de Emissão. O Agente Fiduciário deverá, nos termos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios; (xxi) Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica: as Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; (xxii) Procedimento de Distribuição e Regime de Colocação: as Debêntures serão objeto de distribuição pública, exclusivamente para Investidores Profissionais, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação no montante do Valor Total da Emissão, com a intermediação do Coordenador Líder. A Emissão e a Oferta não poderão ter o seu valor e/ou quantidade de Debêntures aumentadas em nenhuma hipótese, não existindo, portanto, opção de lote adicional e/ou de lote suplementar de Debêntures, nos termos dos artigos 50, parágrafo único, e 51, ambos da Resolução CVM 160; (xxiii) Garantia Fidejussória: Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todos e quaisquer valores, presentes e futuros, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido na Escritura de Emissão), devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e da Escritura de Emissão, bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas, inclusive em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão nos termos do artigo 818 e seguintes da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada de tempos em tempos ("Código Civil") e as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar no âmbito da Emissão ("Obrigações Garantidas"), as Fiadoras prestam fiança em favor do Agente Fiduciário, representando a totalidade dos Debenturistas ("Fiança" ou "Garantia"), obrigando-se, por esta Escritura de Emissão e na melhor forma de direito, como devedoras solidárias e principais pagadoras de todos os valores advindos das Obrigações Garantidas, até a final liquidação das Debêntures, nos termos descritos na Escritura de Emissão; (xxiv) Desmembramento: Não será admitido o desmembramento da Remuneração, do Valor Nominal Unitário e/ou dos demais direitos conferidos aos Debenturistas, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. (xxv) Classificação de Risco: foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta a *Fitch Ratings* ("Agência de Classificação de Risco"), que atribuirá *rating* às Debêntures. A Agência de Classificação de Risco poderá, a qualquer momento, ser substituída pela Emissora pelas agências Standard & Poor's ou Moody's America Latina, sem necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas, devendo a Emissora notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da contratação da nova Agência de Classificação de Risco. (xxvi) Demais Características: as demais características da Emissão serão aquelas a serem especificadas na Escritura de Emissão. 6.2 Autorizar a diretoria da Companhia e/ou os representantes legais da Companhia, a discutir, negociar e definir os termos e condições da Escritura de Emissão, bem como praticar todo e qualquer ato e a assinar todo e qualquer documento necessário à formalização da Emissão ora aprovada, inclusive, mas não somente, (i) a contratação: (a) do Coordenador Líder; (b) do Agente de Liquidação; (c) do Escriturador; (d) dos assessores legais; (e) do Agente Fiduciário; e (f) dos demais prestadores de serviços necessários para a realização da Oferta, incluindo a Agência de Classificação de Risco, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e eventuais aditamentos; e (ii) a celebração de todo e qualquer documento e eventuais aditamentos que se façam necessários, incluindo, mas não se limitando, (a) à Escritura de Emissão; e (b) ao Contrato de Distribuição, além de promover o registro das Debêntures perante a B3 e demais órgãos competentes. 6.3 Ratificar todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou pelos representantes legais da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo aqueles praticados para implementação dos itens 6.1 e 6.2 acima mencionados. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. **Assinaturas: Mesa:** Wolfgang Stephan Schwerdtle, Presidente; e Jéssica Caroline Angeiras Passalongo Pereira, Secretária. **Membros do Conselho de Administração:** Wolfgang Stephan Schwerdtle, Gustavo Cellet Marques, Fábio Ferreira Figueiredo, Patrícia Ferreira Figueiredo, Fernando Padovese, Renato Padovese, Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva, Renato Russo e Silvio José Genesini Junior. São Paulo, 23 de janeiro de 2025. **Atesto que as deliberações acima foram extraídas da ata da Reunião do Conselho de Administração da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. realizada em 23 de janeiro de 2025, às 12 horas, lavrada no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia. Mesa:** Jéssica Caroline Angeiras Passalongo Pereira - Secretária.

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

EDITAL 003 /SVMA-CADES/2025

O Secretário do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo, Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, **TORNA PÚBLICO** a disponibilização do **Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA)** referente ao empreendimento **"Cemitério Parque dos Pinheiros"**, no município de São Paulo, sob responsabilidade da CMA Ambiental Ltda. tratado no **Processo Administrativo SEI nº6027.2024/0029120-0**. O exemplar do Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA) está disponível para consulta na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente no endereço situado à Rua do Paraíso, 387 - 1º andar, Paraíso, São Paulo - SP, 04103-000 – de segunda à sexta, das 9h às 17h, telefone: (11) 5187-0361 e também virtualmente através do site oficial da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente com o seguinte link:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/eva/Eva_Cemiterio_Parque_dos_Pinheiros.pdf

Para tanto, o referido EVA está à disposição dos interessados para consulta e solicitação de Audiência Pública pelo prazo de 45 dias, em atendimento ao artigo 2º, §º único da Resolução nº177/CADES/2015, de 19 de dezembro de 2015. Para maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 5187-0361/0302 ou pelo e-mail cades@prefeitura.sp.gov.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO DO SINDICATO NACIONAL DOS CRIADORES DE CONTEÚDO DIGITAL – SINDIGITAL BRASIL

Ficam convocados todos os profissionais que atuam como criadores de conteúdo digital, incluindo influenciadores digitais, streamers, podcasters e produtores de conteúdo em plataformas digitais, para participarem da Assembleia Geral de Fundação do **SINDIGITAL** Brasil – Sindicato Nacional dos Criadores de Conteúdo Digital, a ser realizada conforme os detalhes abaixo:

Data: 29 de março de 2025
Horário: 10h (primeira convocação) e 10h30 (segunda convocação, com qualquer número de presentes)
Local: The Square Open Mall - Rod. Raposo Tavares, km 22, bloco F, sala 104 - Granja Viana - Cotia - São Paulo - CEP 06709-015
Pauta da Assembleia:
- Discussão e deliberação sobre a fundação do sindicato representativo da categoria de criadores de conteúdo digital em âmbito nacional.
- Apresentação, discussão e aprovação do Estatuto Social do sindicato.
- Eleição e posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.
- Definição da base territorial e categoria representada pelo sindicato.
- Deliberação sobre as estratégias de implantação e organização do sindicato.
- Outros assuntos de interesse relacionados à fundação do sindicato.

Observações:
- Somente poderão participar da assembleia os profissionais que comprovarem atuação como criadores de conteúdo digital.
- Recomenda-se a apresentação de documentos pessoais (RG, CPF) e comprovantes de atuação profissional.
- Este edital será publicado no Diário Oficial da União (DOU) e em jornais de grande circulação nas capitais abrangidas pela base territorial.

Cotia/SP, 06 de fevereiro de 2025
Aparecido Candido da Silva
Contato: (11) 96285 1611 | E-mail: sp_show@hotmail.com

ESTADÃO RI

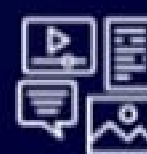
A melhor multiplataforma
de Relações com Investidores

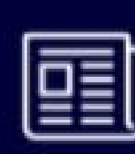
Publique seus atos societários
no jornal impresso!


AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS


INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL


BUSCADOR INTELIGENTE


PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS


CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS


PORTAL
ESTADÃO RI


ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

Eufrázio

ESTADÃO

QUER RESULTADOS?

PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO

CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.

ESTADÃO RI

DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS



A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES



CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL

(11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA



ESTADÃO 150 ESTADÃO RI 107,3

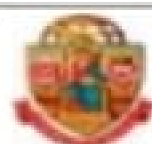
broadcast

Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

EXTRATO DO CONTRATO

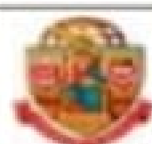
Processo: WS1238130540. Contrato: **CW5115/2024**. Data da assinatura: 03/02/2025. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO BUTANTAN. CONTRATADA: ENGEKO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: contratação de empresa especializada para realização de obras internas do prédio 1024– CPS (Centro de Produção de Soros). Vigência: 38 (trinta e oito) meses. Execução: 34 (trinta e quatro) meses. Valor: R$ 181.123.387,33.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00552116612025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00009174/2024-88
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90334/2024

Objeto: Borracha, cola escolar e outros. Total de Itens Licitados: 19 itens licitados (dezenove itens). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 06/02/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565. www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-000256/2025 Entrega das Propostas: a partir de 06/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 18/02/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00552343462025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00009161/2024-17
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90341/2024

Objeto: Betametasona ampola de 1ml. Total de Itens Licitados: 01 itens licitados (um item). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 06/02/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-003734/2024. Entrega das Propostas: a partir de 06/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 19/02/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ/MF nº 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000 - Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 23 de Dezembro de 2024

No dia 23/12/2024, às 12h, em formato exclusivamente digital, considerada como ocorrida na sede social. ("Companhia" ou "CSED"). **Presença:** foi verificada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Sr. Wolfgang Stephan Schwerdtle - **Presidente**; e Sr. Luan Massuda Ortiz Volpe - **Secretário. Deliberação:** Aprovaram: (I) A proposta de financiamento oferecida à Companhia, pelo Banco do Brasil, mediante emissão de debêntures ("Emissão"), no modelo de encarteiramento, no montante de R$ 300.000.000,00, com a utilização do CDI + 1,51% a.a. (custo all-in; cupom é de CDI + 1,35%) e vencimento final em 5 anos, sendo que a efetiva Emissão estará sujeita à deliberação do Conselho de Administração tomada em reunião a ser convocada, especialmente, com a finalidade de aprová-la. (II) Autorizar a Diretoria da Companhia para adotar todas as medidas necessárias para a efetivação da matéria acima. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. São Paulo, 23/12/2024. **Mesa:** Luan Massuda Ortiz Volpe - Secretário. JUCESP nº 46.084/25-4 em 29/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.



Universidade de São Paulo
Instituto de Ciências Biomédicas da USP

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 01/2025 - ICB/USP

PROCESSO SEI Nº 154.00009149/2024-02

O Instituto de Ciências Biomédicas torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob nº: 01/2025 - ICB/USP, do tipo menor preço, cujo objeto é adquirir **EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO**, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 07/02/2025 a partir das 08h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 11/02/2025, às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal" através do sítio www.gov.br/compras. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 06/02/2025, além da página do Gov.br, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes, www2.icb.usp.br/licitacao e www.doe.sp.gov.br.

ROMINOR - COMÉRCIO, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ - 84.616.814/0001-00 - NIRE - 35.300.115.237

Edital de Convocação Resumido - Assembleia Geral Ordinária

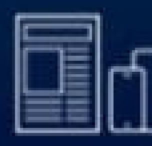
Ficam convocados os acionistas de **ROMINOR - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.** para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 11/03/2025, às 08h45, na Rodovia Luís de Queiroz (SP-304), km 141,5, sala 1, Santa Bárbara d'Oeste, SP, a fim de tratar das matérias descritas no Edital disponibilizado na íntegra nos endereços eletrônicos abaixo indicados. Aviso: O presente Edital é feito na forma resumida. As informações completas para a participação dos acionistas na AGO estão disponíveis no endereço eletrônico do Jornal "O Estado de São Paulo" (Estadão) (https://www.estadao.com.br)

Santa Bárbara d'Oeste, 06 de fevereiro de 2025

Américo Emílio Romi Neto - Presidente do Conselho de Administração



Confira as notícias que envolvem as principais empresas do País.





PORTAL ESTADÃO RI

ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI 107,3 broadcast

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0012-54

COMPRA REGULAMENTO FFM 2840/2024

CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RS Nº 2099/2024 – ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa LPG Ar Condicionado Ltda - CNPJ nº 33.790.037/0001-35, para a prestação de serviço de **SUBSTITUIÇÃO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO NA UNIDADE ICESP - OSASCO**, com base no **Regulamento de Compras e Contratação da FFM**.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 2852/2025 – CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 8265/2025

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade de direito privado sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **Manutenção preventiva dos processadores de tecidos - Excelsior AS**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras e Contratação da FFM**.

Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Convocação para Seleção de Fornecedores

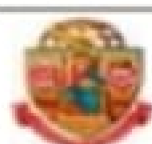
A Fundação Butantan comunica sobre a realização de procedimento de compra para Qualificação de Instalação (QI), Qualificação de Operação (QO) e Qualificação de Desempenho (Térmica). Aos interessados, para maiores informações e recebimento da Especificações, entrar em contato através do endereço de e-mail "editais@butantan.gov.br" **até o dia 11/02/2025 – terça feira.**

Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Data de abertura de Seleção de Fornecedores

PROCESSO: WS1381477545. **UASG 930829** - FUNDAÇÃO BUTANTAN. **Pregão Eletrônico nº 90043/2025. OBJETO:** Locação de um galpão provisório, tipo tenda ou similar, para o manuseio e armazenamento temporário dos resíduos químicos gerados no Instituto Butantan, a ser realizado por intermédio do Sistema de Compras do Governo Federal cuja abertura está marcada para o dia **20/02/2025** a partir das **09h30min**. Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **29/01/2025**, através do site www.gov.br/compras. O Edital está disponível também no site: http://www.fundacaobutantan.org.br/editais/pregao-eletronico e no Portal Nacional de Contratações





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00552236982025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00009180/2024-35
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90336/2024

Objeto: Cafeína injetável 20 mg/ml. Total de Itens Licitados: 01 itens licitados (um item). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 06/02/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes.Link do PNCP: 63025530000104-1-003733/2024. Entrega das Propostas: a partir de 06/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 19/02/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.010/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02.751/2024 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MADEIRAS E SARRAFOS conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos sítios: https://www.gov.br/compras/pt-br e https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245 - Envio das Propostas de Preços pelo site https://www.gov.br/compras/pt-br, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **06/02/2025** e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **20/02/2025 às 10h00min.**

Osasco, 04 de fevereiro de 2025.

Meiro Regina Hernandes
Secretária Executiva de Compras e Licitações

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM RESTAURANTES, LANCHONETES, BARES, BOTEQUINS, CHOPERIAS, CHURRASCARIAS, COSTELARIAS, FAST-FOOD, BUFFETS, CAFÉS, CANTINAS, CASAS DE CHÁ, CASAS DE LANCHES, LANCHONETES DE PADARIAS, PASTELARIAS, PIZZARIAS, ROTISSERIAS, TRAILLERS DE LANCHES, LEITERIAS, ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM TIPO HOTÉIS, APART-HOTÉIS, FLATS, HOSPEDARIAS, MOTÉIS, PENSÕES E POUSADAS DE CAMPINAS E REGIÃO, CNPJ Nº 46.108.746/0001-85, com sede na Rua do Professor, nº 357, Jardim Proença, em Campinas/SP, por seu Diretor Presidente, convoca todos os seus associados, quites e em gozo de seus direitos sindicais, para a **Assembleia Geral Ordinária** que realizar-se-á na sua Sede, no próximo dia 10 de fevereiro de 2025, às 08:00 horas, em primeira convocação, observado o quorum estatutário, ou às 9:00 horas, em segunda convocação com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: a) Leitura, discussão e votação da Ata da Assembléia anterior. b) Leitura, discussão e votação da Proposta Orçamentária da Diretoria para o ano 2025, com o parecer do Conselho Fiscal.

Campinas, 06 de fevereiro de 2025.

ORIDES RODRIGUES DE SOUSA - Diretor Presidente

Casa Fort Cooperativa Habitacional

CNPJ 40.517.701/0001-28 - NIRE nº 35400190094

Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

No uso de minhas atribuições, convoco na forma do art. 52 do estatuto social, os senhores Cooperados da **Casa Fort Cooperativa Habitacional** para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, que será realizada no Buffet Mediterrâneo Araci, à Rua Araci, 78 - Chácara Califórnia, na cidade de São Paulo, no dia 16 de fevereiro de 2025. A primeira convocação será realizada às 13 horas, com 2/3 (dois terços) de seus cooperados presentes, caso esse número não seja atingido, se reunirá em segunda convocação, às 14 horas, com metade mais um de seus cooperados presentes, ou em terceira convocação, às 15 horas com o mínimo de 10 cooperados presentes, sendo 512 o número de cooperados convocados. Será tratada a seguinte ordem do dia: **Ordinária:** a) Deliberação de contas do exercício fiscal de 2024; b) Eleição e posse do Conselho Administrativo; c) Eleição e posse do Conselho Fiscal. **Extraordinária:** a) Alteração de endereço; b) Abertura de Sucursal em Itaquera; c) Deliberação e consolidação do Estatuto Social; d) Deliberação e consolidação do Regimento Interno; e) Normas transitórias do Estatuto Social e Regimento Interno.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2025

Luiz Felipe Luque Lima - Conselheiro Presidente

SINDICATO MUNICIPAL DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE REDES DE TELECOMUNICAÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELESERVIÇOS E TELEATENDIMENTO NO MUNICÍPIO DE SANTOS/SP

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária de Alteração Estatutária

Sindicato Municipal das Empresas Prestadoras de Serviços de Instalação e Manutenção de Sistemas de Redes de Telecomunicações e Prestação de Serviços de Teleserviços e Teleatendimento no Município de Santos/SP - Sinditelesantos, inscrito no CNPJ sob nº 11.512.198/0001-09, através da sua Presidente que esta subscreve, Vivien Mello Suruagy, convoca os membros da categoria econômica das empresas prestadoras de serviços de instalação e manutenção de sistemas de redes de telecomunicação e de TV por assinatura, CABO, MMDS, DTH e das empresas prestadoras de serviços de teleserviços e teleatendimento, na base territorial dos municípios de Barueri, Campinas, Carapicuíba, Cubatão, Guarujá, Guarulhos, Itu, Jundiaí, Limeira, Mogi das Cruzes, Pindamonhangaba, Praia Grande, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São José do Rio Preto, São José dos Campos e São Vicente, todos do Estado de São Paulo, excetuada a categoria econômica das empresas Provedoras de Acesso e Conexão às Redes de Telecomunicações e Internet, a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária de Alteração Estatutária, a ser realizada no dia 13 de fevereiro de 2025, às 10h00, em primeira convocação, e às 10h30 em segunda e última convocação, na Rua Joaquim Floriano nº 466, Conjunto 1.002, 10º andar, Ed. Brascan Century Corporate, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP: 04534-002, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I - Alteração do estatuto social para adequar a categoria representada, conforme consta do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais; II - Alteração do estatuto social para adequação da denominação.**

Santos/SP, 4 de fevereiro de 2025

Vivien Mello Suruagy - Presidente

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

CNPJ 56.577.059/0001-00

COMPRA REGULAMENTO DA FFM 2890/2025 RS Nº 2105/2025

A FFM, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA MATERIAL BIOLÓGICO**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo Regulamento de Compras da FFM.

COMPRA REGULAMENTO DA FFM 2808/2024
CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RS Nº 2087/2024
ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** à empresa **DIGISYSTEM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**, CNPJ nº 01.938.068/0001-94, para a contratação de empresa especializada em **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPORTE E MONITORAMENTO DO BANCO DE DADOS E AMBIENTE MIDDLEWARE**, com base no **Regulamento de Compras da FFM**.

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA – COMPRA REGULAMENTO FFM 2854/2024

A FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Suprimentos e Operações, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251, Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **"LOCAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO E ALARMES COM EQUIPAMENTOS"**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (https://www.icesp.org.br/editais), e que será regido pelo seu Regulamento de Compras.

Eufrázio

Aviação **Jatos executivos**

Embraer fecha contrato de US$ 7 bilhões com a Flexjet

Companhia venderá 182 aeronaves para americana, na maior operação de sua história; ações têm alta de 15,51%



EMBRAER

Amalfitano, CEO da Embraer, e Silvestro, CEO da Flexjet: parceria

A Embraer fechou ontem acordo de US$ 7 bilhões (por volta de R$ 40,6 bilhões) com a americana Flexjet para a venda de jatos executivos Phenom e Praetor. O acordo inclui um pedido de 182 aeronaves e 30 opções, além de um pacote de serviços e suporte. É a maior encomenda desse tipo da história da companhia brasileira, cujas ações fecharam ontem em alta de 15,51%.

"Estamos muito satisfeitos com o compromisso renovado da Flexjet com a Embraer por meio desse abrangente contrato de compra, que fortalece ainda mais nossa parceria estratégica de mais de 20 anos", disse Michael Amalfitano, presidente e CEO da Embraer Executive Jets por meio de nota. "Estamos muito animados em poder continuar oferecendo aos clientes da Flexjet acesso aos nossos jatos Phenom, líderes de mercado, e aos jatos Praetor, os melhores de suas respectivas categorias."

De acordo com a companhia, a parceria entre a Embraer e a Flexjet começou em 2003, quando a Flight Options, empresa que passou a fazer parte do grupo Flexjet em 2015, se tornou a primeira de propriedade compartilhada a introduzir o jato Legacy Executive em sua frota.

A parceria, diz a Embraer, cresceu ao longo dos anos e continua hoje com uma presença de aeronaves Praetor 600, Praetor 500 e da série Phenom 300 na frota global da Flexjet. "Ao completarmos 30 anos de Flexjet, nos parece apropriado estender nosso relacionamento com a Embraer com este pedido firme histórico. Desde 2003, recebemos mais de 150 aeronaves Embraer", disse Michael Silvestro, CEO da Flexjet.

DESEMPENHO. Segundo o presidente da companhia americana, "ambos, o Praetor 500 e o Praetor 600, são aeronaves de alto desempenho na frota da Flexjet". "O Praetor 600 foi tão bem aceito na Europa que optamos por incluí-lo em nossa frota norte-americana em 2023, aumentando nosso portfólio de jatos Embraer nos dois continentes. E como primeira empresa a oferecer propriedade compartilhada do Praetor 500, nossos técnicos de manutenção e pilotos estão intimamente familiarizados com a aeronave e animados com o crescimento contínuo dessa frota."

A Flexjet tem um histórico como primeiro cliente frotista de três produtos da Embraer: o Legacy Executive, em 2003; o Phenom 300, em 2010; o Legacy 450 em 2016; e o Praetor 500/Praetor 600, em 2019.

Além disso, a Flexjet tem participação relevante na história da companhia brasileira, como a entrega do 100.º jato Phenom 300, em 2012, e o de número mil do modelo executivo da Embraer, um Legacy 500, em 2016.

O Phenom 300 é o jato executivo leve mais vendido no mundo por 12 anos consecutivos, de acordo com números da General Aviation Manufacturing Association (Gama), associação da indústria que representa os fabricantes de aeronaves.

O Legacy 450 e o Legacy 500 foram as primeiras aeronaves fly-by-wire (sistemas autônomos) na frota da Flexjet, oferecendo desempenho de aeronaves maiores com economia de médio porte.

BALANÇO. A Embraer entregou 75 aeronaves no 4.º trimestre de 2024, ante 59 aviões no mesmo período de 2023. Durante o ano todo de 2024, 206 aviões foram entregues, 14% acima de 2023. ●

Desempenho

206 foi a quantidade de aviões entregues pela Embraer no ano passado

14% foi o aumento na quantidade de aviões entregues em relação a 2023



Você ganhou
30% de desconto
na compra de até 2 ingressos
para entrada inteira*

O rei do futebol acaba de **ganhar uma exposição imperdível**, que reverencia a sua majestade, na Multiverso Experience, no **Shopping Eldorado**, de **terça a domingo**, das 10h às 21h.

Use o QR code para comprar seu ingresso e utilize o cupom desconto:

ESTADAO30



(*) Desconto válido apenas para entrada inteira e compra de até dois ingressos com CPF's diferentes.

Eufrázio

>>TRENDS

ESTADÃO BLUE STUDIO

'Não podemos terceirizar o que nos torna humanos'

Camila Achutti, fundadora da Mastertech, fala sobre os impactos da inteligência artificial na educação e dos desafios para uma abordagem crítica e responsável

A inteligência artificial (IA) na educação tem o potencial de revolucionar a aprendizagem, além de ampliar o acesso ao conhecimento. No entanto, no Brasil, a implementação dessa tecnologia ainda enfrenta desafios estruturais na aplicação em larga escala, como a falta de capacitação de professores e a desigualdade entre as redes pública e privada.

Camila Achutti, programadora e professora, "necessariamente nessa ordem", como ela se define, é fundadora da Mastertech, uma escola de tecnologia, agilidade e inovação para times e empresas. Em entrevista ao Estadão Blue Studio, ela alertou para a necessidade de uma adoção crítica e ética da IA no cenário educacional. A empresária acredita que essa ferramenta deve ser utilizada para otimizar processos, sem substituir a essência do ensino e do pensamento cognitivo.

Na entrevista, Camila também apontou a necessidade de formar profissionais aptos a lidar com vieses algorítmicos e com os impactos socioeconômicos desse recurso. Para ela, no contexto brasileiro, o uso da IA ainda se apresenta como uma possibilidade em construção, e não uma prática consolidada.

Tiago Queiroz/ Estadão Blue Studio



Como a IA está sendo aplicada no setor educacional no Brasil?

Hoje, no contexto brasileiro, enfrentamos muitos desafios para adotar a IA em larga escala. Existem poucas soluções e, quando implementadas, são superficiais e limitadas a nichos, como a correção de redação. A maior parte está concentrada no ensino privado, que possui mais recursos financeiros. Em nível global, vemos um avanço maior, com pesquisas que apontam impactos positivos e negativos. No Brasil, porém, de forma bastante crítica, o uso da IA na educação ainda me parece mais uma aposta do que uma realidade.

Como a Mastertech tem incorporado a IA?

Na Mastertech, decidimos utilizar a IA para otimizar processos, sem terceirizar o conteúdo que define nossa identidade. Não usamos a IA para criar aulas ou desenvolver narrativas, pois valorizamos a autenticidade. No entanto, aproveitamos a tecnologia para personalizar experiências e aprofundar análises. Nosso foco é capacitar os alunos com pensamento computacional e ajudá-los a entender dados de entrada, processos e consequências. Essa abordagem os torna mais críticos, responsáveis e preparados para os desafios do futuro. Acreditamos ser inegociável não terceirizar para uma inteligência artificial o que nos humaniza. Esse é um recado para o mundo.

Quais os principais impactos sociais que a disseminação da IA pode causar na sociedade?

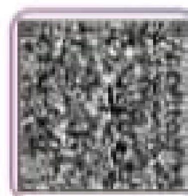
Duas consequências principais são preocupantes. A primeira é a terceirização do nosso processamento cognitivo. Assim como delegamos nossa memória para a internet, agora estamos transferindo nossa capacidade crítica, produtiva e imaginativa para a IA, que antes era nosso maior trunfo. Com muito pouco, conseguiamos produzir muita coisa. Isso preocupa, principalmente em relação às novas gerações, que já nascerão sem aprender a construir conhecimento por si próprias. A segunda é o rearranjo econômico, que pode levar ao desemprego e à necessidade de repensar a formação profissional.

Os vieses algorítmicos são uma grande preocupação na aplicação da IA. Como a educação pode ajudar a formar profissionais aptos a identificar e mitigar esses riscos?

A educação é peça-chave para isso. A IA é uma máquina muito boa para fazer previsões, e não julgamentos. Os vieses são inevitáveis, porque a IA trabalha com dados do passado, que nem sempre refletem a realidade atual. A educação tem o papel de formar profissionais capazes de identificar esses vieses e mitigá-los. Por isso, a diversidade nas equipes de desenvolvimento dessas tecnologias é essencial, pois diferentes perspectivas ajudam a identificar inconsistências antes que os sistemas cheguem ao mercado. Eliminar completamente esses vieses não é possivel, porque estamos falando de máquinas preditivas, e não de sistemas capazes de fazer adequações culturais. Então, educação e diversidade são as nossas melhores apostas para um futuro mais justo e ético com a IA.

Como você enxerga a IA no contexto brasileiro?

Em um nível global, vamos ver aplicações de IA em todos os setores. Assim como a internet transformou a vida das pessoas, a IA também chegará a diversos nichos. No entanto, ainda vejo desafios para que o Brasil deixe de ser apenas um consumidor e passe a ser um criador — ou até mesmo exportador — de tecnologia. Hoje, formamos poucos profissionais capacitados para desenvolver essas soluções. Mas, no médio e longo prazo, de novo, com investimentos em educação e diversidade, podemos criar soluções arrojadas e impactantes para o mundo inteiro.



Leia o QR Code ou acesse o portal para ver mais. bluestudio.estadao.com.br



As informações e opiniões são de responsabilidade única dos autores. Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do Estadão.

ALTAMIRO SILVA JUNIOR E CIRCE BONATELLI
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
X: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Maior fundo de fortunas de famílias do Brasil, UBS Consenso chega a R$ 100 bi

A gestão das fortunas das famílias mais ricas do Brasil tem atraído crescente interesse de grandes bancos e gestoras de recursos independentes, em um mercado que movimenta trilhões. Nesse universo, o maior *multi-family office* (MFO) do País, segundo apurou a Coluna, o UBS Consenso Multi-Family Office, chegou a R$ 100 bilhões em patrimônio, levando em conta o dinheiro no Brasil e no exterior. Embora não haja estatística oficial com esses dados combinados, o fundo é reconhecido no mercado como o principal do gênero na indústria. A Anbima, associação de entidades do mercado financeiro, consolida dados deste segmento, porém, apenas com recursos alocados no Brasil. No caso da Consenso, segundo apurou a Coluna, cerca de 40% está no exterior.

Gestora segue independente após fusão

A Consenso foi comprada pelo UBS em 2017 e conseguiu permanecer independente do banco suíço. Vai seguir assim após a fusão do banco com o rival Credit Suisse, afirma o corresponsável pelo UBS GWM Brazil Platform, Luiz Borges, um dos fundadores da Consenso, em 2003, em sua primeira entrevista após a fusão.

Meta é aumentar patrimônio em 50%

Relutante em falar do MFO, Borges diz que a meta é crescer 50% o patrimônio da carteira nos próximos três anos, com a ajuda de clientes vindos do Credit, que era bem maior no Brasil em gestão de fortunas que o UBS, e por várias fusões e aquisições que envolvem empresas familiares e que criam novos milionários pelo País.

● **REFORÇO.** Com a junção dos dois bancos, o executivo Leonardo Bulgarelli, que era do Credit, foi convidado para cuidar da operação da UBS Consenso e hoje é o chefe dessa carteira. A área de gestão de fortunas começou 2025 movimentada, com o BTG Pactual comprando a operação brasileira do também suíço Julius Baer. Bancos como Itaú e Bradesco são fortes em gestão de fortunas e têm investido no segmento, área que tem atraído também gestoras novas, como a Oriz, a WGH e o BR Partners.

● **SUCESSÃO.** Uma gestora como a UBS Consenso não cuida só do dinheiro de famílias ricas, que chegam a ter, em média, R$ 250 milhões investidos. Os serviços vão além. Há assessoria na preparação de herdeiros, em como entrar na filantropia, toda a parte de sucessão tributária, nas questões imobiliárias ou para filhos que foram estudar no exterior, e até na compra de obras de artes em disputados leilões em Londres ou Nova York. Para isso, a gestora tem 80 contrapartes hoje no mundo, diz Borges.

CASA DE CELEBRIDADE

DIVULGAÇÃO/SOTHEBY'S



Brasil estreia na Sotheby's com leilão de triplex de Luciana Gimenez; valor projetado é de US$ 13 milhões, lance mínimo é de US$ 4 milhões

● **ESTREIA.** O mercado imobiliário brasileiro vai participar pela primeira vez do circuito de leilões de imóveis de luxo realizado pela Sotheby's nos Estados Unidos. A estreia na casa de leilões mais famosa do mundo contará com uma cobertura triplex em São Paulo, no Condomínio Cidade Jardim, conectado ao shopping de mesmo nome.

● **DE LUXO.** O imóvel será ofertado a magnatas do mundo todo em um leilão na cidade de Coral Gables, Flórida, pelo valor projetado de US$ 13 milhões, (cerca de R$ 75 milhões), com lances iniciais partindo de US$ 4 milhões (R$ 23 milhões), como é comum nesse tipo de evento. O apartamento tem 1,4 mil metros quadrados, sete suítes, itens como adega de vinhos e cinema com oito lugares, e vistas panorâmicas.

● **CONHECIDO.** O proprietário é mantido sob sigilo pela Sotheby's. Trata-se, porém, de um imóvel conhecido no mercado, do ex-casal Marcelo de Carvalho e Luciana Gimenez. Após a separação, foi colocado à venda, mas não achou comprador. Foi parar na casa de leilões internacional por meio de uma articulação da franquia brasileira, a Bossa Nova Sotheby's, que selecionou mansões locais com potencial de atrair o público estrangeiro.

● **MADE IN BRAZIL.** O presidente da Bossa Nova Sotheby's, Marcello Romero, acredita que o primeiro leilão internacional abrirá as portas para a "exportação" de mais imóveis brasileiros. Os próximos leilões programados para este semestre nos Estados Unidos terão mais duas propriedades nacionais, uma do Rio de Janeiro e outra de Trancoso, na Bahia. "Lá fora, a Sotheby's percebeu que os compradores buscam uma diversificação de destinos e de propriedades", disse.

● **APORTE.** A gestora Equity Fund Group fez um aporte no Clube do Presidente, startup que oferece curadoria de descontos para compras online. A empresa atua pinçando os descontos mais atrativos entre os produtos mais vendidos de varejistas como Amazon e Mercado Livre, e divulga as ofertas em grupos de WhatsApp. Em troca, a companhia recebe comissões pelas vendas. Em 2024, foram R$ 20 milhões de faturamento.

SOBE

Mercado imobiliário de SP bate recordes em 2024

WERTHER SANTANA/ESTADÃO 13/1/2021



O mercado imobiliário na cidade de São Paulo teve recordes de lançamentos e vendas em 2024, mas deve enfrentar um desaquecimento dos negócios em 2025, em virtude da elevação dos juros dos financiamentos, segundo o Sindicato da Habitação (Secovi-SP). As vendas totalizaram 103,3 mil unidades em 2024, um crescimento de 36% em relação a 2023. Os lançamentos somaram 104,4 mil unidades, um aumento de 43% na mesma comparação.

DESCE

Captações externas do País caíram 50% em janeiro

ALINE BRONZATI/ESTADÃO- 5/1/2022



As captações externas de empresas brasileiras somaram US$ 3,4 bilhões em janeiro, queda de 50% em relação ao mesmo mês de 2024, quando ficaram em US$ 6,8 bilhões, ajudadas por uma oferta do Tesouro, que sozinho levantou US$ 4,5 bilhões. No mês passado, Bradesco, Usiminas, Ambipar e JBS fizeram emissões. Para fevereiro, fontes de bancos da Faria Lima falam que mais "4 ou 5" ofertas podem ocorrer.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 125.534,07 PTS. | Dia 0,31% | Mês -0,48% | Ano 4,37%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
EMBRAER ON NM	60,37	15,51	77.275
SANTANDER BR UNT	27,08	6,20	28.799
AUREN ON NM	8,36	2,96	10.225

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

AZUL PN N2	3,80	-8,87	14.851
RAIZEN PN N2	1,89	-7,85	22.449
VAMOS ON NM	4,37	-5,82	8.858

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

2/2 a 2/3	0,1324	0,9395	0,6131	0,5000
3/2 a 3/3	0,1324	0,9395	0,6131	0,5000
4/2 a 4/3	0,1005	0,8943	0,6010	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	44.873,28	0,71	0,74	5,47
FRANKFURT - DAX	21.585,93	0,37	-0,67	8,42
LONDRES - FTSE	8.623,29	0,61	-0,58	5,51
TÓQUIO - NIKKEI	38.831,15	0,08	-1,94	-2,73

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	7,00	3.223,81
	15/5/2035	6,79	2.197,30
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2035	6,72	4.143,49
PREFIXADO	1º/1/2027	13,39	786,99
	1º/1/2031	13,13	472,36
SELIC	1º/3/2027	0,04	15.599,74

(*)TAXAS À VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Dezembro	Janeiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,48	-	4,77	4,77
IGP-M (FGV)	0,34	0,27	6,75	6,75
IGP-DI (FGV)	0,11	-	6,86	6,86
IPC (FIPE)	0,34	0,24	4,48	4,46
IPCA (IBGE)	0,52	-	4,83	4,83
CUB (Sinduscon)	0,16	0,08	0,08	4,13
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,50	0,41	0,41	6,70

Índices de reajuste do aluguel (Janeiro)

IGP-M (FGV)	1,0675	IPCA (IBGE)	-
IGP-DI (FGV)	-	INPC (IBGE)	-
IPC-FIPE	1,0446	ICV (DIEESE)	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (JANEIRO)
Trabalhador assalariado e doméstico*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.518,00	7,5%
DE R$ 1.518,01 ATÉ R$ 2.793,88	9%
DE R$ 2.793,89 ATÉ R$ 4.190,83	12%
DE R$ 4.190,84 ATÉ R$ 8.157,41	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.518,00 A 8.157,41	20%	DE 303,60 A 1.631,48

[illegible]

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/01)	11,1	0,15	0,80	1,08
CDI	13,15	0,00	0,80	0,23

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR 11*	MAR/25	19,18	313,02	19,18	19,38	0,50
CAFÉ N*	MAR/25	[illegible]	60.488	375,75	[illegible]	3,16
SOJA CBOT**	MAR/25	1037	39.340	1032	1051	[illegible]
MILHO CBOT**	MAR/25	5,05	528.184	5,09	5,01	0,00

[illegible]

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

SOJA	US$	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	135,85	0,46	11,70
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	325,85	-1,25	35,94
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	76,04	0,44	21,24
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	2617,72	57,36	158,96

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,7947	0,38	-0,73	-6,25
DÓLAR TURISMO	6,0250	0,10	-1,07	-6,48
EURO	6,0300	0,62	-0,41	-6,1
OURO USD/ONÇA-TROY	2863,00	0,75	1,9	8,46
WTI US$/BARRIL	71,0000	-2,07	-3,43	-0,93
BRENT US$/BARRIL	74,6900	-1,36	-3,25	-0,13

	US$ UNY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	[illegible]	[illegible]	[illegible]
EURO	[illegible]	1,0000	[illegible]	[illegible]
FRANCO SUÍÇO	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
LIBRA ESTERLINA	[illegible]	[illegible]	1,0000	[illegible]
IENE	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]
/FONTE: BC

Eufrázio

e|investidor ESTADÃO

SEMANA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA 2025

De 03 a 07 de fevereiro

A jornada para a sua liberdade financeira começa com informação de qualidade.



Reforçando seu compromisso com a democratização da educação financeira no Brasil, o E-Investidor apresenta, entre os dias 3 e 7 de fevereiro, um **evento gratuito** sobre temas que impactam o seu bolso **com a participação de grandes nomes do mercado.**







Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado para conferir a programação completa!





Eufrázio

ESTADÃO 

QUER RESULTADOS?

PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO



CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.



ESTADÃO RI

DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS



A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES



CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)



ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS



LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

A MELHOR MULTIPLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL

(11) 3856-2442

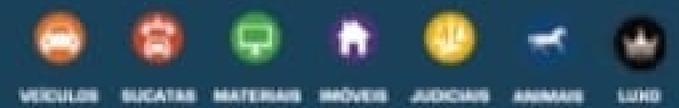
ESTADÃO 150 | ESTADÃO RI | ELDORADO FM 107,3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AGÊNCIA ESTADO | broadcast

FONTES: IVC | PORTAL GOOGLE ANALYTICS NOV/22

Eufrázio



LEILÕES



ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÕES OS INTERESSADOS DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÕES DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE - 10 A 14/02 - 09h30

VEÍCULOS DE PASSEIO, MOTOS E UTILITÁRIOS, INTEIROS E SINISTRADOS

***COM POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO**

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.



LEILÕES EXCLUSIVOS DO GRUPO BRADESCO
SOMENTE ONLINE

VEÍCULOS DE SEGURO

QUARTAS (12 E 19/02) - 14H E SÁBADOS (08 E 15/02) - 09H30

*Visitação: Pátio Guarulhos I – Terça e Sexta-feira (no dia que antecede o leilão) das 15h às 17h mediante agendamento exclusivamente através do telefone 11-2464-6464. Demais Pátios – das 8h às 09h30 de segunda a sábado.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÃO EXLCUSIVO SOMENTE ONLINE - É AMANHÃ, 07/02 - 14h E 14/02 - 14h

VEÍCULOS EXCLUSIVOS DE FINANCEIRAS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE - É HOJE, 13/02 - 14h

VEÍCULOS DO BANCO VOTORANTIM

Novidade: Possibilidade de Financiamento

Correspondente Bancário Independente / Sujeito à análise de crédito

*Visitação dia 12/02 das 15h às 17h mediante agendamento exclusivamente através do telefone 11-2464-6464.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

José Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195.

EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE - 11/02 - 14h

EXCLUSIVO DE MOTOS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÕES DE SUCATAS DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE - HOJE, 06/02 - 08h30, 10/02 - 08h30 E 13h E 13/02 - 08h30

CARROS, MOTOS, PERUAS, UTILITÁRIOS LEVES E OUTROS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

SOMENTE ONLINE - 10 A 14/02 - 15h

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS E DE TERRAPLANAGEM, INFORMÁTICA, ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, TELEFONIA, SUCATAS DIVERSAS E OUTROS.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Carolina Lauro Sodré Santoro - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 758.



SOMENTE ONLINE - 13/02 - 14h30

SUCATAS E COLHEITADEIRA DE GRÃOS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

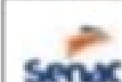
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE - 13/02 - 16h

LEILÃO DE ARTE: QUADROS C/ PINTURA ÓLEO SOBRE TELA

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.



SOMENTE ONLINE - 20 E 21/02 - 15h

MÓVEIS P/ ESCRITÓRIO, ELETRODOMÉSTICOS, INFORMÁTICA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, ÁUDIO E VÍDEO E OUTROS,

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Carolina Lauro Sodré Santoro - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 641.

LEILÕES DE IMÓVEIS

SP.GOV.BR **LEILÃO SOMENTE ONLINE - 13/02/25 A PARTIR DAS 09h**

ESTÁDIO DE FUTEBOL (DR. HORÁCIO ANTONIO DA COSTA) JD. GUANABARA - CAMPINAS - SP

COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATE 120X

EDITAL DE LEILÃO DE IMÓVEIS Nº 001/2024 COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO DO ESTADO – CPE SEI nº 018.00016005/2024-87 LEILÃO ONLINE (WWW.SODRESANTORO.COM.BR), MAIOR LANCE POR ITEM COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO. 13/02/25 a partir das 9H - Nº do Processo: 018.00016644/2023-61 Leiloeiro Oficial LUIZ FERNANDO DE ABREU SODRÉ SANTORO, JUCESP nº 192. Estádio de futebol (Dr. Horácio Antonio da Costa) Bem Tombado - Rua Engenheiro Cândido Gomide, 196 - Campinas - SP I SGI nº 17.098. Lance Inicial R$ 25.731.262,42. Licitações regidas pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, pelo Decreto estadual nº 68.422, de 2 de abril de 2024, e pelas demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem o instrumento. DATA E HORÁRIO DO LEILÃO ELETRÔNICO: Dia 13/02/2025 a partir das 9h00 (horário de Brasília). Necessário cadastramento prévio dos interessados no site do leilão www.sodresantoro.com.br. A abertura para lances será a partir das 09h00 (nove) horas do dia 13 de fevereiro de 2025 até as 15h00 (quinze) horas do dia 13 de fevereiro de 2025. Da participação no leilão, ressaltamos que o presente leilão terá início às 09h00 com encerramento previsto para às 15h00, sendo que o Leiloeiro Oficial iniciará o apregoamento do lote a partir das 12h00, ocasião em que o evento poderá ser encerrado a qualquer momento, com os interessados tendo a possibilidade de ofertar lances desde a sua abertura às 09h00. A hora prevista para o início dos pregões sempre será a de Brasília. Consulte Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Dúvidas: 11-2464-6460.

SP.GOV.BR **LEILÃO SOMENTE ONLINE - 14/02/25 A PARTIR DAS 09h**

OPORTUNIDADES EM SANTOS/SP

COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATÉ 60X

EDITAL DE LEILÃO DE IMÓVEIS Nº 002/2024 COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO DO ESTADO – CPE SEI nº 018.00019767/2024-35. LEILÃO ONLINE (WWW.SODRESANTORO.COM.BR), MAIOR LANCE POR ITEM COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO 14/02/25 a partir das 9H - Nº do Processo: 018.00022354/2024-38 Leiloeiro Oficial JOSÉ EDUARDO DE ABREU SODRÉ SANTORO, JUCESP 195. Alienação onerosa de 02 imóveis localizados em Santos/SP. • 01 – Terreno - 1.056m², Rua José do Patrocínio, nº 112, Vila Macuco- Santos/SP – Ocupado – Lance Inicial: R$ 3.220.000,00. • 02 – Imóvel Comercial - Área de terreno de 266m² e com área construída de 1.895m², Rua João Pessoa, no 122/124, esquina com a Rua Itororó, Centro - Santos/SP – Desocupado – Lance inicial: R$ 6.150.000,00. Licitações regidas pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, pelo Decreto estadual nº 68.422, de 2 de abril de 2024, e pelas demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem o instrumento. Da participação no leilão, ressaltamos que o presente leilão terá início às 09h00 com encerramento previsto para às 15h00, sendo que o Leiloeiro Oficial iniciará o apregoamento dos lotes a partir das 12h00, ocasião em que o evento poderá ser encerrado a qualquer momento, com os interessados tendo a possibilidade de ofertar lances desde a sua abertura às 09h00. A hora prevista para o início dos pregões sempre será a de Brasília. A hora indicada para a colocação dos lotes no pregão será apenas estimada, podendo ser antecipada ou postergada, conforme o andamento do leilão, cabendo aos interessados acompanha-lo do começo ao fim. Consulte Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Dúvidas: 11-2464-6460. O teor deste edital substitui os anteriormente publicados.

SP.GOV.BR **LEILÃO SOMENTE ONLINE - 20/02/25 A PARTIR DAS 09h**

OPORTUNIDADES EM SÃO PAULO/SP

COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATÉ 60X

Interessado: Subsecretaria de Patrimônio do Estado, Coordenadoria de Desmobilização de Ativos Imobiliários. Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Patrimônio do Estado da Secretaria de Gestão e Governo Digital, realizará licitação na modalidade LEILÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento por MAIOR LANCE POR ITEM, para venda dos imóveis descritos e caracterizados Edital deste leilão, na situação jurídica e no estado de conservação em que se encontram. • Lote 1 – Imóvel (Ocupado) – Rua Arraial de São Bartolomeu, nº 590 e 598, Vila Carmosina-São Paulo/SP – Lance inicial R$ 1.155.000,00 • Lote 2 – Imóvel (Ocupado) - Rua Antônio de Macedo Soares, nº 584, Campo Belo-São Paulo/SP - Lance Inicial R$ 2.865.000,00 • Lote 3 – Imóvel (Ocupado) – Avenida Portugal, nº 1.074, Brooklin Paulista-São Paulo/SP – Lance Inicial R$ 1.410.000,00 • Lote 4 – Terreno (Desocupado) – Rua Justiniano, nº 1.115, com a Rua Marquês de Santo Amaro, Vila Prudente-São Paulo/SP – Lance Inicial R$ 4.115.000,00. Esta licitação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, pelo Decreto estadual nº 68.422, de 2 de abril de 2024, e pelas demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento. DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 20/02/2025 a partir das 9h00 (horário de Brasília) Necessário cadastramento prévio dos interessados no site do leilão www.sodresantoro.com.br. A abertura para lances será a partir das 09h00 (nove) horas do dia 20 de fevereiro de 2025 até as 15h00 (quinze) horas do dia 20 de fevereiro de 2025. Da participação no leilão, ressaltamos que o presente leilão terá início às 09h00 com encerramento previsto para às 15h00, sendo que o Leiloeiro Oficial iniciará o apregoamento dos lotes a partir das 12h00, ocasião em que o evento poderá ser encerrado a qualquer momento, com os interessados tendo a possibilidade de ofertar lances desde a sua abertura às 09h00. A hora prevista para o início dos pregões sempre será a de Brasília. A hora indicada para a colocação dos lotes no pregão será apenas estimada, podendo ser antecipada ou postergada, conforme o andamento do leilão, cabendo aos interessados acompanha-lo do começo ao fim. Edital completo: www.sodresantoro.com.br ou e-negociospublicos - Imprensa Oficial e Leilões (sggd.sp.gov.br) (sggd/transparência/editais/leilões), ou na sede da Unidade Contratante, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico. Dúvidas: 11-2464-6460. Leiloeiro Oficial MOACIR DE SANTI - JUCESP nº 315.

LEILÃO SOMENTE ONLINE - 28/02/25 - 11h

TERRENO (DESOCUPADO) - VILA AMÁLIA - SÃO PAULO - SP

São Paulo/SP. Vila Amália. Um terreno situado na Rua Elza Guimarães nº 717, esquina com a Rua Tito Nicolau, lotes nº 102, 103, 104 e 105 da Vila Amália, com área de 1.000m², melhor descrito e caracterizado na Matrícula sob nº 154.698 do 3º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Inscrição Municipal - 305.020.0105-1. DESOCUPADO. **LANCE INICIAL: R$ 1.520.000,00.** É permitida a visitação, que deverá ser previamente agendada com Sr. Emerson pelo número Tel.: 11 - 2464-6460 / Celular 11 - 97777-0753 ou através do e-mail af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações no Tel. 11 2464-6464. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial – JUCESP nº 581.

Visitação Veículos (aos lotes que estiverem disponíveis nos pátios): Pátio Guarulhos 1 - no dia que antecede o leilão, das 15h às 17h, mediante agendamento prévio através da nossa central de atendimento (11) 2464-6464. Demais pátios: No dia do leilão, das 08h às 09h30. Outros serviços e atendimentos presenciais, permanecem suspensos.

SODRESANTORO | SODRESANTORO | LEILAOSODRESANTORO | (11) 2464-6464 | (11) 97777-1244 | WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Consulte Edital e Condições de Venda Completos no site www.sodresantoro.com.br
Aponte a câmera do seu celular para o código e acesse agora nosso site



Eufrázio

SÃO PAULO

Vendem-se
APARTAMENTOS
ZONA SUL
1 DORMITÓRIO

MOEMA
R$485.000 Frente, alto, 45úteis, 1ds, arms, gar. 11 99936-0304

VL CLEMENTINO
R$450.000 Junto metro, 50 úteis, varanda, 1ds, gar. 11 99936-0304

2 DORMITÓRIOS

BELA VISTA
R$ 580 mil. 2 dorms., 1 vg. 62m² á.u. And alto ☎ 11-99556-3105

MOEMA
R$580.000 Varanda, 60úteis, 2ds, gar. Lazer total 11 99936-0304

3 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$980.000 Sacada, 100úteis, 3ds, 1ste, 2vgs, lazer 99936-0304

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

MOEMA
R$1.450.000 225úteis, varanda, lav.3ambs, 4ds(3suítes), 3gas + depósito, lazer total 99936-0304

SUL | VD | 400

MORUMBI

Edifício Piazza, Rua Dr José de Artadade Figueira, 71, Duplex, 876m² AT, 2 suítes c/banheiro, 1 suíte e 2 dorms c/banheiros privativos, 05 vagas cobertas. R$200mil de entrada e o saldo a combinar. ☎(11)98274-9950 - c/Mauel

Vendem-se
COMERCIAIS
ZONA SUL

PARAÍSO

Upside Paraíso Galleu. R. Afonso de Freitas, 75, conjuntos comerciais, ideal p/consultório médico, lado Hosp Coração. Aboino avaliação. (11)98196-6102/ 99952-9404

Classificados ESTADÃO (11) 3855-2001

AVARÉ-SP

Fazenda Produtiva na melhor localização 239,42 alqueires em Avaré-SP. 125 alqueires lavoura irrigada. 98 alqueires pasto cultivado. Frente para asfalto. 7km de Avaré. 25km Rodovia Castelo Branco. 2h30m de SP. Excelente opção para investimento em produção agrícola e pecuária.

Valor R$55milhões

Golden Land Advisory - Marcelo Lopes - Creci SP 278096 (14)99788-5354 marcelolopes@gtsaconsultoria.com.br

CENTRO

BARRA FUNDA
Vendo Sala Coml 73m², c/ 1 vaga gar., R. Joaquim Manoel de Macedo, 101 2º and Cjto 21, localizada entre Metrô Barra Funda e Fórum Trabalhista. Tratar Pacheco Imóv. ☎(11)3815-2233/97635-1766

Alugam-se
APARTAMENTOS
ZONA SUL
2 DORMITÓRIOS

PARAÍSO
Próximo à Avenida Paulista, com 2cuartos, sala, cozinha, banheiro, área de serviço e dependência de funcionário. ☎(11)99994-9200

Alugam-se
CASAS
ZONA SUL

PLANALTO PAULISTA
Av. Pissarguaba, 90, casa 04, tipo assobrada c/ 95m², composta de 02 suítes, 01 sala, 01 cozinha, 01 lavanderia, acucimento central, garagem para 2 veículos. Aluguel 4.100,00 IPTU mensal 720,74 Regina (11) 98516-5225

Alugam-se
COMERCIAIS
ZONA SUL

AV PAULISTA
Menor Pço m² Av. Paulista Cj. 225 c 675m² Área Priv. até 12 meses carência. Alug dir prop (ou venda) ☎(11)3241-3855/94039-9863

CH STO ANTÔNIO
R Verbo Divino esq./lações Únicas Cjto. 540m²/ Loja 1080m² à pav. Até 12 meses de carência no Aluguel. Imperdível. Direto c/ propr. ☎(11)3241-3855/94039-9863

CENTRO

SÉ
3andrs.70m²cada,são livre,banhs. Öt.p/escolas, cursos, clínicas. $12mil Rocoro (11)99233-2748

TERRENOS
ZONA NORTE

SANTANA
2.334m² Av. João Bueno p/prédio com/res $14M (11)99976-0052

LITORAL

Temporada

S SEBASTIÃO
R$500 dia Casa pé Maresias, 2vg, 3ds, pisc, chur. (11)98490-7203

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
(11) 99181-2018 WhatsApp
ESTADÃO

PROPRIEDADES RURAIS

TERRAS E FAZENDAS

BRAGANÇA PAULISTA
Vdo Fazendinha 9000m2, a 5 km centro, asfalto até porta. Salão de Festas c/capacid. p/ 500 pessoas e estac. 2 áreas gourmet c/pisc. cada e estac.privado. 11 cuartos c/banh.cada p/ alugar, 3 casas, 3 lagos, salão jogos, jardim c/brinquedos p/ crianças e caseiro. Portaria fechada(11)98900 8139

CAÇAPAVA-SP
106 alqs., plana, benfeitorias, braquiara, 300 cabeças Nelore. R$20 Milhões. (12)99754-2179

CAMPINAS REGIÃO - SP
8.500 alqs.cana. Vendo parte (16)99781-0989 - Creci 66929

NATIVIDADE DA SERRA- SP
12 alq, várias benfeitorias, lagos. Öt pousada, clube. Cond. Acesso 1ª. $2.750Milhões (12)99754-2179

CHÁCARAS E SÍTIOS

DOCE CHÁCARA
Raposo Tavares Km 79, 1.000m², condomínio fechado c/ casa 3 coms sendo 1 suíte, sala, coz. wc e varanda, c/pomar R$340mil sendo 50% entrada saldo até 36x ac. auto ☎(11)93471-0094

OPORTUNIDADES

LEILÕES

LEILÃO DE IMÓVEIS CAIXA ECONÔMICA
572 imóveis ofertados de vários locais do Brasil. Os leilões serão online: site www.zukerleiloes.com.br 1º LEILÃO: 3/2/2025 (2ª feira), 10h; 2º LEILÃO: 10/2/2025 (2ª feira), 10h. Informações: (79)99156-4444/ 99195-9347/ 99160-0002; L.Ofic. Cristiane A. R. Góis-08/001291-4/2009 e-mail contato@zukerleiloes.com.br

COMUNICADOS

COMUNICADO EXTRAVIO DIPLOMA
Eu, Rosis Santiago Pinheiro de Lima, portadora da cédula de identidade Nº 33234487-3, e CPF 294.646.158-00, comunico para os devidos fins, que o meu Diploma de Farmacêutico - Bioquímico da Universidade de São Paulo datado 15/04/2005, foi extraviado, razão pela qual estou solicitando a expedição da 2a via. Declaro, outrossim, que me comprometo a inutilizar o documento anteriormente expedido, no caso de vir a ser localizado.

EXTRAVIO DE CONTRATO SOCIAL JUCESP-SP
Nire Matriz 35600369896 - Data de Abertura: 09/12/2013 - Nome Empresa: VSG SERVIÇOS DE APOIO EMPRESARIAL LTDA-EPP CNPJ: 19.381.835/0001-67

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
ESTADÃO
LIGUE (11) 3855 2001

COMUNICADOS

EXTRAVIO DE DIPLOMA
Eu Gabriela Monteiro Vieira, portadora do CPF: 646.424.101-04 declaro para os devidos fins, que meu diploma do curso superior de Comunicação Social das Faculdades Integradas Hélio Alonso foi extraviado, razão pela qual estou solicitando nova via. Declaro que me comprometo a inutilizar o documento anteriormente expedido caso seja localizado.

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

LOJA INDAIATUBA/SP
Vendo loja Material Hidráulico,Elétrico, Ferragem e reparos em geral. Excedoouse, + de 30 anos no local. Ótima conformidade de clientes. Numa das melhores Avenidas da cidade. ☎(19)98355-7073

POSTO COMBUSTÍVEL
Vendo, excelente localização em Votuporanga-SP. Oportunidade p/ investidores! Bandeira IPIRANGA. Conveniência e Pit-Stop. Alto fluxo de pessoas e carros, com várias opções de acesso. Öt. clientela. (17)99784-1416/ 99744-2933

POUSADA CUMURUXATIBA/BA
R$5.500.000,00 Terreno 3000m² Frente mar. 11 bangalôs, casa propr, 2 suítes, pisc., jard.,restaurante, borda piscina. 5 estrelas Trip Advisor. (☎11)98196-6102

SUPERMERCADO FTE TERMINAL SAPOPEMBA
Oport. Supermercado c/açougue/padaria. 400m². Av. Arquiteto 209. Vendas comprovadas R$290mil. Alug. $12mil $510mil. Ac. carro parte pago ☎(11)94782-7794

MATÉRIAS-PRIMAS

NÓ DE PINHO - S PAULO
(11)96800-6772/91017-0022

RELAX / ACOMPANHANTES

CASA DAS 7 MULHERES
C/coroadinhas. Em Moema. R$170 ☎(11)5051-3128/ 98340-6989

PODCAST
Estadão Analisa
com Carlos Andreazza
Com um texto irreverente e críticas contundentes, Andreazza tem um encontro marcado com você nas manhãs para um papo intimista, em que analisa temas do momento a partir do discurso de figuras centrais da política e da economia.
Assista AO VIVO pelo canal do Estadão no Youtube.
DE SEGUNDA A SEXTA 7h DA MANHÃ
ESTADÃO

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL
CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES:
www.FREITASLEILOEIRO.com.br
CENTRAL DE INFORMAÇÕES: (11) 3117.1000
VEÍCULOS | IMÓVEIS | MATERIAIS
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL

LEILÃO DE VEÍCULOS • PRESENCIAL E ON-LINE
230 VEÍCULOS
DIA: 07.02.2025 - 6ª FEIRA - 10h00 | AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP
VISITAÇÃO: 07.02.2025, a partir das 08h00 | verificar informações no site
•DIVERSOS MODELOS •CAMINHÕES •MOTOS •SEMI-NOVOS •SINISTRADOS •SUCATAS

BMW X6 XDRIVE40I MSP | LR EVOQUE DYNAMIV 5D | M.BENZ C180FF | FORD FORD F 1000 | BMW R1250GS

Condições de venda e pagamento: Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316 | CENTRAL DE INFORMAÇÕES: 11 3117.1000 | www.FREITASLEILOEIRO.com.br

Santander | omni | BancoDaycoval | ALFA | Porto | bradesco | Itaú seguro auto residência | BV | creditas | BANCO PAN | azul seguros | Votorantim | MSIG Mitsui Sumitomo Seguros | ITAPEVA | Allianz | TOKIO MARINE SEGURADORA

LEILÕES DE BENS DIVERSOS • SOMENTE ON-LINE
Dia 24/02/2025 - 2ª feira | 17h00 — VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE — SMARTPHONE MOTOROLA MOTO G8 PLAY
Dia 27/02/2025 - 5ª feira | 14h00 — VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE — APPLE MACBOOK PRO A2338 256GB
Dia 27/02/2025 - 5ª feira | 17h00 — VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE — FERRAMENTAS ELÉTRICAS - TELESCÓPIOS - OUTROS
LANCES, CONDIÇÕES DE VENDA E PAGAMENTO, FOTOS E OUTRAS INFORMAÇÕES, CONSULTE NOSSO SITE: www.FREITASLEILOEIRO.com.br

C6 E C7 **A fundo**



Cientistas buscam entender se o aquecimento global está mais rápido



FOTOS TV GLOBO














Novos e antigos intérpretes; Taís Araújo e Regina Duarte (Raquel); Humberto Carrão e Alice Wegmann e Cássio Gabus Mendes e Lídia Brondi (Afonso e Solange); Beatriz Segall e Débora Bloch (Odete Roitman); Glória Pires e Bella Campos (Maria de Fátima); Cauã Reymond e Carlos Alberto Riccelli (César Ribeiro); Alexandre Nero e Reginaldo Faria (Marco Aurélio)

Televisão

Sem metáforas

Às vésperas do remake de 'Vale Tudo', pesquisadora lança livro em que discute retrato que a novela fez da sociedade brasileira

DANILO CASALETTI

A nova versão de *Vale Tudo*, escrita pela dramaturga Manuela Dias, estreia em março na TV Globo. No entanto, o remake de uma das telenovelas mais emblemáticas da televisão brasileira já pauta debates desde que foi confirmada pela emissora como o principal produto das comemorações de seus 60 anos de existência.

Odete Roitman (Beatriz Segall/Débora Bloch), a vilã das vilãs, será tão má e continuará a desprezar o povo brasileiro tanto quanto fazia em 1988? Raquel (Regina Duarte), agora como uma mulher negra, vivida por Taís Araújo, terá sua história alterada? Marco Aurélio (Reginaldo Faria no original/Alexandre Nero no remake) será mais bondoso nesta nova edição? A política será tema relevante, assim como foi na narrativa original da novela escrita por Gilberto Braga, Aguinaldo Silva e Leonor Bassères?

No ano passado, Silva falou em entrevista ao **Estadão** sobre os desafios de recriar personagens fortes como Odete Roitman, muito presentes no imaginário do público. "Odete era uma mulher desmedida, com uma linguagem que seria muito ofensiva nos dias de hoje. Ela deixará de ser aquela personagem eternizada pela Beatriz Segall. A Odete que conhecemos é aquela mulher da década de 1980, que falava sobre a situação do País naqueles dias. Não daria para falar aquilo nos dias de hoje", afirmou. "A novela é algo que só existe no momento em que foi criada. São vários elementos que se combinam para que a novela dê certo e, em um remake, não vai ser a mesma coisa. Terá um bom texto, bons atores, uma boa direção, uma boa produção, mas faltará aquela magia do original. É sempre assim", afirmou.

O elenco do remake, além de Bloch, Nero e Taís Araújo, vai contar com nomes como Bella Campos, escolhida para interpretar a vilã Maria de Fátima, papel de Glória Pires nos anos 1980; Paolla Oliveira será Heleninha Roitman (Renata Sorrah na versão original); Humberto Carrão viverá Afonso (Cássio Gabus Mendes); Cauã Reymond, César Ribeiro (Carlos Alberto Riccelli); e Alice Wegmann será Solange (Lídia Brondi). Desde o final do ano passado, os atores e atrizes têm atiçado a curiosidade do público com a divulgação de imagens que dão pistas sobre a caracterização dos personagens na nova versão, levando a debates e comparações.

REFLEXÕES. A jornalista, professora e pesquisadora Ana Paula Gonçalves – que acaba de lançar o livro *O Brasil Mostra Sua Cara: Vale Tudo, a Telenovela Que Escancarou a Elite e Corrupção Brasileira* (Editora Autografia) – pretendia analisar o Brasil no final da década de 1980 e, noveleira assumida, encontrou em *Vale Tudo* o caminho para fazer sua pesquisa.

Fruto de seu doutorado, iniciado em 2016 e concluído em 2020, o livro, que seguiu para a gráfica ao mesmo tempo que a TV Globo confirmava a realização do remake, traz importantes reflexões sobre a trama e deixa abertas as futuras possibilidades que Manuela Dias terá nessa adaptação da novela. Uma delas, inclusive, sem saber, foi antecipada por Ana Paula em seu texto: o fato de Raquel e Maria de Fátima, personagem que será interpretada por Bella Campos, serem negras. ●

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A NOVELA, SUA HISTÓRIA E SEUS PERSONAGENS NA PÁG. C2

Eufrázio

Ana Paula Gonçalves

"Não caberia uma continuação para 'Vale Tudo'"

Para autora, opção por um remake é interessante pela chance de abordar temas contemporâneos

ENTREVISTA

Continuação da página C1

Ela acredita, porém, que Manuela Dias terá trabalho para manter essência dos personagens em novo contexto social e político

Na conversa com o **Estadão,** Ana Paula Gonçalves, autora do livro O *Brasil Mostra Sua Cara: Vale Tudo*, relembra o impacto da novela em 1988 e discute questões impostas pelo remake três décadas depois.

Você é a favor ou contra o remake? O que espera dele?
Eu gosto de boas histórias. E sou a favor de que elas sejam recontadas. Só fico apreensiva sobre o resultado. Manuela Dias é uma autora corajosa. Inclusive, no meu livro, eu falo que *Amor de Mãe* não foi bem recebida por conta de algumas cenas bastante realistas, como tiroteio em escola pública ou o vilão comprando político para desapropriar terreno. As pessoas começaram a reclamar que não queriam ver aquilo na TV. *Amor de Mãe* é excelente. Manuela Dias, então, consegue fazer o remake. Só não sei se ela pode fazer. A novela é um produto, tem de agradar à emissora, ao público e aos anunciantes.

***Vale Tudo* em 2025 deveria ser uma continuação ou um remake mesmo?**
Não cabe uma continuação. Ela terminou muito redondinha. Odete morreu, Marco Aurélio fugiu, o Ivan pagou seus crimes. Remake com atualização é interessante. Mas, pergunto: a emissora vai querer mexer em determinados vespeiros? *Vale Tudo* foi a última novela a passar pela censura federal. No entanto, atualmente, com as redes sociais e a polarização política, eu vejo censura maior ainda. Não sei até que ponto a Globo vai querer uma novela tão radical, que fale sobre corrupção e o preconceito da elite. A Odete vai poder falar tudo o que falava? Marco Aurélio vai poder demitir um funcionário apenas porque não gostou do nome dele?

Odete Roitman deve ser a personagem mais problemática. Em 1988, as falas dela atingiam em cheio os brasileiros, que hoje são mais conscientes de seu papel político e social do que há 30 anos. Quem poderá ser essa Odete de 2025?
Odete não é uma Nazaré (vilã de *Senhora do Destino*). Era vilã: mesmo quem não tinha consciência de seus direitos entendia que ela era uma pessoa ruim. O Gilberto Braga, que escrevia as cenas da Odete, queria mostrar o que a elite pensava sobre o povo. A visão da elite não mudou. As Odetes do mundo real não passaram a achar o povo bonito, o Brasil uma maravilha. A Odete de hoje tem tantas atrocidades para falar quanto no passado.

O conflito central da trama era moral. Mas esbarrava na questão política. A corrupção era uma crítica de quase todos os brasileiros, mesmo entre aqueles que praticavam as pequenas corrupções diárias, que são retratadas em *Vale Tudo*. Atualmente há a polarização política. Que público vai se identificar com *Vale Tudo* agora?
Se Manuela Dias mantiver a linha de outras novelas dela, *Vale Tudo* será bastante criticada – e já está sendo. Por questões ideológicas, muitos declaram que não assistem mais à TV Globo. O que não ocorria naquela época. Todo mundo assistia à novela, não tínhamos um país politizado e, sobretudo, não tínhamos as redes sociais e as fake news, que tiram a atenção da novela, seja para migrar para outros produtos audiovisuais ou por ideologia. Mas, até a estreia, tudo o que eu ou outra pessoa disser será apenas conjectura.

Na abertura do seu livro, a autora Rosane Svartman fala sobre como a telenovela e o jornalismo muitas vezes caminham juntos. E a novela das 8 entra no ar após o *Jornal Nacional*. Nesse sentido, houve essa comunhão na época? E, agora, no remake, é imprescindível que ela ocorra também para que se mostre a cara do Brasil?
Eu analisei todas as novelas das 8 que foram ao ar na época da abertura política. *Vale Tudo* foi a única que não usou metáforas para falar sobre a corrupção na política brasileira. Muitos capítulos pareciam a continuação do telejornal. A imprensa se pautava em *Vale Tudo*. Na época, o *Jornal do Brasil* fez uma pesquisa para saber se o brasileiro estava mais esperançoso. Muitas respostas citavam *Vale Tudo*. Há uma cena em que Odete Roitman pede para um empresário demitir uma funcionária grávida. Ela diz claramente que a Constituinte só vem para atrapalhar os empresários, fazer o pobre achar que tem direitos. *Vale Tudo*, agora, vai ao ar em um ano pesado politicamente, com eleições em 2026. Essa comunhão se dará novamente? É difícil saber.

"Já viu alguém subir na vida sendo honesto no Brasil?" É uma das frases de Maria de Fátima. Essa frase ainda ecoa, e há outros temas que seguem atuais, como a homofobia, o machismo e o etarismo. Mauro Alencar, doutor em teledramaturgia, diz que a telenovela é uma espécie de divã coletivo. Que tipo de reflexão o remake poderá causar?
O divã, agora, é muito mais amplo. Atualmente, assistimos à novela junto com as redes sociais. Tudo vira um grande debate social. Eu gostaria que o remake de *Vale Tudo* trouxesse importantes discussões. Não estamos passando pela Constituinte, mas, ao mesmo tempo, estamos em um momento em que podemos perceber, socialmente, politicamente e jornalisticamente, que a democracia não está tão consolidada. A telenovela não tem a mesma força de antes, mas ainda pauta bastante a realidade. Mesmo uma novela ruim, que não dá audiência, é comentada.

NATHALIA SERENA



'A democracia não está tão consolidada', diz a escritora

"A telenovela não tem a mesma força de antes, mas ainda pauta bastante a realidade. Mesmo uma novela ruim, que não dá audiência, é comentada"

"Não sei até que ponto a Globo vai querer uma novela radical. A Odete vai poder falar o que falava? Marco Aurélio vai poder demitir um funcionário apenas porque não gostou do nome dele?"
Ana Paula Gonçalves



O Brasil Mostra Sua Cara: Vale Tudo
Ana Paula Gonçalves
Editora Autografia; 265 págs., R$ 69,90

Se a novela não trouxer esses debates, corre o risco de ser anacrônica. Atualmente, criticar ou fazer uma caricatura de um dos lados políticos é tomar partido. Manuela Dias será cobrada por abordar um ou outro espectro político?
Ela já está sendo. Mais uma vez, a telenovela é um produto. Não acredito que a emissora tenha de escolher um lado. Não seria verossímil do ponto de vista do mercado. É um desafio muito grande. Um outro Brasil. Não que as Odetes não sejam mais cruéis. *A Senhora dos Absurdos*, do Paulo Gustavo, que fazia um humor atual, nada mais era do que Odete. Recentemente, uma senhora agrediu um motorista de aplicativo. Há pessoas que ainda pensam que vivem em um país em que há escravizados para servi-las. Manuela pode pegar esse aspecto e fugir do lado político. Pode fazer uma vilã e não entrar na questão política e, mesmo assim, ser crítica. Talvez essa seja uma boa saída.

No livro, você faz uma reflexão sobre a falta de representatividade do negro no elenco de *Vale Tudo* original. Você, inclusive, sem saber, antecipa que Raquel deveria ser uma mulher negra. E a Taís Araújo foi escolhida para ser a Raquel desta nova edição. Por que essa escolha foi importante?
O Brasil precisava disso. Para consolidar essa mudança social, não consigo imaginar uma Raquel que não seja negra. Fiquei feliz como pesquisadora de questões raciais, como uma pessoa que luta para mostrar que o Brasil não é branco. Entendo que aquela televisão de 1988 era extremamente branca. E essa não era uma questão à época. Mas, ao longo desses 30 anos, as pessoas passaram a cobrar essa representatividade. Quando a Globo exibiu *Segundo Sol*, em 2018, que se passava na Bahia e só tinha atores brancos, o Ministério Público do Trabalho (MPT) notificou a emissora para respeitar a diversidade racial. A questão é muito mais sobre dar uma identidade para o Brasil, por meio de um produto de popularidade, do que questionar quem é branco ou negro.

Coloca-se então uma questão para a autora: a Odete de 1988 certamente também era uma pessoa racista e não apenas elitista. Sendo assim, para esta nova versão, em que ela vai ajudar uma menina negra (Maria de Fátima, filha de Raquel) a se casar com seu filho, Odete sofreria uma grande mudança em sua personalidade, não?
Nosso país sofre de uma questão de colorismo muito grande. Haveria a possibilidade de colocarem a Maria de Fátima branca, mesmo sendo filha de uma mulher negra. Estudo famílias inter-raciais, e isso é possível, com um pai branco e uma mãe negra, por exemplo. Fico curiosa para saber qual será a mudança no perfil da Odete para aceitar casar seu filho com uma mulher negra. Um conflito muito maior do que aceitar a Raquel, porque, na primeira versão, ela já odeia a pobreza da Raquel. Imagina, agora, ela sendo pobre e negra.

Nesse ponto, você acredita que a novela tem a possibilidade de abrir um debate importante?
Já tem gente dizendo que não vai ver a novela pelo fato de a Raquel ser negra. *Vale Tudo* está com a faca e o queijo na mão para tratar o tema. ● DANILO CASALETTI

Eufrázio

Cinema *Estreia*

Thalita Carauta se reinventa no drama

Atriz e humorista, que despontou como Janete no 'Zorra Total', vive a protagonista de 'Os Sapos', que chega hoje às salas

MATHEUS MANS



LIVRES FILMES

Em 'Os Sapos', a atriz convive com 'violências silenciosas, que nem sempre são reconhecidas como tal'

A atriz Thalita Carauta se transformou nas últimas duas décadas. No início dos anos 2000, era um nome marcante no programa *Zorra Total*, da Rede Globo, no qual interpretava Janete. O tempo passou e a carioca soube se reinventar: não só esteve presente em mais filmes e novelas, como *Mania de Você*, na qual vive Leidi, como entrou ainda mais no universo do drama.

É o caso de *Os Sapos*, que chega aos cinemas nesta quinta. Dirigido por Clara Linhart e com roteiro de Renata Mizrahi, baseado em uma peça escrita por ela, o filme traz Thalita como uma mulher que vai passar um tempo na casa de campo de um amigo. Em um dia, são várias as emoções que surgem, quase todas elas questionando caminhos e possibilidades dos relacionamentos.

"*Os Sapos* trata de violências silenciosas, aquelas que nem sempre são reconhecidas como tal. Quando falamos de violência contra a mulher, muitas vezes pensamos em agressões físicas, mas existem outras formas mais sutis e igualmente danosas", explica.

O primeiro contato da atriz com o texto foi no teatro décadas atrás e ele já a deixou muito impressionada. "Anos depois, conheci a Renata (*Mizrahi*) e, quando o filme começou a ser produzido, ela me indicou. Participar de um projeto que eu já admirava tanto foi muito especial. Além disso, o filme foi gravado em Lumiar, onde essa história real aconteceu, o que deu ainda mais autenticidade."

Esse não é o primeiro trabalho de Thalita como protagonista em um longa – ela diz que ser a atriz principal nunca foi uma obsessão e que a ansiedade sempre faz parte do processo. "O que me atrai é um bom personagem, não o protagonismo. No entanto, quando se assume essa função, a carga emocional é maior, e o frio na barriga também. Com o amadurecimento na profissão, desenvolvemos ferramentas para controlar melhor essa ansiedade", conta.

PAPÉIS DRAMÁTICOS. Após se tornar conhecida por sua divertida personagem Janete no humorístico *Zorra Total*, a atriz tem se enveredado cada vez mais por papéis dramáticos. "Desde o início da carreira, minha intenção sempre foi transitar por todos os gêneros. O humor aconteceu naturalmente, em um momento de ascensão, principalmente com o formato de esquetes, como em *Cócegas*, de Ingrid Guimarães e Heloísa Périssé. Isso acabou abrindo portas e me direcionando para essa área. Mas chegou um momento em que senti a necessidade de experimentar outras possibilidades. Eu queria mostrar algo novo para o público e também me desafiar como atriz", afirma.

Thalita Carauta não descarta voltar à comédia e afirma que o humor sempre estará presente em seu trabalho. Mas o que a atrai em um personagem? "É um combo. Tento escolher projetos que tenham uma boa história, um personagem desafiador e uma equipe com quem eu queira trabalhar", enumera.

DEBATE. Mas a atriz também acredita que seu trabalho deve debater questões atuais. "A arte precisa refletir o nosso tempo e *Os Sapos* faz pensar sobre situações em que a mulher é anulada em uma relação, pressões veladas... Tudo isso também é violência. O cinema tem papel de peso levantando essas questões. Acho que um dos grandes méritos do filme é trazer essas discussões de forma acessível, permitindo que o público se identifique."

Em relação ao cinema brasileiro, Thalita afirma que se trata de uma questão delicada, mas diz acreditar na valorização da produção nacional. "O público está se reconectando com nossas produções e percebendo a diversidade de histórias que temos para contar. Acho que o momento é propício para fortalecer essa indústria, para que mais pessoas tenham acesso a narrativas que falam sobre nossa cultura, nossa realidade." ●

Além da comédia

Outros longas com a artista no elenco



● 4 x 100 – Correndo por um Sonho
Uma equipe de atletas de revezamento 4 x 100 é derrotada na final da Olimpíada do Rio. O grupo pode se redimir em Tóquio, quatro anos depois, mas precisar deixar as diferenças de lado. Com Fernanda de Freitas e Thalita Carauta.
Disponível no Prime Video

FOTOS GLOBO FILMES



● O Silêncio da Chuva
Dirigido por Daniel Filho, o filme de 2020 é uma adaptação do livro homônimo de Luiz Alfredo Garcia-Roza. Traz Lázaro Ramos como o detetive Espinosa – figura sempre presente nos livros do autor –, que, ao lado da policial Daia, interpretada por Thalita, tenta investigar o assassinato de um executivo (Ricardo, vivido pelo ator Guilherme Fontes). Em busca de pistas sobre o crime, a dupla se depara com o desaparecimento misterioso de outras pessoas ligadas ao executivo.
Disponível no Globoplay

agro ESTADÃO
CONHEÇA O PORTAL AGRO
Conteúdo relevante para a gestão de toda a cadeia de abastecimento
agro.estadao.com.br
Uma parceria: ESTADÃO 150 broadcast agro PYXYS
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO

Eufrázio



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Palavras de poder
Data estelar: Lua cresce em Gêmeos

O Universo existe porque uma sílaba de três letras continua sendo pronunciada ininterruptamente pelo organismo dessa entidade colossal na qual tudo se movimenta e experimenta ser. Uma dessas letras é o espírito invisível, outra delas é a matéria aparente e a terceira é a energia que os mantém unidos e em contínuo dinamismo, AUM.

Há um tratado, chamado de Pranava Vada, traduzido do sânscrito ao inglês que discorre sobre essas três letras, composto de 3 volumes e dezenas de capítulos, explicando a complexa relação entre matéria, espírito e energia, que serviria de inspiração aos que tentam entender o proceder da Vida, caso não sejam contaminados pela ideologia materialista.

Há palavras sintéticas, como essa, com supremo poder, mas nossas palavras, profanas e analíticas, não são por isso desprovidas de poder. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Se tudo fosse diferente, tudo seria diferente, mas esse tipo de especulação mental intermináveis pode até ser interessante, mas raramente leva a algum lugar. Melhor ficar com a realidade crua e nua, melhor.

TOURO 21-4 a 20-5
Ainda que você tenha de fazer coisas que considera temíveis, e mesmo não revelando a ninguém o medo que sente de as enfrentar, mesmo assim você verá, na prática, que os monstros assustadores são do tamanho de formigas.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Seus raciocínios hão de esclarecer as pessoas com que você convive ou tem interesses envolvidos nesta parte do caminho. Procure expressar as ideias que, se forem praticadas, beneficiariam a todas as pessoas.

CÂNCER 21-6 a 21-7
Nem tudo que andou acontecendo nas semanas anteriores foi do agrado de sua alma, mas não houve oportunidade de você se expressar para colocar as coisas em ordem. Procure esse momento, colocar tudo em ordem é fundamental.

LEÃO 22-7 a 22-8
Agora é quando o cenário se torna propício a fazer os acordos que até agora teriam parecido impossíveis. Aproveite para ter aquelas conversas que ficaram pendentes, com a alma munida da boa vontade de resolver.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Tentar ajudar é generoso de sua parte, mas cuide para fazer isso de um lugar seguro, de uma condição que impeça de os problemas alheios espirrarem para seu lado e contaminarem a situação de seus planos em andamento.

LIBRA 23-9 a 22-10
Não é a economia financeira o tema principal, mas os relacionamentos psicossociais que andam desgastados, porque as pessoas depois da pandemia entraram em silencioso desespero. Só muda se as pessoas mudarem.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
Na mesma medida em que você organizar sua vida cotidiana, respeitando os ritmos e necessidades básicas, você verá que as coisas melhoram em todos os sentidos, inclusive nos que parecem não ter nada a ver com isso.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12
O objetivo central deste momento é você passar bons momentos, e à primeira vista pareceria a sorte grande, porém, considerando que o cenário do mundo restringe os bons momentos, você precisará garimpar bastante.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Agora é quando sua alma se torna capaz de atravessar a barreira densa do medo, porque mesmo que suas razões sejam poderosas como tigres na escuridão, sua alma é mais poderosa ainda, brande a força de vontade.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Pensar bem não é algo que aconteça com frequência, por isso é importante você aproveitar a onda deste momento, que propicia o pensar com razões que não busquem justificativas, mas explicações libertadoras. Aí sim!

PEIXES 20-2 a 20-3
Por trás da angústia exasperante que mora em algum lugar recôndito de sua alma está a força do progresso que você espera sintonizar, para, inclusive, se livrar da angústia. Ela é o reverso da moeda.

Cinema

Oscar vai exibir vídeos de fãs dos indicados para melhor filme

Interessados com mais de 18 anos devem se inscrever até o dia 16 de fevereiro no site da Academia

A Academia de Artes e Ciências Cinematográficas, organização que promove o Oscar, vai selecionar neste ano até 20 pessoas para participarem de um vídeo falando sobre o seu filme favorito entre os dez indicados para melhor filme, a principal categoria da maior premiação do cinema internacional.

O brasileiro *Ainda Estou Aqui*, de Walter Salles, é um dos concorrentes a melhor filme do Oscar de 2025. Com ele concorrem: *Anora*, de Sean S. Baker; *O Brutalista*, de Brady Corbet; *Um Completo Desconhecido*, de James Mangold; *Conclave*, de Edward Berger; *Duna: Parte 2*, de Denis Villeneuve; *Emilia Pérez*, de Jacques Audiard; *Nickel Boys*, de RaMell Ross; *A Substância*, de Coralie Fargeat; e *Wicked*, de Jon M. Chu.

Os participantes do vídeo serão selecionados aleatoriamente com base em informações básicas preenchidas em um formulário no site oficial da Academia. O documento, disponível desde segunda-feira, 3, pede nome, sobrenome, e-mail, país, Estado, CEP e oferece um espaço para selecionar o filme do qual a pessoa pretende falar. A pessoa que for aparecer no vídeo tem de ser maior de 18 anos.

SELEÇÃO. O formulário ficará disponível no site oficial da Academia até 16 de fevereiro. Depois dessa data, os selecionados serão notificados por e-mail e solicitados a enviar um vídeo falando sobre o seu filme favorito.

O vídeo com as pessoas escolhidas será editado pela produção da premiação e exibido na cerimônia do Oscar em 2 de março, em Los Angeles. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



Turma da Mônica Mauricio de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO | *"Toda escolha pode levar a perda irreparável"* **Isaiah Berlin**

Eufrázio



Por aí

Patrícia Ferraz • *patriciacferraz@gmail.com*

Sanduíches de focaccia em alta

Já notou que os sanduíches de focaccia estão ganhando espaço em São Paulo? Minha seleção inclui quatro bons endereços especializados em sandubas com o pão italiano achatado, de textura macia e crosta crocante, que difere da pizza porque leva azeite na massa. Quase todos seguem receitas clássicas italianas, feitas à base de embutidos importados, sem grandes invencionices.

A Toscana Focacceria é a mais nova na lista, que inclui as excelentes Qui o Qua, na Barra Funda, e Coliseu, em Pinheiros (já escrevi sobre as duas e tenho sempre vontade de voltar a elas), e ainda a boa Evo Focaccia, no Itaim, que só conheço pelo delivery.

Trata-se da terceira casa do chef napolitano radicado no Brasil Ciro Sabella, dono também do Vinarium Antica Trattoria e da Sabella Antica Rosticceria, ambas nos Jardins.

O ambiente remete às lojas de sanduíche da Itália, com a vitrine de embutidos e uma fatiadora de frios, na entrada, e as mesas numa sala ao fundo.

O cardápio traz nove opções de sanduíche. Os preços vão de R$ 49, o capri, com muçarela de búfala, tomate, pesto, manjericão e rúcula, até R$ 69, caso do toscano da casa,



PATRÍCIA FERRAZ

O bologna está entre as nove opções de sanduíche da casa

que leva creme de trufas, salame toscano, cogumelos refogados, stracciatella, tomatinho e guanciale crocante.

O mais pedido é o bologna – receita que se repete em todas as casas do gênero e costuma valer a pedida (aqui também). Combina pesto de pistache, stracciatella e mortadela italiana (R$ 62). Venezia leva creme de bacalhau, abobrinha, creme de azeitonas, tomate confit e rúcula (R$ 68). Roma é coberto com creme de batata com alecrim, porchetta, fonduta de parmesão e pimenta-do-reino (R$ 64).

O cardápio traz algumas entradas como a salada caprese, crocchetta di carne e saborosos arancini siciliani, feitos com arroz com açafrão e recheio de muçarela de búfala.

No almoço há um menu executivo por R$ 69, mas ele não está no cardápio – é oferecido em uma discreta plaquinha (que nem sempre o garçom lembra de colocar sobre a mesa). Pode ser uma pasta, tonarelli com cacio e pepe ou conchiglione gratinado com molho branco e queijos, ou um risotto caprese.

Tomara que o serviço se acerte logo, para não prejudicar a experiência. ●

Toscana Focacceria
Rua dos Pinheiros, 257.
3ª a dom., das 12h às 23h.
@toscana.focacceria

JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 24 ANOS.

TER. Patrícia Ferraz, Sérgio Martins (quinzenal) • QUA. Roberto DaMatta • QUI. Luciana Garbin (quinzenal), Patrícia Ferraz • SEX. Luisa Silvestre (quinzenal) e Maria Fernanda Rodrigues (quinzenal) • SAB. Alice Ferraz, Suzana Barelli • DOM. Leandro Karnal, Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas https://bit.ly/40scIkQ

- Extração de leite da vaca
- Menor unidade federativa brasileira
- O ato praticado de livre vontade
- Conjunto de traços físicos e comportamentais transmitidos dos pais
- Domicílio
- Acordo militar, político e econômico entre Alemanha, Itália e Império Austro-Húngaro, firmado em 20 de maio de 1882
- Insatisfaça
- Arqueozoica, Proterozoica, Paleozoica, Mesozoica e Cenozoica
- Tribunal Regional Eleitoral (sigla) → T R E
- Situação penosa para o impaciente
- Farpa ou espinho preso à pele
- (?) Vegas, cidade famosa pelos cassinos
- Emílio Ribas, médico brasileiro
- São (?), o apóstolo incrédulo (Bíblia)
- Rebuço
- Rio formador do Amazonas (Peru)
- Local de exposição de mercadorias
- Sucesso do cantor Fagner de 1987
- A profissão de Antônio Fagundes
- "Zii e (?)", álbum de Caetano Veloso
- Direção de onde nasce um rio
- "A (?) é Sua", programa da RedeTV!
- Concorde; aprove
- Sufixo de "hercúleo"
- Medo, em inglês
- Hipotética; suposta
- Buça
- Unir em laço matrimonial
- 50, em algarismos romanos
- Cada face de um objeto
- Caminho úmido com buritis (Cerrado)
- Mudança de direção
- Esposa do rajá
- Sintoma da queimadura
- Clube catarinense (fut.)
- Palhaças
- Menina que visitou o País das Maravilhas, na obra de Lewis Carrol (Lit.)
- (?) Ralston, alpinista do filme "127 Horas"
- Tecido semelhante à musseline
- Perseguição (fig.)
- Proprietária
- Dignos de respeito e veneração (fig.)

BANCO 3/ene. 4/aron — feaz. 6/vereda.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.



A história da ~~CAPOEIRA~~ surgiu nas **TERRAS** brasileiras no século XVI, quando foi trazida pelos **NEGROS** africanos. A partir da combinação de **LUTA** e **CULTO** religioso, a atividade envolve não só a **DANÇA**, mas também **CANTOS**, transmitidos oralmente ao longo dos séculos. Para isso, são utilizados instrumentos tradicionais, como o **BERIMBAU**, o pandeiro e o **CAXIXI**, um chocalho feito de sementes. A **PRÁTICA** da capoeira desenvolve o **CONTROLE** emocional, estimulando a observação e a **DEFESA**, quando necessária, em vez de incentivar a agressividade e a **VIOLÊNCIA**. Um dos **ESTILOS** mais populares no país é a capoeira **ANGOLA**, caracterizada por golpes **BAIXOS**, rentes ao chão, e animada pela música de **RITMO** lento, que traduz as ideias da **EDUCAÇÃO** humanista. A aula normalmente começa com uma roda de **CONVERSA**, onde são discutidas as **REGRAS** de **CONVÍVIO** e de participação de cada um, desenvolvendo o **RESPEITO** e a tolerância. Outros benefícios da capoeira são o **EQUILÍBRIO**, a autoconfiança e o conhecimento sobre a identidade **CULTURAL**.

Capoeira

N	E	G	R	O	S	H	T	L	I	A
C	Y	C	E	C	L	E	F	D	T	E
D	A	R	G	D	T	I	C	U	F	S
A	L	B	R	Y	E	G	L	E	S	A
N	O	O	A	S	L	H	D	G	R	T
Ç	G	Ã	S	H	C	A	N	T	O	S
A	N	Ç	T	L	R	T	D	O	O	E
L	A	A	F	C	A	X	I	X	I	E
R	T	C	E	E	S	T	I	L	O	S
I	N	U	A	T	E	N	I	I	M	N
T	C	D	R	A	S	E	F	E	D	O
M	F	E	A	E	I	M	E	C	T	V
O	I	G	F	F	L	B	Y	M	F	I
L	C	A	P	O	E	I	R	A	Y	O
H	L	D	H	F	A	O	T	N	F	L
O	T	I	E	P	S	E	R	C	N	E
I	F	M	S	Y	H	A	E	I	I	N
O	I	V	I	V	N	O	C	G	O	C
G	S	N	D	M	I	Y	G	T	T	I
I	C	O	N	V	E	R	S	A	A	A
G	F	L	E	M	M	C	F	D	B	R
E	Q	U	I	L	I	B	R	I	O	L
L	A	E	A	L	N	O	M	D	T	R
O	N	N	A	L	Y	T	R	A	L	B
R	L	S	O	X	I	A	B	A	U	P
T	H	S	S	T	N	E	E	O	C	R
N	E	S	A	R	R	E	T	E	F	A
O	M	O	R	G	E	L	N	O	H	T
C	U	L	T	U	R	A	L	F	E	I
E	H	A	L	A	C	C	F	L	A	C
L	B	E	R	I	M	B	A	U	N	A

© Revistas COQUETEL

SUDOKU

NA WEB

Nível Médio

				5	3	4	7	
7						9		
8	5							
4			7		5			
3				8				7
			3		2			1
							8	2
		4						5
	1	6	9	2				



SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA
#FaçaCoquetel



ASSINE AGORA!

Eufrázio





Grupo de cientistas acredita que, por alguma razão, mudança climática está mais rápida do que o previsto

A possível aceleração do aquecimento global

ROBERTA JANSEN

Os maiores especialistas mundiais em mudanças climáticas não têm dúvidas de que o planeta está aquecendo. Nos últimos meses, porém, surgiu uma divergência importante. Grande parte dos cientistas acredita que, por alguma razão ainda não totalmente explicada, esse aquecimento está bem mais acelerado do que o previsto e um cenário climático catastrófico pode estar muito mais próximo do que se esperava.

Outra parcela dos pesquisadores, no entanto, discorda. Segundo eles, a excessiva elevação da temperatura média da Terra, sobretudo nos últimos dois anos, está relacionada a fenômenos climáticos passageiros, como o El Niño, responsável pelo aquecimento das águas do Oceano Pacífico e aumento das temperaturas.



WERTHER SANTANA/ESTADÃO – 25/1/2025

Não é consenso

Excessiva elevação da temperatura média da Terra está ligada a fenômenos passageiros, diz outra parcela de pesquisadores

A Organização Meteorológica Mundial (OMM) confirmou que 2024 foi o ano mais quente da história, com temperatura média global de 1,55°C acima da média registrada antes da Revolução Industrial (meados do século 19). Esse aumento está diretamente ligado à elevação da concentração atmosférica de gases gerados pela queima de combustíveis fósseis e à ocorrência de um El Niño forte em 2023.

O ano também foi marcado pelo aumento de fenômenos climáticos extremos, como enchentes, secas e até incêndios fora de controle. No Brasil, alguns exemplos são a tempestade recorde que devastou o Rio Grande do Sul, em maio, e a estiagem recorde, seguida de uma escalada de incêndios, no Pantanal e na Amazônia.

Este ano já começou com o espalhamento rápido do fogo em Los Angeles, nos Estados Unidos, que causou destruição inédita, sobretudo ao considerar que o Hemisfério Norte está no meio do inverno.

Segundo os cientistas, só uma redução drástica das emissões de gases do efeito estufa em todo o mundo poderia limitar a elevação das temperaturas e dos fenômenos extremos. Com a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris – anunciada já no primeiro dia da gestão Donald Trump –, essa perspectiva parece cada vez mais distante.

O pacto climático global prevê reduções significativas das emissões de gases estufa até 2050 para manter o aumento médio da temperatura global em, no máximo, 1,5°C – elevação alta, porém gerenciável.

Ocorre que, pelo menos nos últimos 12 meses, o aumento da temperatura média global já atingiu esse patamar. Embora ainda não seja suficiente para decretar alteração climática permanente, o marco simbólico é significativo, suficiente para que muitos especialistas defendam a ideia da aceleração das mudanças climáticas.

'ACELERACIONISTAS'. No grupo dos "aceleracionistas" está James Hansen, da Universidade de Columbia (EUA), um dos maiores nomes da ciência climática, responsável por decretar, em 1988, que o aquecimento global já estava em curso. No Brasil, o grupo também conta com nomes de peso, como o de Carlos Nobre, da Universidade de São Paulo (USP), uma das maiores autoridades mundiais no tema.

Os cientistas ainda não chegaram a um consenso sobre o que estaria causando essa ⊙

WERTHER SANTANA/ESTADÃO – 12/1/2024



JAE C. HONG/AP – 27/1/2025





LAURO ALVES/SECOM – 5/5/2024

1. Fenômenos climáticos extremos, como recente temporal em SP, são mais frequentes
2. Incêndios em Los Angeles causaram destruição inédita
3. Tempestade recorde devastou o Rio Grande do Sul, em 2024

⊖ aceleração, mas há alguns fatores a serem levados em conta. A despeito de todo o debate das últimas décadas, as emissões de gases do efeito estufa continuam aumentando ano após ano. Outro fator importante é a redução significativa da emissão de aerossóis. Ou seja, uma medida para restringir a poluição atmosférica estaria contribuindo para o aquecimento – o que Hansen chama de "barganha faustiana". Isso ocorre porque os aerossóis refletem a luz solar, reduzindo o aquecimento.

É por isso, exemplifica a climatologista Karina Lima, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que erupções vulcânicas que lançam grandes quantidades de cinzas são capazes de reduzir a temperatura média do planeta. "Além disso, um trabalho recente chegou à alarmante conclusão de que a cobertura de nuvens reflexivas vem diminuindo há duas décadas e essa seria a lacuna que faltava para compreender o desequilíbrio crescente no balanço de energia da Terra", explicou ela, também divulgadora científica nas redes sociais.

"Agora é necessário descobrir o que está causando essa tendência de constante declínio: se vai continuar; e torcer para que não seja um 'feedback' causado pelas mudanças climáticas, o que poderia reforçar ainda mais o aquecimento com o passar do tempo."

Outro estudo, publicado em 2024 na revista *Geophysical Research Letters*, aponta mais um fator que contribuiu para o aquecimento: a alteração no combustível usado pelos navios que atravessam os oceanos. Isso fez com que nuvens que antes refletiam a luz solar deixassem de existir e essa luz passou a incidir diretamente nos mares, aumentando o aquecimento das águas.

'TRADICIONALISTAS'. Do outro lado do debate está o grupo dos tradicionalistas, que também reúne nomes respeitáveis das ciências climáticas, como Michael Mann, da Universidade da Pensilvânia (EUA). O grupo argumenta que, a despeito das temperaturas mais altas, não há evidência de aceleração permanente. O aquecimento estaria seguindo a tendência das últimas décadas, considerando a variabilidade natural do El Niño – responsável pelo aquecimento das águas do Pacífico.

O El Niño, de fato, contribui para elevar a temperatura média do planeta e já era previsto que 2023 seria muito quente por conta do fenômeno. Para os "tradicionalistas", interpretar como aceleração uma variabilidade de curto prazo pode contribuir para fortalecer o discurso dos "fatalistas" (que defendem a ideia de que apenas novas tecnologias poderiam resolver o problema do aquecimento global) e até dos "negacionistas" (que não acreditam no aquecimento global).

"De fato, em 2022 foi previsto um El Niño forte para o ano seguinte, mas a previsão de aumento da temperatura era de 1,3°C e ele passou de 1,5°C. Ou seja, um fator mais acelerado do que o previsto. Entre 2021 e o ano passado, o aumento de temperatura foi de 0,4°C e, mesmo depois que o El Niño acabou, as temperaturas continuaram altas em 2024", pondera Carlos Nobre. "A ciência não conseguiu explicar ainda por que subiu tão rápido, mas, se continuar assim nos próximos três anos, provavelmente vamos concluir que já atingimos um aumento permanente de 1,5°C pelo menos 25 anos antes do previsto", acrescenta.

"De fato, em 2022 foi previsto um El Niño forte para o ano seguinte, mas a previsão de aumento da temperatura era de 1,3° C e passou de 1,5° C"
Carlos Nobre
Cientista que estuda o aquecimento global

"Um aumento de 3° C é catastrófico, não é administrável. Significa extinção em massa de várias espécies, 3 bilhões de pessoas vivendo em vulnerabilidade extrema e fome"
Márcio Astrini
Observatório do Clima

Em setembro do ano passado, também em entrevista ao **Estadão**, Nobre manifestou seu espanto sobre o ritmo de aumento de desastres climáticos no momento em que o Brasil enfrentava um avanço inédito de queimadas e via cidades encobertas por fumaça. "Estou apavorado. Ninguém previa isso; é muito rápido."

Nos piores cenários previstos pelos estudos climáticos, o planeta alcançaria um aumento médio da temperatura global de 1,5°C em 2028. Nos melhores cenários, com redução das emissões, chegaríamos a esse aumento em 2050 e, a partir daí, zerando as emissões, fecharíamos o século com um aumento de 1°C.

'CATASTRÓFICO'. No atual cenário de emissões crescentes e aceleração do aquecimento, a previsão é de chegarmos ao fim do século com crescimento médio de 3°C. "Um aumento de 1,5°C significa alterações climáticas significativas, com prejuízo na produção de alimento, na saúde da população, e impacto na infraestrutura urbana, mas a adaptação ainda é possível", explicou Márcio Astrini, do Observatório do Clima.

"Um aumento de 3°C é catastrófico, não é administrável. Significa extinção em massa de várias espécies, 3 bilhões de pessoas vivendo em vulnerabilidade extrema e fome, o Sul Global em estado de calamidade permanente. O mundo simplesmente não será mais habitável para boa parte das espécies." ●

Alternância entre extremos de secura e umidade está aumentando

Responsável pelos graves incêndios que atingiram Los Angeles no mês passado, o fenômeno da alternância rápida entre condições climáticas muito secas e extremamente úmidas tem aumentado exponencialmente em todo o mundo por causa das mudanças climáticas, segundo estudo publicado na revista *Nature*.

Essa alternância entre condições climáticas extremas causa muito mais impacto sobre a população do que eventos extremos isolados. Nos últimos anos, o fenômeno foi relacionado a graves enchentes na África, no Paquistão e na Austrália, e também ao agravamento de ondas de calor na Europa e na China.

O novo estudo revelou que, desde meados do século 20, com a elevação das temperaturas, praticamente todo o planeta já experimentou alta de 31% a 66% desses eventos extremos alternados em intervalo curto de tempo. Segundo os autores do trabalho, o fenômeno deve se agravar exponencialmente com o contínuo aquecimento do planeta, levando ao aumento médio global da temperatura para muito perto de temerosos 3°C.

Prejuízo à população
Alternância entre condições climáticas extremas causa muito mais impacto do que eventos isolados

Uma atmosfera mais quente abriga mais vapor de água. Isso implica a ocorrência de grandes tempestades quando chove, mas também de seca mais intensa quando o clima está mais seco. Esse comportamento ocorre porque a atmosfera sedenta absorve mais água dos solos e das plantas.

O estudo foi feito com base em uma revisão de centenas de trabalhos anteriores para determinar a tendência da alternância de eventos extremos opostos. Os incêndios de Los Angeles são o último exemplo do fenômeno, em que anos de seca severa foram seguidos de muita chuva e neve no inverno, o que levou ao aumento da vegetação. Então, um verão de temperaturas recordes e uma seca igualmente incomum no início da estação chuvosa fizeram toda a vegetação secar, propiciando os incêndios. ● R.J.

Eufrázio

Decoração *Jardinagem*

Como deixar as plantas à vontade em um escritório

Folhagens e trepadeiras são fáceis de cuidar, precisam de pouca água e quase sempre podem se habituar à baixa luminosidade

JESSICA DAMIANO
AP

Plantas verdes e exuberantes têm o poder de transformar qualquer espaço, conferindo personalidade, aconchego e charme. E não há nenhum ambiente que possa se beneficiar mais de um pouco de personalidade, aconchego e charme do que um cubículo de escritório.

Mas cultivar plantas em espaços sem janelas é um desafio, para dizer o mínimo, não importa quão verde seja o dedo de quem cuida delas.

Felizmente, existem várias plantas domésticas de "baixa luminosidade" que não apenas sobrevivem, mas também prosperam sob as luminárias fluorescentes de escritórios comerciais. E essas plantas, é claro, precisam de pouca água, o que significa que não sentirão sua falta quando você tirar férias. Mais: todas elas são fáceis de cuidar, o que as torna perfeitas para novos entusiastas de plantas. Veja a seguir algumas delas.

Jiboia
(Epipremnum aureum)
Planta trepadeira com folhas cerosas em forma de coração, que pode chegar a até 2 metros de comprimento. Pendure o vaso em um gancho ou coloque-o em uma estante alta e o ajeite para que seus longos caules fiquem pendurados na borda. Há muitas variedades, e a dourada, a jade e a cetim estão entre as melhores para condições de pouca luz.

Zamioculca
(Zamioculcas zamiifolia)
Folhagem brilhante de galhos eretos que podem chegar a 1 metro de altura. Seu perfil estreito a torna perfeita para ficar no chão, junto à sua mesa. Entre suas variedades estão a de folhas verdes, a de folhas salpicadas ou a de folhas mais escuras, que está na moda agora.

Sempre-viva chinesa
(Aglaonema)
Folhas lisas, brilhantes, às vezes manchadas. Procure uma variedade cujas folhas verdes tenham estrias vermelhas ou alaranjadas vibrantes para dar um toque de cor, uma variedade de creme ou rosa-creme para garantir elegância ou uma variedade salpicada para dar um toque peculiar.

Espada-de-são-jorge
(Dracaena trifasciata)
O nome bem conhecido é um dos atributos dessa planta de folhas pontudas, afiadas e que crescem para cima. Opte pela variedade verde padrão.

Aspidistra
(Aspidistra elatior)
Planta tropical que adora sombra e que, na verdade, prefere iluminação artificial à luz solar. Suas folhas verdes em forma de espada não murcham sob as temperaturas muito quentes ou muito frias dos termostatos de escritório.

Tilândsia
(Tillandsia)
Cresce bem sob iluminação fluorescente, sem luz solar natural. Também cresce sem vaso nem terra. Você pode até colar essa planta em uma moldura para criar um retrato vivo. Quanto aos cuidados, basta borrifar água a cada dois dias ou dar uma boa imersão a cada uma ou duas semanas (em especial se o ar estiver seco).

Hidroidees
(Sertularia argentea)
Às vezes conhecidos como "samambaias aéreas", são comercializados como plantas que não precisam de luz solar ou água. Parece bom demais para ser verdade? Pois é. Os hidroideos não são plantas de verdade nem mesmo estão vivos. Os restos secos do esqueleto de hidrozoários marinhos são tingidos de verde e vendidos como "plantas domésticas" que não precisam de manutenção. ●

ZECA WITTNER/ESTADÃO



A tilândsia se dá bem com uma iluminação fluorescente – e basta borrifar água a cada dois dias

Fotossíntese

Consegui o que parecia impossível: matei um cacto

Não há atestado maior de incompetência para um "pai" ou "mãe" de planta; veja algumas dicas para que isso não aconteça com você

RENATA NOGUEIRA

O cacto é uma boa escolha para quem não tem muito tempo para se dedicar ao cultivo e às regas, mas faz questão de ter uma planta natural em casa. Foi o que pensei quando adquiri o meu primeiro mandacaru. Ele cresceu, ganhou um vaso maior e, em quase cinco anos de vida, virou um gigante que decorava a sala do meu apartamento. Até que, sem querer, eu o matei.

Matar um cacto é o maior atestado de incompetência que um "pai" ou "mãe" de planta pode ter. Mas meu erro pode acontecer com qualquer um. Por isso, resolvi compartilhar essa história.

A principal regra para quem quer ter uma planta dentro de casa é posicioná-la em um local que receba luz natural durante o dia. Afinal, como aprendemos na escola, as plantas fazem fotossíntese e precisam de luz para isso. O meu cacto ficava bem em frente à janela da sala, onde tomava banhos de sol à tarde. Um local perfeito. Eu o regava de 15 em 15 dias, às vezes uma vez por mês dependendo da umidade do vaso. Porém, o mesmo sol que fazia o meu cacto crescer também me atrapalhava para assistir à TV de vez em quando. Por isso, adquiri uma cortina do tipo blackout, que escurecia bem o ambiente. Ela era usada esporadicamente, então em nada atrapalhava o cacto e outras plantas que tenho até hoje.

Até que saí em férias e viajei por 15 dias – mas, na pressa para sair de casa, deixei a cortina fechada. Quando voltei, o cacto que era verdinho estava diferente: marrom e murcho.

ESTRAGO. Nem precisei gastar tempo buscando o motivo do estrago. Ainda cortei alguns pedaços e tentei recuperar, mas as raízes já estavam escuras e apodrecidas. Isso porque fiz uma rega antes da viagem e o excesso de água mais a falta de luz levaram à morte da planta.

Mesmo as plantas mais resistentes, como os cactos, não sobrevivem à penumbra. Algumas plantas conseguem realizar a fotossíntese até com iluminação artificial, mas a ausência total de luz é uma sentença de morte para as plantinhas.

Mesmo com o triste fim do meu cacto, continuo achando esse tipo de planta uma excelente escolha para ter em casa. Diferentemente das superstições, ele nunca me trouxe má sorte e fica lindo na decoração.

Além disso, o cacto é uma planta de baixa manutenção, fácil de cuidar. Basta não vacilar com a iluminação, regar somente quando necessário e mantê-lo em uma posição fixa dentro de casa, com boa iluminação durante o dia.

Outra dica importante para se ter em mente é que o vaso do cacto deve ter furos de drenagem para evitar o acúmulo de água. O substrato ideal é uma mistura de terra e areia, mais uma técnica para evitar o excesso de umidade. Por fim, a rega deve ser feita com moderação, apenas quando o substrato estiver completamente seco. ●

RENATA NOGUEIRA



O cacto mandacaru em seus bons tempos, com luz na sala